

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

DÉBORA GISELE GULAK DE ANDRADE

**VIVER “À MARGEM”: AS REPRESENTAÇÕES DO (NÃO) MORAR
NAS CRÔNICAS-REPORTAGEM DE ELIANE BRUM**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CURITIBA
2020**

DÉBORA GISELE GULAK DE ANDRADE

VIVER “À MARGEM”: AS REPRESENTAÇÕES DO (NÃO) MORAR NAS
CRÔNICAS-REPORTAGEM DE ELIANE BRUM

**Living on the fringe: the representations of (not) living in Eliane Brum's
chronicles-reporting**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, na área de concentração de Linguagem e Tecnologia.

Orientadora: Profa. Dra. Naira de Almeida Nascimento

CURITIBA
2020



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)
Atribuição – Uso
não comercial

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

06/12/2020



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Curitiba

UTFPR
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

DEBORA GISELE GULAK DE ANDRADE

VIVER "À MARGEM": AS REPRESENTAÇÕES DO (NÃO) MORAR NAS CRÔNICAS-REPORTAGEM DE ELIANE BRUM

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Estudos De Linguagens da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Linguagem E Tecnologia.

Data de aprovação: 17 de Novembro de 2020

Prof.a Naira De Almeida Nascimento, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Benito Martinez Rodriguez, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Prof Cristiano De Sales, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 17/11/2020.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Aquele que se comove com as lágrimas dos oprimidos.

À Maria, intercessora fiel.

À Eliane Brum, por suas palavras serem ponte entre os homens, apesar deste Brasil de ruínas.

À Professora Dra. Naira de Almeida Nascimento, por todo aprendizado, por toda paciência e dedicação com que orientou este trabalho.

Ao Professor Dr. Benito Martinez Rodriguez, por sua leitura minuciosa do projeto, pelas indicações e orientações dadas à pesquisa.

Ao Professor Dr. Cristiano de Sales, pelas palavras de incentivo e pelas dicas enriquecedoras.

Aos professores do PPGEL – Mestrado em Estudos de Linguagens da UTFPR, por sua dedicação e apoio na formação de pesquisadores.

A todos os familiares e amigos que me apoiaram nesta conquista.

À minha mãe Anita, por seu esforço para que eu pudesse me dedicar aos estudos em diferentes etapas de minha vida.

Ao meu esposo, Vanilson, por sua ajuda, seu companheirismo e cuidado com a nossa família nesse tempo em que me dediquei ao Mestrado.

Aos meus filhos: Vitor, Alana e Pedro. Por terem compreendido que a mamãe realizava um sonho.

RESUMO

ANDRADE, Débora Gisele Gulak de. VIVER “À MARGEM”: AS REPRESENTAÇÕES DO (NÃO) MORAR NAS CRÔNICAS-REPORTAGEM DE ELIANE BRUM. 2020. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Este trabalho tem por objetivo principal analisar representações relacionadas ao tema da moradia em crônicas-reportagem da autora Eliane Brum. Para isso, busca-se, a fim de estabelecer comparações, a observação da temática em textos ficcionais de outros autores, partindo-se do contexto do final do século XIX e início do XX, momento em que a expansão das cidades exige mudanças relacionadas à infraestrutura dos centros urbanos e coloca em evidência as desigualdades sociais. Nas crônicas de Eliane Brum, publicadas ao fim do século XX e início do XXI, verifica-se os procedimentos de escrita adotados pela autora a fim de atrair o leitor para perceber o desamparo dos que vivem em condições precárias de habitação ou são moradores de rua. Como suporte teórico, utilizaram-se conceitos relacionados à modernidade oitocentista e acerca da modernidade “líquida”. A esse respeito, foram consultadas as obras dos autores: Zygmunt Bauman, Marshall Berman e Renato Ortiz. Contextualiza-se o início da República no Brasil, através dos estudos de Nicolau Sevcenko, Lilia Moritz Schwarcz, Flora Süssekind, Beatriz Resende e Cristiane Costa. Os aspectos composicionais relacionados à crônica-reportagem e as aproximações entre literatura e jornalismo são desenvolvidos por meio de pesquisas de Rildo Cosson, Antonio Candido, José Marques de Melo, Marcelo Coelho e Luiz Carlos Simon. Em relação à implantação da hidrelétrica de Belo Monte, que levou à expulsão de ribeirinhos do Vale do Xingu, o estudo de Maíra Borges Fainguelernt deu suporte ao trabalho. Nas crônicas de Eliane Brum analisadas, há a crítica sobre a violência com que as ações para implantar a usina foram efetuadas. A autora emprega como estratégias de escrita recursos comuns à literatura— imagens poéticas, metáforas, intertextualidade—, além de procedimentos narrativos que colocam em evidência o indivíduo e sua história, como as descrições relacionadas ao seu ambiente. Assim sendo, a escrita possui a função de manter a memória sobre como era morar no Xingu e denuncia a destruição ocorrida, busca-se a sensibilização para os fatos na valorização estética.

Palavras-chave: Moradia. Modernidade. Progresso. Memória.

ABSTRACT

ANDRADE, Débora Gisele Gulak de. LIVING ON THE FRINGE: THE REPRESENTATIONS OF (NOT) LIVING IN ELIANE BRUM'S CHRONICLES-REPORTING. 2020. Master's dissertation. (Master's in Language Studies) – Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

The main objective of this work is to analyze representations related to the theme of housing in chronicles-reporting by the author Eliane Brum. For this purpose, in order to establish comparisons, the observation of the theme in fictional texts by other authors is sought, starting from the context of the late 19th and early 20th centuries, when the expansion of cities requires changes related to the infrastructure of urban and local centers highlighting social inequalities. In the chronicles of Eliane Brum, published at the end of the 20th century and the beginning of the 21st, the writing procedures adopted by the author are verified in order to attract the reader to perceive the helplessness of those who live in precarious housing conditions or are homeless. As theoretical support, concepts related to nineteenth-century modernity and about "liquid" modernity were used. In this regard, the following authors were consulted: Zygmunt Bauman, Marshall Berman and Renato Ortiz. The beginning of the Republic in Brazil is contextualized, through the studies of Nicolau Sevcenko, Lilia Moritz Schwarcz, Flora Süssekind, Beatriz Resende and Cristiane Costa. The compositional aspects related to chronicle-reporting and the approximations between literature and journalism are developed through research by Rildo Cosson, Antonio Candido, José Marques de Melo, Marcelo Coelho and Luiz Carlos Simon. Regarding the implantation of the Belo Monte hydroelectric plant, which led to the expulsion of riverside dwellers from Vale do Xingu, the study by Maíra Borges Fainguelernt supported the work. In the chronicles of Eliane Brum analyzed, there is a criticism about the violence with which the actions to implement the plant were carried out. The author routinely uses resources common to literature - poetic images, metaphors, intertextuality - as well as narrative procedures that highlight the individual and his story, such as descriptions related to his environment. Thus, writing has the function of maintaining the memory of what it was like to live in the Xingu and denounces the destruction that has occurred, seeking to raise awareness of the facts in the aesthetic valuation.

Keywords: Housing. Modernity. Progress. Memory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	AS CIDADES NA MODERNIDADE: CENÁRIOS DE LUTAS SOCIAIS	13
2.1	A MODERNIDADE OITOCENTISTA.....	14
2.1.1	Os encantamentos.....	19
2.2	AS OUTRAS MODERNIDADES.....	24
2.2.1	Os desencantamentos.....	28
2.3	REPRESENTAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA E A DESORDEM URBANA.....	34
2.3.1	O cortiço	35
2.3.2	Os excluídos nas crônicas-reportagem de João do Rio	40
2.3.3	Os subúrbios na obra de Lima Barreto	44
2.3.4	“A rua ruim de novo”: os “guardadores” de João Antônio.....	51
2.3.5	Os sujeitos invisíveis nas crônicas-reportagem de Eliane Brum	55
3	LITERATURA E JORNALISMO: “CORPO - A - CORPO COM A VIDA”	62
3.1	GÊNEROS “EM TRÂNSITO”	70
3.1.1	A crônica	75
3.1.2	A crônica-reportagem.....	80
3.2	A PRESENÇA DO LITERÁRIO NA OBRA DE ELIANE BRUM.....	81
3.2.1	Diferentes cenários de um mesmo país.....	83
3.2.2	Personagens de dramas reais	87
3.2.3	Narrar para aproximar.....	89
3.2.4	Escrever para ressignificar	95
4	A MEMÓRIA DO MORAR: AS RUÍNAS DE BELO MONTE NAS CRÔNICAS DE ELIANE BRUM	98
4.1	BELO MONTE: CONSTRUÇÃO E DESTRUIÇÃO	100
4.2	O REGISTRO DOCUMENTADO DAS TRAGÉDIAS	103
4.3	O DIA EM QUE A CASA FOI EXPULSA DE CASA.....	105
4.3.1	As imagens poéticas na representação do espaço	105
4.3.2	A Amazônia: casa para exploração.....	110
4.3.3	As denúncias na crônica-reportagem	113
4.3.4	Os retratos da demolição.....	115

4.4	O PESCADOR SEM RIO E SEM LETRAS.....	117
4.4.1	A (des) valorização da moradia	117
4.4.2	Em um mundo de estranhamentos.....	121
4.5	ESCREVER PARA TESTEMUNHAR A OUTRA VERSÃO DA HISTÓRIA	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS	133
	ANEXO A – SINAL FECHADO PARA CAMILA.....	141
	ANEXO B – O SAPO.....	143
	ANEXO C – ENTERRO DE POBRE	145
	ANEXO D – UMA HISTÓRIA DE LUZ.....	147
	ANEXO E – A MENINA QUEBRADA.....	151
	ANEXO F – O DIA EM QUE A CASA FOI EXPULSA DE CASA.....	155
	ANEXO G – O PESCADOR SEM RIO E SEM LETRAS.....	165

1 INTRODUÇÃO

Morar... Que significados possui essa palavra para o homem de hoje, das primeiras décadas do século XXI? Que sentidos já foram dados a ela em outros momentos da história brasileira?

Morar pode simbolizar o desfrutar de poder econômico, ter uma estrutura em que se sente protegido, em segurança, com conforto, estar próximo ao local de trabalho e ao acesso aos bens culturais da cidade. Morar também pode ser a opção por uma vida mais simples, em meio à natureza, próximo a um rio, vivendo em uma casa de palha, com redes para dormir. A possibilidade de ter uma moradia é condição para uma existência digna e a isso se confere muitas significações.

Os diferentes construtos sobre o que representa morar se relacionam a um enquadramento espaço-temporal do indivíduo na sociedade. O valor da moradia pode ser dado de modo subjetivo, de acordo com as impressões que um lugar, uma morada deixam na memória do sujeito; mas também objetivamente, vinculado ao capitalismo, à importância do imóvel em uma região, à especulação imobiliária, ao seu valor de mercado. Dessa forma, a partir de várias perspectivas podemos observar a questão da moradia.

Interessa-nos, no presente trabalho, analisar diferentes representações literárias em relação ao tema da habitação, destacando a partir de transformações urbanas e regionais brasileiras, a importância da aquisição da moradia enquanto um direito, que possibilita o exercício da cidadania. Esse direito, o qual se relaciona a outros, associa-se à liberdade da escolha do sujeito de onde pertencer, de quais vínculos quer estabelecidos com o meio e com outros cidadãos. O “não morar” ou o morar em situação precária, sem acesso à higiene, ao saneamento básico, à segurança e a ter meios para exercer uma profissão, constitui estado também observado, o qual, de modo oposto a poder habitar com dignidade, desumaniza e cria “não cidadãos”.

O objeto de estudo para a análise da temática em questão são crônicas - reportagem de Eliane Brum, em que são apresentadas pela autora histórias de sujeitos afetados por terem desconsiderado o seu direito de pertencimento a um lugar; a situação de não moradia a qual foram conduzidos impossibilita o exercício da cidadania. Nesse sentido, uma das principais estratégias identificadas nessas

narrativas, é a crítica aos mecanismos de “violência”. A violência que gera a exclusão social e cria barreiras, barragens, muros. A violência manifestada na negação de direitos e imposição da miséria a uma parte da população, a que ainda se vê abandonada nas políticas públicas habitacionais ou nos projetos que não lhe permitem ter uma melhor qualidade de vida.

A fim de convencer o leitor sobre as agressões sofridas pelos invisíveis da sociedade, Eliane Brum usa de recursos que qualificam os seus textos enquanto jornalismo literário. Neles, une-se à preocupação em se buscar a verdade factual o trabalho estético com a linguagem. O narrar não se restringe a apresentar os fatos, mas a mostrar, levar o interlocutor a adentrar nas cenas, a sentir a dor do outro. Esse adequar a estética à ética é observado nas análises realizadas, em que, por meio de imagens poéticas, de metáforas, da intertextualidade da denúncia social, valoriza-se a verdade transmitida pelo testemunho de pessoas comuns. A partir delas, conta-se a história dos diversos bairros, da periferia que deveria ser tomada como centro na leitura da realidade brasileira, como Brum assim o entende.

Na trajetória de pesquisa adotada, buscou-se associar reflexões teóricas relacionadas ao tema da moradia e do desenvolvimento urbano a representações ficcionais relativas a isso. No capítulo 1, parte-se do contexto da modernidade oitocentista, tomando-se a Paris de Hausmann, do final do século XIX, como modelo que influenciou outras cidades em seus projetos urbanísticos. O urbano passa nesse período a evidenciar os anseios do sujeito capitalista, inclusive os de desfrutar dos prazeres que as melhorias tecnológicas propiciaram aos moradores das cidades. Nesse meio, as diferenças sociais ficam mais evidentes, os pobres e miseráveis não poderiam se beneficiar das reformas urbanas e, por vezes, expulsos de lugares que seriam modificados, foram levados a habitar distantes das áreas nobres.

Foram consultados estudos de Zygmunt Bauman, Marshall Berman e Renato Ortiz para a compreensão das transformações de Paris, capital da modernidade, ocorridas no século XIX e a influência destas em outros países, principalmente a partir do século XX.

Em relação ao contexto brasileiro, principalmente no que concerne ao início da República, nas primeiras décadas do século XX, dentre alguns dos autores consultados para referenciar o capítulo estão Nicolau Sevcenko, Lilia Moritz Schwarcz, Flora Süssekind e Beatriz Resende.

O conceito de “modernidade líquida”, formulado por Zygmunt Bauman, auxiliou na análise das relações sociais da atualidade, pautadas na fluidez, na instabilidade dos relacionamentos pessoais, bem como no entendimento de que o indivíduo e não mais o Estado, é o responsável por suas escolhas no mundo capitalista. Esse mundo “líquido” é marcado pela desintegração social, as ações coletivas são cada vez mais escassas e os poderes globais se fortalecem na fragilidade dos laços humanos (BAUMAN, 2001, p. 22).

O aumento da pobreza, relacionado a fatores como o êxodo rural, que levou ao inchaço populacional das cidades, assim como as estratificações existentes, em que são criados espaços destinados a “camadas superiores” (condomínios) e menosprezados os das “camadas inferiores” são abordados a partir da leitura de textos de Zygmunt Bauman, Beatriz Sarlo, Milton Santos e Christian Dunker.

Ainda no capítulo 1, a fim de observar retratos quanto à questão da moradia, esboçados em textos ficcionais e não ficcionais de diferentes períodos, foram analisadas construções textuais de Aluísio Azevedo, João do Rio, Lima Barreto, João Antonio e Eliane Brum. A intenção, em relação a esse procedimento, é a de destacar percepções a respeito da realidade brasileira, apresentada como cenário de desigualdades sociais. Interessante, nesse sentido, é apontar que as narrativas já incorporam elementos de crítica às situações representadas ou reproduzem discursos preconceituosos em relação aos marginalizados.

No capítulo 2, buscou-se refletir a respeito de proximidades entre literatura e jornalismo, levando-se em conta que as crônicas-reportagem de Eliane Brum apresentam traços das duas áreas discursivas. Primeiramente, considerou-se a partir de questionamentos de Terry Eagleton, que o conceito de literário é questionável. De acordo com o autor, a qualificação de um texto como literatura depende de ideologias formuladas por grupos sociais em determinado momento histórico, relaciona-se ao exercício do poder. Tendo em conta essa “indefinição” de literatura, verificou-se que na história da imprensa brasileira muitas construções textuais hoje observadas como literárias foram utilizadas como meios de se transmitir os acontecimentos, ou seja, com a finalidade informativa. Para abordar a respeito dessas constatações, foram de grande importância os estudos de Marialva Barbosa e Cristiane Costa.

Na sequência do capítulo, buscou-se discorrer a respeito de gêneros textuais “em trânsito”, ou seja, que apresentam aproximações entre a literatura e o

jornalismo. Dentre estes, o romance-reportagem. Foi essencial para as reflexões acerca desse gênero o trabalho de Rildo Cosson *Romance-reportagem: o gênero* (2001), no qual o estudioso aborda os procedimentos narrativos realistas empregados por autores na década de 1970. Nesse período de ditadura militar, as denúncias sociais encontraram nas produções de romances-reportagem, meio para se efetuarem, considerando a censura exercida aos jornalistas. Além do estudo de Cosson, também auxiliou a exemplificação de Carlos Rogé Ferreira sobre livros-reportagem escritos mais recentemente.

No capítulo, observou-se a crônica também como um gênero que apresenta características literárias e jornalísticas, presente há muito em periódicos da imprensa brasileira. Para abordar sobre a sua importância no desenvolvimento da literatura brasileira e as suas características, destacam-se as contribuições de Antonio Candido, José Marques de Melo, Marcelo Coelho e Luiz Carlos Simon.

A crônica pode assumir diferentes formatos, um deles é a “crônica-reportagem”. Nessa experimentação, a narrativa está centrada no indivíduo, fugindo à visão dominante que marca o jornalismo tradicional. Por seu cuidado com a linguagem e a preocupação com a denúncia social, pode ser considerada uma vertente do jornalismo literário. A respeito disso, as considerações de Francisco Aquinei Timóteo Queirós e de Edvaldo Pereira Lima foram relevantes.

No tópico *A presença da literatura na obra de Eliane Brum*, objetivou-se exemplificar de que forma as estratégias de escrita da autora correspondem ao jornalismo literário. Em diferentes textos de Brum, elencaram-se procedimentos narrativos e marcas expressivas que contribuem para a valorização estética.

A caracterização de personagens como seres complexos em sua humanidade, a condução da narração para o leitor ser sensibilizado com as experiências alheias compartilhadas foram analisadas através de conceitos dos estudiosos: Anatol Rosenfeld, Antonio Candido e Gérard Genette. Rosenfeld (2005) compreende que as personagens são construções que tornam a narração mais humana. Nas crônicas-reportagem analisadas, os humanos são representados como se fossem seres ficcionais e, tais como estes, apresentam traços psicológicos que se revelam nas suas ações e reações dentro da história, a isso, como também observado em romances, Antonio Candido chama de “lógica da personagem” (CANDIDO, 2005, p. 59). A escolha da focalização do narrador ajudará para que o leitor se aproxime desses personagens, as definições de Genette (1995) a esse

respeito— narrador onisciente e narrador interno—, contribuíram nas análises desenvolvidas.

Pretendeu-se, além da observação dos aspectos narrativos, verificar imagens empregadas e a intertextualidade como recursos para atrair, comover e também chocar o leitor em relação à realidade denunciada. Como se constatou ao término do capítulo, para Eliane Brum, a escrita possui muitas funções: deve ser verdadeira, fugir ao clichê, ao supérfluo, deve ressignificar a compreensão sobre o Brasil, movendo a ação coletiva e a luta contra as injustiças sociais. Nesse sentido, o escritor deve estar “corpo-a-corpo com a vida”.

No capítulo 3, buscou-se abordar o tema da moradia a partir da situação de desapropriação ocorrida com os ribeirinhos no Vale do Xingu, no Pará. A construção da gigantesca hidrelétrica de Belo Monte afetou os moradores do Vale, a maioria, pescadores ou pequenos agricultores. Estes tiveram que deixar suas propriedades, próximas ao rio e ir morar no centro urbano de Altamira.

Para contextualizar a história de resistência das populações tradicionais da região, consultou-se principalmente a pesquisa de Maíra Borges Fainguelernt. Nesta, comprovou-se a ideia também expressa por Eliane Brum em *Brasil: construtor de ruínas* (2019), de que a construção de Belo Monte não foi jurídica, pois desrespeitou direitos de indígenas e de ribeirinhas, bem como menosprezou leis ambientais.

Ações violentas foram empregadas para a implantação da hidrelétrica, o que já havia sido observado em outros projetos urbanísticos e de infraestrutura executados no Brasil. As atrocidades de Belo Monte são denunciadas por Eliane Brum em suas crônicas-reportagem, focando-se, como uma das estratégias principais da autora, no impacto a vidas afetadas não só no direito de continuarem a morar onde haviam escolhido, mas em sua forma de sobreviver, o que teve como consequência para muitos uma condição de miséria.

Procurou-se, além da observação da denúncia a respeito das consequências de Belo Monte, destacar procedimentos que são comuns à literatura, presentes nos textos escolhidos para estudo — *O dia em que a casa foi expulsa de casa* e *O pescador sem rio e sem letras*. Nestes, verificou-se o rico emprego de imagens poéticas relacionadas à importância do lugar onde os personagens moravam e também à representação da destruição do mesmo; a importância do narrador para estabelecer relações entre as vozes dos personagens ao esclarecimento dos fatos,

além do diálogo entre texto escrito e fotografias, as quais são empregadas como documento para o registro da denúncia.

Os procedimentos de escrita adotados, como exemplificado no capítulo, auxiliarão a mobilizar o leitor na percepção de que a escrita dessas histórias de violência às minorias possibilita o não apagamento da memória sobre a construção de Belo Monte e suas consequências. É a versão dos que foram desrespeitados em seus direitos que se procura colocar em destaque, a fim de testemunhar que a História possui distorções e que a luta contra as injustiças precisa ocorrer.

2 AS CIDADES NA MODERNIDADE: CENÁRIOS DE LUTAS SOCIAIS

Dentre as diferentes perspectivas que envolvem a modernidade, observamos a importância dada pelo homem moderno à modernização, vista, principalmente, como um processo de constante transformação do meio. Esse processo ocorreu de modo desigual nos países e ainda acontece justificado pela busca do progresso econômico e tecnológico. As mudanças desencadeadas para fins industriais, principalmente a partir do século XVIII influenciaram na organização social, gerando novas relações trabalhistas, bem como novos modelos de urbanização nas sociedades, determinados por mecanismos de domínio do tempo e do espaço.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, os modelos de modernização foram os europeus, contudo, a história do desenvolvimento das cidades será outra, com condições muito distintas. Interessa-nos perceber de que modo discursos sobre nação e urbanização se articularam no final do século XIX, em momentos diferentes do século XX e começo do XXI para a organização de um projeto urbanístico que não significou planejamento e melhorias das moradias para a maior parte da população.

Em discursos ficcionais será observada a representação da desorganização, relacionada à presença dos que não eram enquadrados aos lugares considerados elegantes, limpos, bonitos nas cidades brasileiras em ascensão. A imposição da exclusão social será notada nesses textos. Os marginalizados aparecem em romances, em crônicas, em contos. Serão representados em algumas obras como aqueles que impediam o alcance de níveis de desenvolvimento, já que a pobreza e a miséria eram lidas como atributos dos “malandros” e “desordeiros”; onde estes estivessem o atraso também poderia ser identificado.

Com a desculpa de civilizar, ações violentas serão verificadas em nome do progresso. Moradias com condições precárias de higiene e segurança, após expulsas dos locais considerados nobres, serão construídas distantes, deixadas à sorte de seus habitantes. Nas grandes cidades, outro aspecto observado nas representações ficcionais é o aumento de moradores de ruas. A mendicância é representada como mais um traço da desordem, juntamente ao roubo, prática atribuída a esses sujeitos sem cidadania.

A partir do crescimento das cidades, devido, principalmente ao êxodo rural e às migrações, o valor dado aos locais urbanos se tornou fator que coloca em evidência os enormes abismos sociais entre classes que desfrutam dos benefícios obtidos por sua melhor condição financeira e aqueles que estão distantes de encontrar vantagens nas cidades, ainda que tenham sido atraídos para estas.

Observar como se representou na literatura o discurso de “civilizar” as cidades através de reformas que pretendiam melhorar as condições de vida apenas para uma parcela populacional, ignorando-se todas as transformações urbanas que se sucederam a partir do avanço da urbanização brasileira desencadeada a partir do século XIX, demonstra que, desde sempre, faltou interesse em que o planejamento habitacional atendesse a todas as classes sociais e não só as que pudessem pagar por isso.

No final do século XX e início do XXI, o discurso da modernização continua a ser o daqueles que detêm o poder, o dos que escolhem quem continuará a possuir a sua propriedade, a sua história enquanto pertencente a um espaço social determinado. Assim, em crônicas-reportagem da autora Eliane Brum, situações de descaso, de exclusão social e de outras formas de violência continuarão a ser observadas nas cidades e em regiões periféricas brasileiras.

Possuir uma moradia consiste em um direito, que se relaciona a outros básicos, como a possibilidade do trabalho formal, de usufruir das condições de higiene, de saneamento básico, de meios de transportes. Ignorar esses direitos, como por muito tempo ocorreu na sociedade brasileira e ainda acontece, significa continuar a lógica capitalista de que apenas para alguns a cidade é desfrutável. Nesse sentido, nas crônicas de Brum, as cidades aparecem enquanto cenários de lutas sociais, resultado dos conflitos decorrentes do mundo moderno. A autora busca tornar visível a realidade daqueles a quem o meio urbano se tornou um lugar excludente.

2.1 A MODERNIDADE OITOCENTISTA

O homem moderno, que vivencia transformações em relação ao seu espaço e ao modo de conceber o tempo no século XIX, possui, conforme expõe Renato Ortiz (1991) a sensação de perda daquilo que lhe era estável, como a sua memória

sobre os locais que percorria, as suas relações com os outros, a segurança do sistema econômico que tão bem conhecia e o domínio de seu próprio viver.

A modernidade no que se refere ao processo de industrialização o qual desencadeou as intensas mudanças na França e em outras nações não ocorre de modo contínuo, há discrepâncias relacionadas às características rurais e à forma como se deu a urbanização e a aceleração industrial em cada região. De acordo com Ortiz (1991), em 1851, apesar do desenvolvimento de Paris, grande parte das localidades francesas ainda estava fortemente ligada à vida rural, mas as inovações introduzidas pelos parisienses serviram como modelo para inspirar não só o restante do país, mas várias capitais do mundo.

São inúmeras as mudanças elencadas por Ortiz, que traz um panorama rico em informações relativas à urbanização de Paris e o início do seu processo de industrialização. “O espaço e o tempo na modernidade escapam de uma memória eminentemente nacional” (ORTIZ, 1991, p. 133) e são abarcados pelo turbilhão da universalização que impõe um novo ritmo ao homem, acelerado e repleto de incertezas. O modelo parisiense em seu processo de modernização urbana e tomada do tempo atravessará a França, servindo como inspiração a outras nações.

“Cada zona da cidade era um mundo, uma fronteira que não se comunicava com as outras” (ORTIZ, 1991, p. 197). O acesso a esses “mundos” isolados era bastante limitado devido às péssimas condições das estradas e às dificuldades próprias aos meios de transporte, que eram caros e em pouca quantidade. Em 1828, existiam poucas carruagens para uma população, em Paris, já de 700 mil habitantes. Esse quadro de pouca mobilidade começa a mudar quando se pensa na ampliação do acesso aos transportes.

Mobilidade é a palavra-chave que marca as novas relações entre campo e cidade; centro/bairros. São criadas companhias de transporte; ressurge, em Paris, a máquina a vapor (1889) e passa a funcionar o metrô (1892) movido à eletricidade. O trem “devora o espaço” e acelera o tempo (ORTIZ, 1991, p. 199). Por fim, o automóvel toma conta, já no século XX, das ruas. A época da agilidade e do encurtamento de distâncias segue a passos largos, a vida tem pressa de acontecer.

Com o trem, houve uma mudança de percepção em relação ao espaço. Ao viajar a pé, ou a cavalo, havia um contato maior do homem com a natureza, que envolvia o viajante. Nas viagens de trem, as paisagens se distanciam do passageiro, tornam-se imagens, a fragmentação de uma experiência estável. A rapidez passa a

ser um elemento fundamental para a época, como a prosa poética, a qual, para Baudelaire, deveria ser “flexível e nervosa”.

Acontecem modificações relacionadas às habitações devido à reorganização do tecido social. Os imóveis vão sendo habitados conforme as possibilidades das classes sociais: patrões (à Oeste, à margem direita do Sena) e operários no Leste, perto do ateliê. Entre 1853 a 1870 ocorreram as mudanças urbanas realizadas pelo barão Haussmann. Dentre as principais, a retirada dos pobres do centro urbano, já que estes compunham as “classes perigosas” (“casas sórdidas, construções ignóbeis”), o alargamento das ruas para evitar a construção de barricadas e a criação de um sistema de encanamentos e de esgotos.

Para Haussmann, as ruas, com seus bulevares, têm uma importância fundamental nesta nova cidade, até maior que a dada às casas, por isso a sua remodelação e ampliação. A largura de 6 a 12m ou até de 14m, dependendo da localização, tinha como objetivo a circulação de veículos e de pessoas. “A cidade se adapta ao espírito de uma época” (ORTIZ, 1991, p. 204). Ainda assim há falhas na circulação, a qual não atende às necessidades do ir e vir aos vários locais que envolviam a produção, refletindo no congestionamento gerado pelos meios de transporte e pelos pedestres que utilizavam as ruas.

Houve um sentimento nostálgico ao se transformar a velha Paris em uma cidade de modernidade urbanística. O homem moderno, como afirma Ortiz, vive a tensão entre mobilidade e fixidez. A burguesia queria fugir à padronização que a indústria trouxe. “A memória coletiva secretava um espaço que lhe era próprio”, como das igrejas e das antigas construções (ORTIZ, 1991, p. 214). Um dos exemplos de padronização estava na altura dos edifícios e nos tipos de fachada. Os bairros ainda mantinham costumes cotidianos e construções antigas; enquanto no centro, os bulevares mostravam a “monumentalidade e regularidade”.

Outro aspecto decorrente da modernidade é a perda do domínio do tempo. Antes, nas sociedades rurais, no período da Idade Média, o ritmo agrário é que determinava a marcação temporal (mudanças de estações de ano, guerras interrompidas no inverno). As novas profissões modernas fazem com que ao tempo sejam atribuídos valores: do médico ao advogado; do corretor de comércio ao alfaiate. “O preço do tempo altera o passo das pessoas, elas transitam mais rápido do que ‘antigamente’” (ORTIZ, 1991, p. 224).

Devido à pressa e ao valor dado ao tempo, os relacionamentos mudam, há o desaparecimento da “conversaão”. O homem moderno passa a não ter tempo para o outro. Institui-se o horário de Paris como o oficial, já que com a industrialização e o sistema ferroviário, uma mensuração mais precisa do tempo se torna necessária.

Todas essas transformações culminam na quebra de barreiras espaciais, pois “o espaço e o tempo da modernidade não conhecem fronteiras; eles se baseiam em princípios como circulação, racionalidade, funcionalidade, sistema, desempenho” (ORTIZ, 1991, p. 245). As melhoras nos sistemas de comunicação, como os telégrafos, permitiram ultrapassar os oceanos e a ideia de internacionalização é tomada pelas principais potências do século XIX, busca-se a “criação de uma economia global única”.

A produção industrial é outro fator determinante para a atribuição de valor ao tempo. Cobra-se a pontualidade dos operários, assim como que estes cumpram a sua desumana carga de trabalho, a qual durava até quinze horas seguidas, com intervalos somente para as refeições. Os patrões é que controlavam o tempo dos relógios. Para efetuar a sua exploração não permitiam aos funcionários utilizarem relógios e até adiantavam ou atrasavam os horários dentro da fábrica para aumentar a carga horária do proletariado sem que os mesmos percebessem. A intenção era a de disciplinar, como uma “pedagogia autoritária, que se fez a partir de fora, inculcando uma consciência que eles desconheciam. Daí o uso recorrente de métodos coercitivos. Esta dimensão de força é inerente ao início da Revolução Industrial” (ORTIZ, 1991, p. 239).

A situação dos operários só começa a mudar quando as linhas de produção são inseridas; visando-se ao aumento da produção e diminuição do tempo. As tarefas foram divididas; “o trabalho é decomposto em unidades descontínuas”. “As ações devem ser coordenadas como os movimentos de uma estrada de ferro, aumentando a rentabilidade econômica” (ORTIZ, 1991, p. 242). Acontece, então, a separação entre trabalho intelectual e manual; os processos são planejados em escritórios especializados.

Zygmunt Bauman (2007) se refere a esse momento de expansão industrial como um estado “sólido” da modernidade. Nele se estabelecem relações mais estáveis quanto aos vínculos empregatícios:

Diferentemente das redes de proteção social do passado pré-moderno, as redes concebidas e administradas pelo Estado foram construídas deliberadamente e de acordo com um plano, ou evoluíram por impulso próprio a partir de outros empreendimentos de construção em larga escala característicos da modernidade em sua fase “sólida”. As instituições e dispositivos previdenciários (por vezes chamados de “salários sociais”), os serviços de saúde, escolares e habitacionais dirigidos ou apoiados pelo Estado, assim como as leis de trabalho nas fábricas que estabeleciam direitos e obrigações de todas as partes nos contratos de compra e venda da mão-de-obra, ao mesmo tempo em que protegiam o bem-estar e os direitos dos empregados, são exemplos da primeira categoria. O modelo mais importante dessa foi a solidariedade interna da fábrica, sindical e ocupacional, que fincou raízes e floresceu “naturalmente” no ambiente relativamente estável da “fábrica fordista”, o epítome do ambiente sólido-moderno em que os carentes de outro capital” se fixavam. (BAUMAN, 2007, p. 65)

Os direitos trabalhistas, de acordo com Bauman, fortaleceram a busca pelos direitos pessoais e políticos. O voto, a princípio se restringia àqueles que já possuíam recursos materiais, os que não tinham ficavam excluídos, contudo, isso foi mudando, conduzindo os cidadãos à busca do Estado-civil. Ter o emprego dava a garantia do acesso aos bens e por consequência aos benefícios atribuídos para quem detinha algum capital.

Os trabalhadores se mantinham nas indústrias de modo racional e ordenado, próprio ao que foi estabelecido com o modelo fordista. Havia ou ao menos se pensava existir nesse estágio sólido do capitalismo, uma direção a ser seguida. As forças sociais equilibradas na racionalização do trabalho das fábricas e a proteção presumida dos grupos sindicais e do próprio Estado auxiliavam para se estabelecer a organização social rumo ao progresso.

Da tarefa de ajustar as instituições e procedimentos políticos às realidades sociais já existentes, a democracia moderna passou a ter a função de usar as instituições e os processos políticos para reformar as realidades sociais já existentes, a democracia moderna passou a ter a função de usar as instituições e os processos políticos para reformar as realidades sociais. Em outras palavras, passou da tarefa de conservar o equilíbrio das forças sociais para a de transformá-lo. (BAUMAN, 2007, p. 72-73)

Espaço e tempo determinam relações, são modificados pelo ser humano e modificam o homem. Impactam sobremaneira o espírito das épocas e impõem novas formas de pensar, de produzir, de fazer arte. Olhar os trilhos do trem remete a um sentimento de saudade, de recuperar a vida vivida, tudo o que já se foi. Assim viram os parisienses o fim do século XIX e dessa forma nos sentimos quando da

impossibilidade de captar plenamente o novo, que é presente e logo passará, pois o tempo devora tudo.

2.1.1 Os encantamentos

Os veículos que inauguram ainda no final do século XIX as novas e amplas ruas de Paris são tão fascinantes em seu movimento quanto os efeitos que o uso da luz cria nas paisagens urbanas. O progresso técnico e econômico impacta como apresenta Ortiz (1991) em mudanças na cultura e nas relações sociais:

O automóvel redimensiona o uso do tempo pelas pessoas, que podem agora se deslocar a uma velocidade maior sem mais ter de fazer uso dos fiacres ou de transportes coletivos como o trem ou a diligência. A eletricidade propicia um padrão de conforto (elevadores, iluminação das casas) desconhecido até então. Dentro desse contexto, a própria sociabilidade dos indivíduos é reorganizada. Um exemplo é a difusão do telefone. Utilizado pelos homens de negócio, ele é certamente um instrumento de trabalho, mas sua função extrapola o universo das transações comerciais. Ao colocar em contato as pessoas, ele modifica as noções de proximidade e distância. (ORTIZ, 1991, p. 28)

O fascínio diante dos novos aparatos tecnológicos incutirá nos sujeitos modernos novas necessidades, as que prenunciam a “cultura eletrônica” que se consolidará no século XX. Usar desses novos aparelhos, assim como desfrutar desse novo mundo introduzido pela indústria significava fazer parte de uma nova era, em que a cada momento descobertas chegavam ao alcance dos habitantes das cidades.

No meio urbano, novos espaços favoreciam o acesso aos bens de sociabilidade, dentre estes o cinematógrafo. No teatro, na ópera, nas livrarias, nos cafés-concerto, a arte e a literatura se aproximavam das rotinas dos homens e mulheres que queriam desfrutar de tudo o que esse novo momento colocava em evidência, introduzindo assim diferentes estilos de vida, relacionados aos valores capitalistas de possuir as mercadorias e bens culturais, além de exibi-los.

[...] O mundo moderno põe em circulação elementos culturais que favorecem a emergência de novas significações e sociabilidades. Um dos desdobramentos mais visíveis dessa condição é o descentramento das referências e identidades, inscritas em um ritmo alucinante e lancinante em que nada, nem ninguém, são suficientemente fixos ou estáveis. (GRUNER; DENIPOTI, 2008, p. 151)

No Brasil, tal como acontece na capital francesa, o período da *Belle Époque* também significou momento de euforia e valorização das novidades. Flora Süssekind observa a presença dos aparatos tecnológicos enquanto tematização da ficção brasileira, dos anos 1890 do século XIX e dos anos 1910 e 1920:

[...] o diálogo entre forma literária e imagens técnicas, registros sonoros, movimentos mecânicos, novos processos de impressão. Diálogo em várias versões entre as letras e os *media* que talvez defina a produção literária brasileira do período de modo mais substantivo do que os muito neo (parnasianismo, regionalismo, classicismo, romantismo), pós (naturalismo) e pré (modernismo) com que se costuma etiquetá-la. (SÜSSEKIND, 1987, p. 18)

A respeito da produção de Paulo Barreto (conhecido como João do Rio), Süssekind atribui a estreita relação entre os textos do autor e os meios de reprodução, impressão e difusão. Um dos exemplos citados pela autora é “O dia de um homem em 1920”, incluído em *Vida vertiginosa* (1911). Nele, “imaginam-se, então, sistemas de palavras baseados na abreviatura, trens subterrâneos, despertadores elétricos, aeroplanos, recordes de velocidade, ascensores, uma ‘Companhia do Moto Contínuo’, um jornal falante” (SÜSSEKIND, 1987, p. 19).

Flora Süssekind cita ainda inúmeros exemplos do “estreitamento de contatos entre literatura e *media*” no Brasil da virada de século aos anos 1920:

Datam de 1896 as primeiras projeções do cinematógrafo no Brasil, de 1898 o aparecimento de publicação com um projeto de veiculação sistemática de propaganda ilustrada, *O Mercúrio*, de 1889 o início da divulgação dos fonógrafos Edison por aqui, de 1900 o emprego dos métodos fotoquímicos de reprodução na *Revista da Semana*, de 1907 a publicação de clichê em cores pela *Gazeta de Notícias*, inovações técnicas que se fazem acompanhar de mudanças na visão de mundo e na percepção, sobretudo das populações da Capital Federal e das grandes cidades do país. E que deixam um rastro, que se tentará retrair, na produção cultural. (SÜSSEKIND, 1987, p. 18)

Apesar do fascínio que envolverá muitos escritores do período, não serão todos que se sentirão confortáveis com o uso dos novos aparatos tecnológicos em seu ofício. Assim acontece com Lima Barreto, que mesmo tendo dificuldades em relação a sua caligrafia, como expresso na crônica “Esta minha letra...” (publicada na *Gazeta de Tarde* em 18 de junho de 1911), não aponta como solução a escrita direto na máquina de escrever:

A hipótese de escrever direta a máquina não é sequer cogitada. A impressão que se tem é de que escrever só é concebível a mão, como se se tratasse de uma espécie de artesanato no qual só houvesse lugar para a datilografia no momento de passar a limpo o já escrito. Com a máquina, então, não se escreveria, se passaria a limpo apenas. E mesmo isso lhe parecia “nauseante”. (SÜSSEKIND, 1987, p. 18)

Sobre a recepção das novidades do mundo técnico, Benito Martinez Rodriguez acrescenta a surpresa com que Lima Barreto observa as reações da população diante desse universo:

Embora insistisse na “inutilidade” dos novos artefatos do mundo técnico como o fonógrafo, o cinema e o telefone, o autor dedica diversas crônicas aos impactos provocados por sua rápida expansão no Rio de Janeiro, sempre ressaltando a enorme (e a seu ver misteriosa) afeição das mulheres por eles. (RODRIGUEZ, 1996, p. 82)

A máquina de escrever, as novas técnicas de impressão e reprodução dos textos, assim como todo horizonte técnico que marcará o final do século XIX e início do XX influenciam não só na representação desses artefatos na literatura, mas também na técnica de muitos autores do período. A adoção de gêneros como a crônica (Lima Barreto), das reportagens e entrevistas (Paulo Barreto), conferindo aproximações entre a linguagem literária e jornalística, são exemplos dessas produções.

Observa-se na escrita de muitas crônicas e contos de João do Rio a exposição do lado “*chic*” da capital, o qual fascinava nas primeiras décadas do século XX. Neste, a aparência é valorizada pelo mundo da moda e pelos costumes burgueses. Em *Os encantadores*, o cronista contrasta o Rio que passa na Grande avenida a outros Rios (o Rio anônimo e o dos miseráveis). Neste, o que se destaca é justamente o *glamour* de figuras sociais que encantam:

[...] O verão que esvurma os horrores e empasta de suor as caras, o tremendo verão que decompôs a cidade – partiu. A luz de inverno lustra os aspectos, faz ressaltar os prismas belos, apaga a fealdade. Não há gente desagradável, como não há automóveis velhos. Ninguém os vê. Os olhos estão nas mulheres, nos homens bem vestidos, nos automóveis de luxo. É um desfilar de ópera. Parece que todos ouvem uma orquestra em surdina de instrumentos de madeira, e que a luz difusa se derreteu no alto, através de uma camada musical de violentas brancas. (RIO, 2005, p. 175)

A atração pelo mundo frívolo, em que a aparência dita regras de destaque social, marca o lado dândi do cronista, que transita pelos salões e conhece os

artifícios e as sensações ligadas ao mundo do poder. As novas seduções do período enaltecem a cidade, que se embeleza nas figuras “bem vestidas” e no luxo dos automóveis.

Esse mundo glamoroso é traduzido pelo cronista através de colunas sociais tal qual “Pall- Mall Rio”, do pseudônimo José Antônio José, na linha de *Binóculo*, criada em 1915 em *O Paiz*. O pseudônimo também assinará na seção “A semana elegante”, da *Revista Ilustrada*, criada em 1916. Nestas, dentre os assuntos das crônicas aparecerão apresentações do Teatro Municipal. Renato Cordeiro Gomes (2005) assim considera a atuação de Paulo Barreto na “cidade-espelho”:

Em busca de apoteose, o Rio — cidade-espelho, assim denominado em crônica de *O Paiz*, de 6 de março de 1920 — sob o signo do moderno impresso pelas reformas do início do século XX, desfaz-se e refaz-se de acordo com o modelo europeu, à maneira de cenografia de teatro, como já dissera Lima Barreto, o escritor mais crítico do período. A montagem dessa cenografia é tarefa dos donos da República recém-inaugurada, para que o Rio de Janeiro, metonímia do Brasil, possa ser a capital de ordem e do progresso, que, na virada do século, ampliou seu papel de centro administrativo, comercial, financeiro e industrial do país, além de tornar-se o teatro da vida mundana, época de que João do Rio será o cronista por excelência, em meio a tantos outros que irão registrar em seus livros e nos jornais e revistas ilustradas as operações de ‘cirurgia urbana (a expressão é de João do Rio) [...]’. (GOMES citado por RIO, 2005, p. 20-21)

Lima Barreto, que esteve afastado desse cenário de ostentação dos mais ricos, faz as suas observações sobre as mudanças estéticas a partir de seu flunar pelas ruas cariocas. Na crônica *As tabuletas da Avenida*¹, publicada em *Fon-Fon* em 1907, o pseudônimo Mié expõe sobre o modo como as tabuletas estavam tomando conta da cidade, mostrando o espírito de elegância que dominava os cariocas:

Nos atuais tempos de transformações radicais, é bom que as tabuletas obedeçam a todas as condições de elegância, brilho e novidade; é bom também que atendam à satisfação geral, ao abarrotamento de satisfação, que enche a cidade. (BARRETO, 2016, p. 216)

Em outra passagem da crônica, Barreto ironiza essas escolhas: “*Café Chic!* Eis aí a tabuleta que salva a nossa civilização. Todos os perigos internos e externos que porventura nos ameacem serão evitados se formos *chics*, extraordinariamente *chics*” (BARRETO, 2016, p. 216).

¹ BARRETO, Lima. **Sátiras e outras subversões: textos inéditos**. / Lima Barreto; organização, introdução, pesquisa e notas Felipe Botelho Corrêa. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

A imitação aos padrões europeus, esse era o ideal que se pretendia alcançar quanto à modernização da cidade e em relação ao comportamento urbano, que, no centro da capital, deveria seguir padrões de elegância. A respeito disso, Nicolau Sevcenko (1983) descreve a agitação que toma conta das pessoas, influenciadas pelo ritmo que vai sendo imposto por meio desta nova cidade, em movimento. Surge a necessidade de adequar o centro ao crescimento populacional, ao comércio e mostrar uma imagem de progresso aos outros países.

Com muita brevidade se instala rotina de hábitos elegantes ao longo de toda a cidade, que ocupava todos os dias e cada minuto desses personagens, provocando uma frenética agitação de carros, charretes e pedestres, como se todos quisessem estar em todos os lugares e desfrutar de todas as atrações urbanas ao mesmo tempo. Já o dia não bastava para tanta excitação; era necessário invadir a noite, a cuja fruição os novos lampiões a gás e as luminárias elétricas do comércio convidavam. (SEVCENKO, 1983, p. 37)

Outros lugares também se influenciarão pela euforia em relação ao desenvolvimento urbano. A empolgação dos habitantes diante dos novos atrativos ofertados com a modernização era evidente. Nicolau Sevcenko (1992) descreve São Paulo nos anos 1920 diante da difusão da cultura musical da seguinte forma:

[...] a democratização do acesso à música, a proliferação dos bailes e ambientes de dança pagos como parte polpuda e proliferação epidêmica dos ritmos frenéticos. Assim como pululavam os clubes desportivos e de futebol, assim também deram de vicejar os “music-halls”, os “salões de dança”, as “sociedades dançantes” e as próprias lojas finas da cidade, para atrair a clientela feminina, tiveram que transformar o seu tradicional “chá das cinco” em um, a partir de então superlotado, “chá dançante” em que tomar uma chávena é pretexto e dançar maxixe a razão. (SEVCENKO, 1992, p. 89-90)

A cidade moderna impôs aos artistas e aos burgueses a necessidade de se mostrarem em locais onde pudessem estar em destaque. Beatriz Resende assim considera sobre o período:

Apesar do sucesso dos folhetins em geral, para “ser alguém” nessa república das letras era preciso mover-se por entre ela, frequentar os bares onde os homens de letras e de imprensa (posições em geral concomitantes) se reuniam, formando opinião. Mover-se, enfim, pelo teatro da cidade. No momento em que o controle da cultura, da produção literária (artística em geral) e da imprensa empresarial pela burguesia fazem com que estas participem do universo dos bens culturais, tais atividades passam, também, a se submeter às leis do mercado e, conseqüentemente, da publicidade (no sentido de mostrar-se ao público). (RESENDE, 2017, p. 108)

A modernidade encanta por meio dos atrativos urbanos, mas ela “nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição” (BERMAN, 2007, p. 24). Nas cidades, para ser implantado o novo, o moderno, conforme ocorreu em Paris e no Rio de Janeiro, transformações profundas afetaram os cidadãos, principalmente aqueles que não dispunham de condições para ter acesso aos confortos das metrópoles. Estes deveriam ficar distantes do embelezamento e conforto urbanos, isolados nos bairros pobres ou escondidos nos morros, contudo, a pobreza e a miséria acabam sendo mais expostas com as desigualdades geradas pelo capitalismo; já que os pobres continuam a frequentar as vias urbanas.

2.2 AS OUTRAS MODERNIDADES

A passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida”, como defende Zygmunt Bauman, foi condicionada pela instabilidade das instituições, as quais asseguravam garantias aos indivíduos e eram mantenedoras da ordem, como o exemplo da fábrica fordista. Estas hoje “se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las” (BAUMAN, 2007, p. 7).

Na “modernidade líquida”, o poder público deixou de agir em detrimento das forças exercidas pelo mercado ou da ação da iniciativa privada, a qual cabe, muitas vezes, procurar por medidas paliativas a fim de amenizar os problemas urbanos e sociais (BAUMAN, 2007, p. 8). Na modernidade “sólida”, o Estado e as coletividades se integravam para acomodar os cidadãos em suas fábricas ou lhes assegurar proteção diante de ameaças ainda desconhecidas (como a de possíveis guerras):

O modo sólido-moderno de administração do medo tendia a substituir os vínculos “naturais” irreparavelmente danificados por seus equivalentes artificiais na forma de associações, sindicatos e coletividades de tempo parcial, embora quase permanentes, unificadas por interesses compartilhados e rotinas diárias. A *solidariedade* estava para triunfar sobre a *pertença* como o principal escudo contra um destino cada vez mais perigoso. (BAUMAN, 2007, p. 73)

Mantêm-se, nos tempos atuais, a divisão e não a unidade. As forças sindicais, por exemplo, que auxiliaram já nas primeiras décadas do século XX na luta coletiva por direitos trabalhistas estão enfraquecidas; as conquistas individuais sobrepõem-

se, o mais importante é manter-se no emprego ou ascender com mérito próprio, independente de um grupo. Ocorre, conforme identifica Bauman (2007), “o colapso do pensamento”, os questionamentos se tornam sem razão, parece não haver uma direção segura a ir, vive-se apenas por viver, trabalha-se para continuar a consumir na sociedade dos desejos e escolhas intermináveis.

A procura pelo novo, pelo futuro no qual uma sociedade de maior êxito quanto à justiça social e fins de conflitos fosse possível é, como coloca Zygmunt Bauman (2001), “uma antiga ilusão moderna”. Já que essa ilusão está em declínio, como defende o sociólogo, o que caracteriza a modernidade do início do século XXI continua sendo a necessidade de o homem criar por meio da modernização:

A sociedade que entra no século XXI não é menos “moderna” que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização*, a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de “limpar o lugar” em nome de um “novo e aperfeiçoado” projeto; de “desmantelar”, “cortar”, “defasar”, “reunir” ou “reduzir”, tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro– em nome da produtividade ou da competitividade). (BAUMAN, 2001, p. 36)

Existem riscos constantes, desencadeados pela procura incessante por “fins” que geram a instabilidade, seja ela em relação ao homem, cada vez mais individualista, seja relacionada a problemas de ordem global, como os aspectos financeiros e interferência no ambiente. “A modernidade, não se deve esquecer, produz *diferença, exclusão e marginalização*. Afastando a possibilidade de emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização do eu” (GIDDENS, 2002, p. 13).

As relações de competitividade e a produtividade gerada pelo “capitalismo tardio” desencadearam outras relações entre os Estados-nação; há também outras desigualdades e outras formas de se relacionar, que envolvem noções de coletividade e de individualidade.

O indivíduo passa a ser o responsável por todos os problemas enfrentados em sociedade. “Riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos; são apenas o dever e a necessidade de enfrentá-los que estão sendo individualizados”

(BAUMAN, 2001, p. 43). Os sujeitos da modernidade “tardia²” são responsáveis pelo seu próprio êxito e fracasso.

A modernidade é um processo heterogêneo que continua a acontecer de diferentes modos nas diversas partes do mundo. Sobre a América Latina, Néstor Garcia Canclini (2019) explica a modernidade periférica enquanto culturas híbridas em que o tradicional se entrelaça na modernização. Canclini considera as contradições e peculiaridades em relação à modernização latino-americana, confrontando esta com a do Primeiro Mundo. Para realizar essa abordagem, o autor se vale de diferentes tipos de conhecimento — antropologia, história, literatura *etc.*

Também na sociedade e na cultura mudou o que se entendia por modernidade. Abandonamos o evolucionismo que esperava a solução dos problemas sociais pela simples secularização das práticas: é necessário passar, dizia-se nos anos 60 e 70, dos comportamentos prescritivos aos eletivos, da inércia de costumes rurais ou herdados a condutas próprias de sociedades urbanas, em que os objetivos e a organização coletiva seriam fixados de acordo com a racionalidade científica e tecnológica. Hoje concebemos a América Latina como uma articulação mais complexa de tradições e modernidades (diversas, desiguais), um continente heterogêneo formado por países onde, em cada um, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento. (CANCLINI, 2019, p. 28)

Segundo Canclini (2019, p. 74), “houve rupturas provocadas pelo desenvolvimento industrial e pela urbanização que, apesar de terem ocorrido depois que na Europa, foram mais aceleradas”. A cultura, por meio da modernização das cidades que se inicia a partir do início do século XX, passa a ter seu lugar com a profissionalização de escritores. O mercado artístico criado e o acesso à educação que se ampliava corroboram com esse propósito. “Mas a constituição desses campos científicos e humanísticos autônomos se chocava com o analfabetismo da metade da população, e com estruturas econômicas e hábitos políticos pré-modernos” (CANCLINI, 2019, p. 74).

Quanto a impactos estruturais na modernização socioeconômica da América Latina, o estudioso menciona que principalmente entre os anos 1950 e 1970, transformações foram observadas em diferentes campos:

² Anthony Giddens compreende o mundo moderno tardio — a alta modernidade — como aquele que apresenta “riscos de alta consequência, tais como o colapso dos mecanismos econômicos globais, ou o surgimento de super-Estados totalitários, são também parte inevitável de nossa experiência contemporânea” (GIDDENS, 2002, p. 12).

- a. O início de um desenvolvimento mais sólido e diversificado, que tem sua base no crescimento de indústrias com tecnologia avançada, no aumento de importações industriais e de emprego de assalariados.
- b. A consolidação e expansão do crescimento urbano iniciado na década de 40.
- c. A ampliação do mercado de bens culturais, em parte por causa das maiores concentrações urbanas, mas, sobretudo pelo rápido incremento da matrícula escolar em todos os níveis: o analfabetismo se reduz a 10 ou 15% na maioria dos países, a população universitária sobe, na região, de 250 000 estudantes em 1950 para 5 380 000 no final da década de 70.
- d. A introdução de novas tecnologias comunicacionais, especialmente a televisão, que contribuem para a massificação e internacionalização das relações culturais e apoiam a vertiginosa venda dos produtos “modernos”, agora fabricados na América Latina: carros, aparelhos eletrodomésticos etc.
- e. O avanço de movimentos políticos radicais, que confiam que a modernização possa incluir transformações profundas nas relações sociais e uma distribuição mais justa dos bens básicos. (CANCLINI, 2019, p. 85)

Esses processos, como aborda Canclini, afetaram as relações entre modernismo cultural e modernização social, “a autonomia e dependência das práticas simbólicas” (2019, p. 85). Sendo assim, enquanto de um lado a sociedade se modernizava industrialmente e socialmente, de outro, os bens culturais eram apresentados como produtos, surgem empresas que patrocinam a arte e investem em experimentações nas cisões entre a cultura das massas e da elite (CANCLINI, 2019, p. 92). Além disso, nos anos 1960 e 1970, período da ditadura militar, o Estado passa também a patrocinar e a controlar a produção cultural em muitos países, intervindo na participação política dos artistas, o que limitará o acesso ao público desses bens.

Dentro dessas múltiplas lógicas de desenvolvimento, a expansão da urbanização estará pautada em questões históricas relacionadas aos “efeitos de dominação, que provocam o aparecimento de desequilíbrios sociais e econômicos dotados de uma transcrição espacial” (SANTOS, 2010, p. 111). A situação da moradia e da qualidade do viver nos centros urbanos refletirá as ambiguidades nos investimentos desenvolvimentistas, os quais acentuaram os interesses de organizar o espaço conforme aspectos industriais e comerciais. Os privilégios financeiros sobrepõem-se aos sociais, tornando-se as desigualdades muito mais acentuadas na América Latina que em países europeus.

2.2.1 Os desencantamentos

As cidades de hoje representam os dilemas do próprio indivíduo, que se sente inseguro diante do risco da violência constante e ao mesmo tempo compelido a se isolar em suas próprias angústias ou interesses.

Existem, nos centros urbanos, aqueles que possuem os bens alcançados pelo progresso no que se refere à modernização geradora do conforto e bem estar social. São os moradores com acesso a casas em lugares considerados seguros, a escolas e a serviços de saúde com qualidade, que dispõem de uma alimentação adequada e a possibilidade de ter entretenimentos diversos, tal como ida a teatros, cinemas, shoppings. Estes, ainda assim não se encontram livres das ameaças da “modernidade líquida”; o medo da violência, a insegurança em relação a possíveis catástrofes ambientais ou a crises econômicas interferem constantemente em sua forma de agir em relação ao outro.

Em direção oposta aos moradores acima retratados, há os que estão completamente à margem, desprovidos da mínima dignidade enquanto sujeitos urbanos, pois na maioria das vezes vivem em condições tão precárias que até a alimentação lhes falta. As suas inseguranças pautam-se em situações bem diversas.

Beatriz Sarlo assim retrata os pobres que “têm corpos sem tempo”:

Os corpos não mentem. Há dezenas de jovens desdentados nas vilas miseráveis que cercam Buenos Aires. Há dezenas de milhares de crianças que não comem todos os dias, barrigudas e franzinas, raquíticas e vulneráveis. Há dezenas de milhares de adolescentes que nunca saem das quadras dos bairros afastados em que vivem, por medo, por distância cultural, por falta de recursos. Milhares de outros deixam seus bairros para sempre; são os habitantes da noite, dos túneis, dos becos, dos umbrais das lojas e dos edifícios. Esses corpos marcados pela miséria talvez até venham a receber um alimento amanhã, mas ele jamais compensará o que deixaram de receber hoje. Seus corpos estão sendo maltratados, ofendidos, desprezados, humilhados. (SARLO, 2005, p. 14)

Esse retrato dos pobres de Buenos Aires feito por Sarlo (2005) evidencia o que ocorre em inúmeras cidades do mundo. O progresso social não chegou a esses sujeitos de corpos feridos, que não partilham ainda dos recursos da modernização. Percebe-se não existir pela sociedade ou pelo governo um movimento em direção a eles, assim, esses pobres ficam sem ter o direito de se perceber como integrantes da cidade.

Em “A cidade dos pobres³”, as crianças retratadas procuram, sem expectativa de auxílio, por dinheiro nos vagões dos metrô. Seu futuro, conforme constata Sarlo, já está destinado ao insucesso:

Avançam sem calcular, representar ou exagerar, calados. Sua graça inconsciente se origina no fato de já não cuidarem da sua maneira de pedir esmola; em sua condição atual, desapareceu todo cálculo, toda tentativa de persuadir, de emocionar, de dar pena. Movem-se como quem não tem pressa nem finalidade. Valem-se por si mesmos. Têm 12 ou talvez 13 anos; dentro de pouco tempo, já não distribuirão, sem sucesso, figurinhas pelos vagões de um trem. Em pouco tempo, suas vidas darão um salto, como quem passa do primário para o secundário e muda durante o último verão da infância; adolescentes, os meninos das figurinhas ganharão uma agressividade que os tornará mais visíveis. Entrarão no mundo condenado e sórdido dos suspeitos. (SARLO, 2014, p. 58)

Nesse capítulo, a autora descreve, além dessa situação dos pedintes dos metrô, a de inúmeras pessoas que vivem nas ruas. A criança pequena, que vende figurinhas nos metrô, “em dez anos terá sua turminha de meninos de rua, seu grupo de cheiradores de cola e usuários de *crack*; em doze anos, quem sabe, será explorada sexualmente. Quais são as suas oportunidades?” (SARLO, 2014, p. 60). Esses moradores são “o imprevisto e o não desejado da cidade, o que se quer apagar, afastar, desalojar, transferir, transportar, tornar invisível” (SARLO, 2014, p. 61).

Os grandes centros urbanos atraem muitas pessoas, pois neles há uma grande gama de serviços relacionados a diferentes setores da economia e, com isso, muitas possibilidades de emprego, o que não é garantia para os pobres de adquirir um vínculo empregatício; estes conseguem, quando muito, subempregos. A esse respeito, Milton Santos e María Laura Silveira (2008) descrevem:

As grandes cidades são propícias a receber e acolher gente pobre e lhes oferecer alguma espécie de ocupação (não propriamente empregos). Mas as grandes cidades também criam gente pobre: a extrema variedade de capitais nela presentes, tanto fixos como variáveis, assegura a possibilidade de uma extrema variedade do trabalho. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 286)

A pobreza existente em determinado local provém também de situações relacionadas à globalização, já que o que ocorre no espaço pode ser ao mesmo

³ SARLO, Beatriz. A cidade dos pobres. In: _____. **A cidade vista**: mercadorias e cultura urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

tempo global e singular (SANTOS, 2008, p. 113). O exercício da cidadania acontece, contudo, de modo local.

Milton Santos discorre a respeito do fundamento da “esquizofrenia do lugar”, segundo o qual há racionalidades e irracionalidades no espaço urbano. “Na cidade, as irracionalidades se criam mais numerosas e incessantemente que as racionalidades, sobretudo quando há, paralelamente, produção de pobreza” (SANTOS, 2008, p. 113). Assim, interfere-se na cidadania.

Os problemas sociais que ocorrem nos locais não alcançam uma política com medidas mais duradouras, que envolvem a reorganização do espaço. A “racionalidade” do “mundo” que tem a técnica como valor essencial, menospreza o empobrecimento da população excluída, pois isso nada acrescenta aos ganhos das empresas e ao Estado. A cidadania que deveria estar fundamentada no exercício efetivo de direitos relativos à sobrevivência do indivíduo passa a não acontecer, já que isso pressupõe “uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político” (SANTOS, 2008, p. 113).

Zygmunt Bauman observa que a segregação existente nas metrópoles contemporâneas evidencia que “separar e manter distância se tornam a estratégia mais comum na luta urbana atual pela sobrevivência” (BAUMAN, 2007, p. 78). Para o autor, há dois tipos de “guetos” que comprovam essa segregação: um onde mora os que têm recursos e optam por lugares separados do “turbilhão” urbano e outro dos moradores sem meios, que se distanciam “das partes mais benignas e agradáveis da cidade” (BAUMAN, 2007, p. 79).

Os cidadãos urbanos da camada inferior são “condenados e permanecem locais” – e portanto se pode e deve esperar que suas atenções e preocupações, juntamente com seus descontentamentos, sonhos e esperanças, se concentrem nos “assuntos locais”. Para eles, é *dentro* da cidade que habitam que a batalha pela sobrevivência, e por um lugar decente no mundo, é lançada, travada e por vezes vencida, mas na maioria das vezes perdida. (BAUMAN, 2007, p. 81)

Os cidadãos da “camada superior” residem nas cidades, mas não se envolvem com seus problemas, pois suas preocupações e distrações se encontram em outros ambientes, inclusive no ciberespaço, o qual é usado para desenvolver atividades profissionais. Os isolados, excluídos, estão nos locais, mas são ignorados. Não há integração entre estes com os outros.

Eni Puccinelli Orlandi (2012), no ensaio *A casa e a rua: uma relação política e social* analisa a significação do espaço em relação à forma como este é tomado pelos sujeitos, os quais também ganham ou não relevância em suas relações com o meio social. Existe, de acordo com Orlandi, uma ligação entre o urbano, a cidade e o social, já que no espaço acontecem todos os fenômenos (ORLANDI, 2012, p. 204).

A cidade é um espaço significante, investido de sentidos e de sujeitos, produzidos em uma memória – são gestos de interpretação dela – se está transformando, modificando, ou não esta memória. E isto traz consequências para o espaço e para seus habitantes. Para suas vidas. (ORLANDI, 2012, p. 205)

A modificação do espaço ocorre constantemente, contudo, a “organização da cidade ignora as reais necessidades histórico-materiais do espaço em movimento” (ORLANDI, 2012, p. 199). As transformações urbanas, de forma não planejada, vão inscrevendo novos enquadramentos, tomando áreas inapropriadas para a habitação, como morros ou regiões de mananciais, ou criando isolamentos, caso dos prédios e condomínios. A sociabilidade acaba, como Bauman (2007) observou, sendo afetada pela segregação entre a “camada superior” e a “camada inferior”, que criam sentidos através de sua interação com o espaço.

O uso dos muros e das grades significa muito mais do que a proteção contra os perigos urbanos. Como Orlandi observa, eles representam a exclusão:

Por este gesto, fica “dito” que os que estão do lado de cá do muro são as pessoas com as quais se quer conviver, quem está para fora são os que se excluiu, ou mais do que isso, aqueles cuja existência não nos interessa, aqueles que não deveriam existir. O social fica indistinto porque não são todos que estão do lado de fora que são “inimigos”. Então o “hostis” (inimigos) e o “socius” (nossos iguais) ficam confundidos. (ORLANDI, 2012, p. 205)

Estar nas ruas no “modernismo tardio” se relaciona a buscar a proteção do diferente, daquilo que causa estranhamento. Viver em condomínios ou em prédios, entre muros e grades, como Orlandi (2012) e Bauman (2007) compreendem, é estar distante da cidade e dos outros. Os moradores desses “bairros” privados se isolam devido a seus medos. Em muitos espaços urbanos até existe uma aparência de ordem e limpeza, contudo, alastrou-se a indiferença com o outro. Lutar por causas sociais e pela melhoria para todos é cada vez mais incomum.

Christian Dunker (2009), quanto à divisão dos espaços dentro da cidade, discorre a respeito da “lógica do condomínio”, ideal de felicidade que se propagou no Brasil a partir dos anos 1970. Nesse período, foram projetados locais limpos, seguros para se morar— como o residencial Alphaville—, nos quais se presumia que a vida harmoniosa em comunidade seria possível. Esses condomínios, muitos de alto padrão, com seus muros separariam a insegurança do mundo exterior à suposta paz conquistada pelos moradores dessas fortalezas.

Afinal, o condomínio implica a tentativa de criar certas regras e normas públicas, nos limites da vida privada, mas sempre à condição de um espaço de excepcionalidade, erigido como defesa contra a barbárie exterior. Ela implica, portanto, um reconhecimento da barbárie. Supondo-se que na situação em questão as condições objetivas e as intenções subjetivas são da melhor qualidade, pode-se argumentar que estamos diante de um paraíso para a ação comunicativa, o cenário ideal para a auto-organização racional de uma comunidade de risco zero. Tudo depende de um bom síndico. (DUNKER, 2009, p.3)

Dunker (2009) considera que a projeção da felicidade associada ao habitar em um condomínio é uma ilusão, já que não significou a realização plena de seus moradores, gerando, ao contrário, insatisfações desencadeadas por uma vida artificial. As áreas bonitas, planejadas para a convivência em comum, são pouco utilizadas; os desentendimentos relacionados a problemas internos, muitas vezes até insignificantes, trazem desconforto e fazem com que haja a necessidade de regulamentos que têm a sua aplicação fiscalizada por um síndico.

Isso leva ao paradoxo constitutivo da lógica do condomínio que ao modo de um sintoma tenta reestabelecer a função primitiva da norma como convenção baseada em interesses. São nestas zonas condominiais que se estabelecem os dissidentes, os desviantes, mas também os excluídos. (DUNKER, 2009, p. 8)

Os condomínios não são a garantia de que a criminalidade fique ausente, como aponta Christian Dunker (2009), pequenas desobediências de trânsito, consumo de drogas e desavenças entre vizinhos evidenciam que mesmo dentro dos muros a vida não é perfeita. A exclusão dos desiguais não significa identificação com “os iguais”.

Morar em comunidades é estar longe de desfrutar a cidade. É estar isolado pela distância, pelo desamparo, pela violência imposta através dos que vivem a

partir dela e por aqueles que deveriam promover a segurança. Significa não possuir uma moradia decente, um emprego, água tratada, saneamento básico e escolas de qualidade. O medo também domina os moradores das comunidades, que sonham em desfrutar dos mínimos benefícios surgidos a partir da criação das cidades.

Milton Santos (2010) considera que as favelas, as quais já foram conhecidas no Brasil por diferentes nomes – “malocas” (Porto Alegre), “mocambos” (Recife), “invasões” e “alagados” (Salvador)–, são o resultado de uma evolução recente e com causas específicas:

Tais “favelas” são o resultado da falta de alojamento, do desequilíbrio entre o número de casas construídas e o aumento incessante da população. O problema é tanto mais agudo porque o preço da construção aumenta mais depressa que o custo de vida tomado globalmente– quando o são – há, cada vez mais, desequilíbrio. Cada aumento de salário corresponde a ainda maior dificuldade para adquirir um lugar ou alugar um alojamento. (SANTOS, 2010, p. 49)

Há um dinamismo como fator ativo, que, historicamente, vai impelindo às mudanças de paisagens nas cidades e regiões. Nos bairros, de acordo com Santos (2010), observam-se as diferenças sociais:

O processo de industrialização, que amplia os efetivos da classe média, proporciona a criação de bairros elegantes, ao lado de bairros de classe média e subúrbios pobres, mas sem reduzir a proporção de favelas. Isso é mais ou menos geral. (SANTOS, 2010, p. 49)

As disparidades em relação ao morar estão em todas as regiões brasileiras e são reflexo das desigualdades sociais, geradas com o crescimento econômico que, historicamente, gera a exclusão. Para adquirir lucros e demonstrar o seu poder, as empresas exploram, destroem; de outro lado, o poder público não age em benefício da reconstrução do espaço para o efetivo exercício da cidadania por parte dos que são afetados.

Viver nas cidades hoje é, como se observou, não estar nas ruas, não se misturar. As relações sociais se modificaram, o espaço urbano desencadeou outras desigualdades e pôs a mostra o individualismo, fruto da procura desenfreada por assumir rotinas impostas pelo capitalismo, pela aceleração das máquinas e agilidade do mundo virtual. Olhar a pobreza com indiferença se tornou comum; a pressa dos homens das cidades não permite o questionamento das causas dessas mazelas.

2.3 REPRESENTAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA E A DESORDEM URBANA

Os pobres, os que perderam suas casas devido ao replanejamento do centro urbano de Paris foram levados a outras partes da cidade, nas quais a luz do desenvolvimento estava ausente. Entretanto, como coloca Berman, o problema “é que eles não vão embora, também querem um lugar sob a luz” (2007, p. 187). Em “Os olhos dos pobres”, poema em prosa de Charles Baudelaire, essa situação dos excluídos dos bens modernos é muito bem retratada.

No poema de Baudelaire, um casal, após um dia juntos, senta-se próximo a um bulevar, em frente a um café novo, “ainda cheio de cascalhos, mas já mostrando gloriosamente seus esplendores inacabados”. Em um ambiente luxuoso, com espelhos, molduras de ouro e iluminado com tochas de gás, os personagens esperam pelo seu pedido até que uma família se põe diante deles, observando com admiração o local de ostentação.

Incomodada com o olhar da família, a mulher da história pede ao companheiro para solicitar que o *maître* afastasse os pobres de lá. O espaço onde ocorre a situação é que, segundo Marshall Berman (2007), torna moderno o encontro entre o olhar dos pobres e o do casal: “Baudelaire nos mostra um novo mundo, privado e público, no instante exato em que este surge” (BERMAN, 2007, p. 182).

Ao modificar a estrutura urbana parisiense, George Eugene Haussmann, prefeito de Paris, determina que milhares de pessoas fossem deslocadas de seus bairros, os quais foram destruídos. A cidade moderna não foi feita para que todos usufríssem dos mesmos direitos. “Os bulevares de Haussmann transformaram o exótico no imediato; a miséria que foi um dia mistério é agora um fato” (BERMAN, 2007, p. 184).

No Rio de Janeiro, à semelhança de Paris, mudanças extremas foram realizadas na capital, por meio das quais os pobres foram expulsos para os morros e para os subúrbios:

O resultado mais concreto desse processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca foi a criação de um espaço público central na cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos “argentários”. A demolição dos velhos casarões, a essa altura já quase todos transformados

em pensões baratas, provocou uma verdadeira “crise de habitação”, conforme a expressão de Bilac, que elevou brutalmente os aluguéis, pressionando as classes populares todas para os subúrbios e para cima dos morros que circundam a cidade. (SEVCENKO, 1983, p. 33-4)

Pretendeu-se a partir da Regeneração do centro do Rio alcançar o mundo civilizado, sinônimo de fartura e prosperidade, tal qual identificado na Europa. Para isso, a sujeira, a feiura e a preguiça (defeito que os estrangeiros atribuíam aos brasileiros) deveriam ser combatidas.

As casas coletivas são retiradas do centro, já que eram consideradas perigosas por disseminarem, devido à falta de higiene nesses locais, epidemias como a febre amarela. Isso seria terrível à população branca, a elite de origem europeia, considerada mais frágil. Sobre isso, corrobora Eliana Kuster (2014):

As providências tomadas passaram por um viés fortemente pautado pela medicina social, que procurava prevenir as possíveis epidemias, cuidando de suas causas ambientais. Essa postura requereu intervenções rígidas, que cuidassem de transformar a desordem em ordem, através de um trabalho contínuo e planejado de vigilância e controle da vida social. (KUSTER, 2014, p. 139)

As favelas se desenvolvem e nelas são mantidos hábitos populares repudiados pelas elites, como a religiosidade dos curandeiros, os feiticeiros, os candomblés, o jogo do bicho e o carnaval à brasileira, diferente da “versão europeia”. Os moradores das favelas, que vivem uma precária situação, em habitações deploráveis, com péssimas condições de higiene, sem acesso a medidas de saneamento básico, continuarão a ser vistos da Avenida Central. Os pobres também descerão o morro a fim de conseguirem meios para sua subsistência.

2.3.1 O cortiço

Na literatura, a representação desse espaço em transformação no Brasil já aparece na obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. O romance, publicado em 1890, possui como cenário o Brasil do Segundo Império. Nesse período, anterior à reforma de Pereira Passos⁴, a capital brasileira vivia o fim do escravismo; novos

⁴ No governo de Rodrigues Alves, que assumiu em 1902, intensificaram-se as obras públicas de saneamento e reformas urbanas: “Para desenvolvê-las, o prefeito Pereira Passos e o diretor do Serviço de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, receberiam poderes de ditadores” (RESENDE, 2017, p. 33).

trabalhadores, dentre estes os antigos escravos e imigrantes vindos da Europa, queriam se inserir no mercado de trabalho ao passo que as relações remuneratórias ainda estavam sendo articuladas.

Sidney Chalhoub (2017) considera que a “proliferação dos cortiços na cidade do Rio se deu a partir das décadas de 1850 e 1860, e esteve ligada ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses e ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos” (CHALHOUB, 2017, p. 30). De acordo com o pesquisador, nesse período, muitos escravos conseguiam a autorização de seus proprietários “para viver sobre si”, isto é, viver distante da casa onde serviam. Isso os auxiliava a terem trabalhos extras, que favoreceriam na compra de sua liberdade.

Os cortiços passaram a ser uma alternativa de moradia a esses escravos, assim como para os negros livres:

Em suma, o que estou querendo sugerir é que o tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores. (CHALHOUB, 2017, p. 33)

Na obra *O cortiço*, o personagem português João Romão, movido pela ganância de enriquecer rapidamente, modifica o lugar onde vive para criar e, em seguida ampliar, um conjunto de pequenas casas que formam a Estalagem de São Romão. Em busca de aluguel barato e local próximo à pedreira em que trabalhavam, vários operários procuram pelo cortiço:

Não obstante, as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em alugá-las, aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação. (AZEVEDO, 1998, p. 14)

Eliana Kuster observa que em *O cortiço* é retratado o Rio desordenado para onde vão aqueles que devem estar distantes do centro, os que compõem as outras cidades, “nas quais há, ainda, uma forte necessidade do trabalho braçal realizado por operários sem qualificação. Operários estes os quais a cidade precisava abrigar” (KUSTER, 2014, p. 161).

É essa desordem característica de um ambiente coletivo, em que várias famílias dividem o mesmo espaço, a qual se pretende deixar nas periferias, pois isso não se adequaria aos padrões de higiene e modernização da cidade:

Daí a pouco, em volta das bicas, era um zum-zum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio d'água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar: via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco [...]. As portas das latrinas não descansavam era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando tréguas. Não demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou a saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no canto das hortas. (AZEVEDO, 1998, p. 38)

Sidney Chalhoub (2017) observa que o olhar das elites cariocas para os habitantes dos cortiços era preconceituoso. Nos debates de parlamentares, por exemplo, defendia-se a ideia de que para ser um bom cidadão o sujeito deveria poupar com ganhos adquiridos pelos esforços de seu trabalho. Aqueles que não conseguiam fazer isso, não possuíam virtude, pertenciam assim “às classes viciosas”, como seriam os moradores das habitações coletivas:

Assim é que a noção de que a pobreza do indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. (CHALHOUB, 2017, p. 26)

Inspirado em obras naturalistas de Émile Zola, Azevedo esboça também em seu romance as contradições na convivência entre diferentes classes sociais. O imigrante, representado por João Romão, possui posição superior, lucra a partir daqueles a quem aluga as casinhas. Estes, os mais pobres, configuram diferentes elementos sociais, mas todos ligados à determinação do meio ao qual estão sujeitos; são homens e mulheres influenciados pelas condições de miséria que compartilham, animalizam-se na busca por sobreviver em um espaço desorganizado.

A imagem da destruição da ordem aparece relacionada ao vício e à figura dos malandros. Em *O cortiço*, uma figura comumente associada ao vagabundo e desordeiro é a do “capoeira”. Este pode ser exemplificado pelo personagem Firmo:

Firmo, o atual amante de Rita Baiana, era um mulato pachola, delgado de corpo e ágil como um cabrito; capadório de marca, pernóstico, só de maçadas, e todo ele se quebrando nos seus movimentos de capoeira. Teria seus trinta e tantos anos, mas não parecia ter mais de vinte e poucos.

Pernas e braços finos, pescoço estreito, porém forte; não tinha músculos, tinha nervos. (AZEVEDO, 1998, p. 73)

Firmo, como retratado por Azevedo, é alguém sempre disposto a enfrentar uma situação de confronto, de briga, “tinha nervos”. O trabalho contínuo, marcado por uma carga horária rotineira, não fazia parte da conduta do personagem: “Era oficial de torneiro, oficial perito e vadio; ganhava uma semana para gastar num dia” (AZEVEDO, 1998, p. 73).

Os capoeiras eram uma ameaça à ordem imposta pela sociedade do período, além de não seguirem o trabalho disciplinado, destacavam-se por serem “valentões”, como observado na descrição de Firmo. Essa caracterização alimentava o discurso que se fez no período de que esses indivíduos faziam parte das “classes perigosas⁵”.

Nos cortiços, esses tipos sociais habitariam, pois eles simbolizavam os ambientes caóticos da cidade moderna. É essa leitura que pode ser observada quanto aos moradores da Estalagem. Outra personagem que também constituía ameaça ao mundo do trabalho ordenado e à virtude, é Rita Baiana. A sua postura promíscua despertava a curiosidade dos outros moradores:

Acudiu quase todo o cortiço para recebê-la. Choveram abraços e as chufas do bom acolhimento.

Por onde andara aquele diabo, que não aparecia para mais de três meses?

– Ora, nem me fales, coração! Sabe? pagode de roça! Que hei de fazer? é a minha cachaça velha!...

– Mas onde estiveste tu enterrada tanto tempo, criatura?

– Em Jacarepaguá.

– Com quem?

– Com o Firmo...

– Oh! Ainda dura isso?

– Cala a boca! A coisa agora é séria!

– Qual! Quem mesmo? Tu? Passa fora!

– Paixões da Rita! exclamou o Bruno com uma risada. Uma por ano! Não contando as miúdas! (AZEVEDO, 1998, p. 67- 68).

O cortiço que incorpora as suas contradições ao ser, sendo personificado nos vícios, nos costumes, aos poucos sofre transformações, moderniza-se, assim

⁵ Expressão empregada pela primeira vez pela escritora inglesa Mary Carpenter em 1840, conforme explica Sidney Chalhoub: “Para Mary Carpenter, as classes perigosas eram constituídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não do trabalho” (CHALHOUB, 2017, p. 23).

como a cidade. Novos habitantes passam a residir na “Estalagem de São Romão” a qual passa a se chamar “Avenida São Romão”.

Os preços dos cômodos subiam, e muitos dos antigos hóspedes, italianos principalmente, iam, por economia desertando para o Cabeça de Gato e sendo substituídos por gente mais limpa. Decrescia também o número de lavadeiras, e a maior parte das casinhas eram ocupadas agora por pequenas famílias de operários, artistas e praticantes da secretaria. O cortiço aristocratizava-se [...]. (AZEVEDO, 1998, p. 255)

A malandragem, a sujeira dos maus hábitos, é deixada de lado. Implanta-se uma nova ordem, buscada no pensamento de que como moradores da Capital, deveriam adequar-se aos trabalhos considerados intelectuais, nobres, para obterem o desenvolvimento social. Acolher esses novos moradores também significa, diante disso, enobrecer-se juntamente à cidade. Para outros cortiços, que não se modernizaram, continuavam a ir os que viviam em pior situação econômica.

A expulsão dos cortiços das áreas nobres do Rio de Janeiro já no final da Monarquia passou a ocorrer. A visão de que eles constituíam uma ameaça à saúde de toda a população devido às condições de higiene neles existentes, impulsionara ações extremas, como ocorreu com o Cabeça de Porco em 1893, um dos maiores cortiços da época, que teve uma rápida demolição, conduzida pelo prefeito Barata Ribeiro:

Os atos de Barata Ribeiro não surpreendem muito, pois esta foi uma personagem que, valendo-se do apadrinhamento do todo-poderoso Floriano Peixoto, agiu frequentemente como um déspota durante o período no qual esteve à frente da administração da cidade. Mas e a aclamação da imprensa, com suas metáforas de guerra e de masculinidade, e seu regozijo na eliminação de um “outro” tão unanimemente indesejado? (CHALHOUB, 2017, p. 22)

As observações de Chalhoub a respeito do olhar da época à classe pobre evidenciam a falta de uma preocupação em se organizar o espaço para que os menos favorecidos tivessem condições de terem moradias adequadas, sendo também beneficiados por reformas que visassem à saúde de toda a população. Nesse período, assim como fortemente continuará a ocorrer no início da República, a administração pública não entendia como pertencentes à cidade os pobres.

Os pobres, como retratados em *O cortiço* por Aluísio Azevedo, constituíam uma “classe perigosa” que deveria se valer por si. Nesse retrato dos moradores da Estalagem São Romão está o preconceito, a reprodução de discursos

discriminatórios que se formulavam no período. Os cortiços, além de constituírem, na visão dos higienistas e administradores da cidade, uma ameaça à saúde pública, eram lugares em que os vícios poderiam perturbar a ordem e intervir na imagem de desenvolvimento que se pretendia construir.

2.3.2 Os excluídos nas crônicas-reportagem de João do Rio

Conhecer os lugares obscuros da cidade, registrando a miséria decorrente de um crescimento urbano sem o planejamento advindo com a modernização, assim fez Paulo Barreto, que, como repórter viu as diversas faces da capital brasileira no início do século XX. Na crônica *Os que começam*, os miseráveis, explorados e exploradores são retratados:

Há no Rio um número considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrofulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarros, crias de famílias necessitadas, simples vagabundos à espera de complacências escabrosas, um mundo vário, o olhar de crime, o broto das árvores que irão obumbrar as galerias da Detenção, todo um exército de desbriados e de bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade à cata do pão para os exploradores. (RIO, 2005, p. 130)

Os mendigos, que “enfeavam” a Avenida Central e manchavam a visão sobre o brasileiro, eram perseguidos pela polícia e muitas vezes retirados da área considerada nobre. A imprensa também corroborava para se opor à mendicância por meio de matérias que criticavam a prática. “E os vagabundos, já o vimos, eram retirados de circulação se fossem capturados no centro da cidade” (SEVCENKO, 1983, p. 59). Em muitas das descrições de João do Rio, também se observará a visão preconceituosa da época, que considerava todos os miseráveis enquanto criminosos.

Os vadios, como descreve João do Rio, muitas vezes eram tratados como exploradores, mas também, como compreende Nicolau Sevcenko (1983), correspondiam aos desempregados que passaram a depender da mendicância, do subemprego e até da criminalidade. Não apenas os mendigos e os malandros foram personagens de suas reportagens. João do Rio observa outras classes, já descritas por Aluísio Azevedo: a dos operários.

Por essa linha da marginalidade, o repórter cruza a cena operária, e aí o roteiro dos destinos paralelos ganha amplitude, já que também foram muitas as incursões pelas fábricas, frequentando estivadores, visitando o transporte do manganês na Ilha da Conceição, participando do movimento grevista dos trabalhadores do Gás, Casa e no Necrotério, retratando a miséria dos bairros proletários. (PRADO citado por SCHWARZ, 1983, p. 71)

As descrições das moradias e moradores que faz em *A alma encantadora das ruas* revelam “o inferno social” (Sevcenko) pelo qual passou a Primeira República. Há, contudo, nessa revelação, a intencionalidade de vender a matéria, mostrar a degradação humana como chamariz à curiosidade dos que lerão os jornais, já que esses textos seriam publicados em periódicos da época, caso da revista *Kosmos* e da *Gazeta de Notícias*. O mistério dessa cidade de personagens “monstruosos” é fonte para as crônicas-reportagem do autor, que dentre tantos pseudônimos, tornou-se mais conhecido como João do Rio.

Em *Sono calmo*, o repórter adentra pelos submundos da cidade, acompanhado pela polícia; irão até os “covis”, lugares em que se escondiam ou viviam os miseráveis. Por meio do emprego de imagens que misturam luzes a sombras, com forte apelo sensorial ao leitor, o narrador revela no “passeio” noturno aspectos do Rio grotesco, considerado feio, sujo, perigoso:

É perigoso entrar só nos covis horrendos, nos trágicos asilos da miséria. Íamos caminhando pela rua da Misericórdia, hesitantes ainda diante das lanternas com vidros vermelhos. Às esquinas, grupos de vagabundos e desordeiros desapareciam ao nosso apontar e, afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vaziar a sua imundície, por aquela rede de becos, víamos outras lanternas em forma de foice, alumando portas equívocas. Havia casas de um pavimento só, de dois, três; negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma a outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. (RIO, 2005, p. 110)

Os covis da Cidade Nova eram muitos, assim o advogado o relata:

É por aqui, pela Gamboa, nas ruas centrais, nos bairros pobres. Só na Cidade Nova, que quantidade! Isso não contando com as casas particulares, em que moram vinte e mais pessoas, e não querendo falar das hospedarias só de gatunos, “os zungas”. (RIO, 2005, p. 110)

Os tipos da “imundície” vão sendo mostrados, a pobreza incorpora o lado obscuro que se pretendia manter oculto no Rio civilizado. Em uma das hospedarias, na qual a polícia entra para fazer uma vistoria, “dormiam de beíço aberto, babando

marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda”. Também havia mulheres, “todos dormindo, a maioria nua” (RIO, 2005, p. 175).

Em meio a essas observações, percebe-se a força policial, incumbida de coagir os estranhos, fiscalizar se no meio àquela escória humana a criminalidade poderia fugir e ir assolar a “cidade ideal”.

Subitamente, porém, apalpou as algibeiras, olhou-nos ansioso. Tinha sido roubado! Houve um rebuliço. Como por encanto, homens, havia ainda minutos, a dormir profundamente, acordavam-se. O sr. Delegado, alteando a voz, deu ordem para não deixar sair ninguém sem ser revistado. O encarregado, com perdão do delegado e das outras senhoritas, descompunha o pequeno. (RIO, 2005, p. 113)

Os policiais cumprem a sua função de descobrir quem possivelmente havia cometido um roubo na hospedaria. A vistoria, mesmo antes do crime, já se fazia de modo autoritário, interrompendo o sono dos pobres:

Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade. E eu, o adido, o bacharel, o delegado amável estávamos a gozar dessa gente o doloroso espetáculo! (RIO, 2005, p. 114)

O repórter, acompanhando os policiais, também assume um papel autoritário, de quem desfruta do “triste espetáculo”. Ainda assim, as muitas descrições a respeito da situação calamitosa dos habitantes dessas acomodações, denunciam o lado degradante da capital; o título *Sono calmo* revela a contradição que cerca o espaço desses covis, a calma é inquieta, invadida pela incerteza gerada na miséria e abandono dos miseráveis à própria sorte.

As vistorias realizadas por autoridades policiais às habitações coletivas ainda existentes na capital ocorriam de modo frequente. Essa prática já era realizada no período da Corte, quando se passou a observar as estalagens como lugares ameaçadores à ordem e à saúde pública:

Os subdelegados deveriam visitar frequentemente as habitações coletivas, certificando-se de que lá não se encontravam vadios, estrangeiros em situação irregular e pessoas “suspeitas”, ou que causassem “desconfianças” e “receios” — uma categoria tão abrangente e ambígua que era potencialmente útil contra quaisquer dos moradores de tais habitações. (CHALHOUB, 2017, p. 35)

Outro Rio que aparece nas representações das crônicas de João do Rio é o das crianças exploradas. Em *Os que começam*, a crítica a essa exploração se evidencia: “Não há decerto exploração mais dolorosa que a das crianças” (RIO, João do, 2005, p.130). Se a palavra “dolorosa” remete à compaixão do narrador à situação das crianças, na descrição que se segue, existe uma acusação de criminalidade premeditada pelos personagens envolvidos nas práticas descritas:

Essa criançada parece não pensar e nunca ter tido vergonha, amoldadas para o crime de amanhã, para a prostituição em grande escala. Há no Rio um número considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrofulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarro, crias de famílias necessitadas, simples vagabundos à espera de complacências escabrosas, um mundo vário, o olhar de crime, o broto das árvores que irão obumbrar as galerias da Detenção, todo um exército de desbriados e de bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade à cata do pão para os exploradores. Interrogados, mentem a princípio, negando; depois exageram as falcatruas e acabam a chorar, contando que são o sustento de uma súcia de criminosos que a polícia não persegue. (RIO, 2005, p. 130)

A mendicância, segundo expõe João do Rio, levava as crianças à criminalidade, inúmeros aproveitadores se valiam dos menores para conseguir dinheiro. Há várias histórias sobre isso, registros das observações do repórter-autor, como a dos inválidos:

Fui encontrar na ponte das barcas Ferry alguns de volta de Niterói. Vinham alegres, batendo com as muletas, a sacolejar os fartos sacos, na tarde álgida. Só nessa tarde interroguei seis: Francisco, antigo peralta da Saúde; Antônio, jovem de 18 anos, que, graças à falta de uma perna, não trabalha desde os 12; Pedro, pardinho crispinhento, que ri como um suíno e é o curador de uma senhora idosa; João Justino, sem um braço, e os dois pequenos Felismino e Aurélio. Voltavam de mendigar persegue (RIO, 2005, p. 130)

Em outra passagem da crônica, João do Rio descreve mais formas dessa tragédia da exploração, relata que em muitos casos os menores trabalhavam pelo sustento da família:

Judite, com 8 anos, moradora à rua da Lapa, andava com o pai pelo subúrbio, tocando realejo. O pai fingia-se de cego, e como um cidadão descobrisse a patifaria, é ela só quem esmola, atacando as senhoras, pedindo algum dinheiro para a mãe moribunda. Laura e Amélia, filhas da senhora Josefina, têm um irmão que aprende o ofício de carpinteiro, moram na rua da Providência e passam o dia a arranjar dinheiro para a mamã mais o padrasto. (RIO, 2005, p. 133)

Ao dar nome às crianças exploradas, mostrando suas vidas sem expectativas, João do Rio chama atenção ao problema ignorado pelos governantes: a mendicância, fruto da exploração dos menos favorecidos. Exploradores muitos também já explorados, vítimas da exclusão social e condenados à marginalidade. Como bem define João do Rio: “o drama resumo de um estado social, a tragédia soluçante que cada vez mais se alastra”. (RIO, 2005, p. 135)

Não haveria para os pequenos a possibilidade de outra vida que não estivesse fadada à marginalidade e à exploração. Apenas os becos escuros da cidade lhe eram destinados: “O vento fustigava-lhes as carnes seminuas e eles, agarrados uns aos outros, na fraternidade do sofrimento, sem pai, sem mãe, sem amparo, erguiam os olhos para o céu numa angustiosa súplica” (RIO, 2005, p. 135).

Revela-se por meio desses retratos da infância do início do século XX um momento no qual a prática da cidadania estava muito longe de ser pensada no Brasil, mesmo quando dos direitos de crianças e adolescentes. Em relação a isso, Beatriz Resende considera que:

A discussão sobre o exercício da cidadania na sociedade brasileira permanece sendo a investigação de seu cerceamento e, sobretudo, os diversos aspectos da *não cidadania*. Da Primeira República à atual, o debate público e a produção de textos públicos sobre o tema, inevitavelmente, irão se referir ao direito negado à moradia de favelados e sem-terras, aos direitos sociais das mulheres que só na década de 1930 vão exercer o do voto e cujo direito à vida é menos importante que a “defesa da honra”, ao direito ao livre uso do espaço urbano pelos pobres, ao rural por camponeses e ao silvestre a índios. (RESENDE, 2017, p. 42)

Nessa perspectiva apontada por Resende sobre a identificação da *não cidadania* nos textos ficcionais e não ficcionais escritos na Primeira República foram poucos autores que se posicionaram diretamente contrários a essa situação. O registro da miséria ocorre, como Paulo Barreto o faz, principalmente como crítica a costumes que atrasassem o desenvolvimento das cidades; sendo os próprios miseráveis julgados culpados por isso, já que considerados os desordeiros sociais.

2.3.3 Os subúrbios na obra de Lima Barreto

Lima Barreto é considerado um dos intelectuais mais críticos de seu tempo. Nos seus romances, contos e crônicas, o autor expõe a representação da realidade dos excluídos da modernização, dos que foram desrespeitados em sua condição de

cidadãos da República, instituição que deveria trazer o progresso e a liberdade para todos. Nas suas críticas, reitera a existência de uma “cidade real” e de uma “cidade ideal”, na fragmentação de espaços destinados a classes sociais diferentes:

A questão da *fragmentação*, na verdade, diz respeito à organização da cidade tal como ela perdura até hoje. A cidade fragmenta-se em espaços diversos, guardando entre si diferenças tão grandes como cidades diversas guardariam entre elas. No interior da cidade que os letrados buscam organizar, crescem duas cidades, a cidade *ideal* e a cidade *real*. A cidade ideal, dos cartões-postais e das revistas ilustradas, quer *ocultar* a cidade real, empurrando para os morros e subúrbios os figurantes indesejáveis. (RESENDE, 2017, p. 99)

Os subúrbios, na obra de Lima Barreto, fazem parte da cidade real, que não se organizava nos padrões de modernização propostos para a capital. Mas, como eles se caracterizavam?

Lilia Schwarcz (2017) observa que o autor elabora diferentes representações em relação aos subúrbios: “Em alguns escritos, sua vizinhança representa a pureza ainda não conspurcada pela civilização artificial da cidade do Rio; em outros, os subúrbios não passam de lugares com hábitos atrasados, pouco preparados para uma nova modernidade urbana” (SCHWARCZ, 2017, p. 164).

Nos subúrbios ainda havia um sentimento de solidariedade, tradições populares se mantinham. Neles também estava presente um ar rural, com chácaras e paisagens preservadas como no tempo do Império. A fachada das casas também possuía um aspecto diverso das construções do centro. Contudo, no início do século XX, o perfil dos subúrbios estava mudando, bairros pobres abrigavam cada vez mais uma população formada por imigrantes, operários com baixa renda, sendo assim, a circulação maior de pessoas exigia meios de transporte que interligassem centro e bairros, além de outros elementos essenciais para a qualidade de vida, tais como moradias adequadas, redes de esgoto e outros investimentos.

Com efeito, no período de 1890 a 1906 houve um aumento populacional considerável nas freguesias suburbanas mais próximas ao centro, com destaque para os casos do Engenho Novo (cuja população residente cresceu 126%, indo de 27873 habitantes em 1890 para 62898 em 1906) e de Inhaúma (com crescimento de 293%, devido ao aumento da população residente para 68557 habitantes em 1906 contra 17448 de 1890). A população da Zona Norte da cidade aumentava em decorrência do deslocamento exigido pelas obras de modernização da região central, assim como crescia a ocupação da Zona Sul com consequência da melhoria dos bondes, que passaram a ser movidos à eletricidade. (SCHWARCZ, 2017, p. 164).

Lima Barreto foi morador de regiões suburbanas por quase vinte anos. Antes de morar no bairro Todos os Santos – em que viveu entre 1911 e 1922–, já residira em São Francisco Xavier, na região da Tijuca. Nessas localidades, observou a grande diversidade de costumes dos habitantes que lá moravam e a precariedade na infraestrutura. Constantemente ele se coloca em seus textos enquanto alguém que requer o olhar das autoridades para os subúrbios, evidenciando, por isso, empatia com as causas de sua e de outras vizinhanças.

Utilizando diariamente o trem para chegar à repartição pública onde trabalhava (Secretaria de Guerra), na praça da República, observava como cidadão em movimento a cidade que também se movimentava. No trajeto traçado todos os dias, Barreto assinalava “diferenças sociais que delimitavam classe, raça, gênero e região, singularidades que ficavam ainda mais claras quando comparadas com as da população do centro do Rio” (SCHWARCZ, 2017, p. 164).

No capítulo III da obra *Numa e a Ninfa*, o autor esboça descrições sobre as modificações na Cidade Nova:

É de ver aquelas ruas pobres, com aquelas linhas de rótulas discretas em casas tão frágeis, dando a impressão de que vão desmoronar-se, mas, de tal modo, umas se apoiam nas outras, que duram anos, e constituem um bom emprego de capital. Porque não são tão baratos assim aqueles casebres e a pontualidade no pagamento é regra geral. A não ser nos domingos, a Cidade Nova é sorumbática e cismadora, entre as suas montanhas e com a sua mediocridade burguesa (BARRETO citado por BARBOSA, 2005, p. 53).

As modificações realizadas no centro da cidade fizeram com que os morros passassem a ser um dos destinos daqueles que não conseguiam residir mais próximos à “civilização”. O problema da moradia fazia com que os pobres buscassem por preços mais acessíveis em relação ao aluguel, que garantia pequenas casas ou, no pior dos casos, compartilhavam barracões, em que várias pessoas habitavam. Mas, morar nos subúrbios também consistia uma opção para quem desejava mais sossego, principalmente em regiões constituídas por um aspecto que remetia à memória sobre a cidade de antes das mudanças urbanísticas.

São inúmeros os escritos que abordam as peculiaridades dos subúrbios. Estas revelam as observações minuciosas de Barreto, que demonstra familiaridade com o local em que mora, bem como o desejo da preservação de traços que julgava importantes, como o ar rural, já mencionado. “O subúrbio carioca é para ele a

possibilidade de narrar um Rio de Janeiro de contrastes” (CORRÊA citado por BARRETO, 2016, p. 70).

Ao abordar os contrastes que observa nas crônicas de Barreto, Felipe Botelho Corrêa (2016) acrescenta que:

A sua história dos subúrbios não é a da aristocracia carioca, mas sim a história das feiras e mafuás, dos botequins, dos contratemplos nos trens, nos passeios de bonde, dos tipos curiosos que circulam, dos tocadores de violão e das ruas não planejadas onde o Estado só está presente em forma de punição. (CORRÊA citado por BARRETO, 2016, p. 71)

Em *Meditem a respeito*, crônica publicada por Lima Barreto na Revista *Suburbana* em 03 de setembro de 1922, a falta de ação do governo em benefício do povo e das regiões suburbanas é questionada. “Morando nos subúrbios, e até num único há cerca de vinte anos, tenho notado que a maioria dos seus moradores está sempre a esperar da municipalidade e do governo federal os melhoramentos de que essa parte da cidade carece” (BARRETO, 2016, p. 338).

A expectativa dos brasileiros de “esperar tudo o que nos interessa, nos é útil e agradável, da ação dos governos” (BARRETO, 2016, p. 338) é frustrada por meio de gastos que não se destinavam à população pobre, como a construção do Teatro Municipal e a criação de hotéis “nas fraldas do morro da Viúva”. O povo, como se enfatiza muitas vezes no texto, sempre ficava de fora: “Se se refere a teatro, gasta, como vem gastando a municipalidade, cerca de vinte mil contos, com aquela almanjarra do largo da Mãe do Bispo, onde o remediado não vai – que acontecerá com o povo”? (BARRETO, 2016, p. 338).

O Zé Povo, como o cronista relata, “continua a divertir-se nos barracões do falecido Segreto⁶, com peças em postas”. Os pomposos hotéis eram tão luxuosos, “que só príncipes, altos ricos e “*scrocs di primo cartello*” poderão nele se hospedar” (BARRETO, 2016, p. 339). Enquanto voz de denúncia, Barreto questiona: “Que ganharemos nós outros, pobres, remediados e pequenos rendeiros com tal preço de *Mil e uma noites*? Nada” (BARRETO, 2016, p. 339). Logo adiante, há outra crítica à administração pública:

Eis aí em que dá estarmos sempre a delegar ao Estado funções que não lhe competem. O nosso Estado, este ou aquele, é composto de aventureiros

⁶ Pascoal Segreto (1868-1920): empresário ítalo-brasileiro considerado um dos pioneiros da indústria cinematográfica no Brasil.

e parvenus, que a bandalheira política e a dobrez de carácter ergueram alto. Não têm eles, além de educação, e quase sempre apoucada instrução, nenhuma convicção íntima da grandeza da missão de que estão investidos. (BARRETO, 2016, p. 338)

A forma de se fazer política estava centrada no jogo de interesses, pela busca de ser obtido lucro por meio de investimentos faraônicos, “eles realizavam a coisa gastando o máximo, a fim de permitir que os amigos ganhem bastante, e revestem-na de tal aparato de luxo grosseiro e opulência, brutal, que acabam afastando dela o comum dos cidadãos” (BARRETO, 2016, p. 339).

A essa prática, Nicolau Sevcenko descreve como “a consagração olímpica do arrivismo agressivo”, os que ascendiam ao poder aproveitavam todas as possíveis oportunidades para adquirir vantagens:

No decorrer do processo de mudança política, os cargos rendosos e decisórios – antigos e novos – passaram rapidamente para as mãos desses grupos de recém-chegados à distinção social, premiados com ondas sucessivas e fartas de “nomeações”, “indenizações”, “concessões”, “garantias”, “subvenções”, “favores”, “privilégios” e “proteções” do novo governo. (SEVCENKO, 1992, p. 26)

Em direção oposta às extravagâncias dos poderosos, os subúrbios careciam de investimentos. Esse investimento também poderia, segundo o cronista, vir de particulares. “A iniciativa particular seria capaz de fazer muito, e até de obrigar moralmente o governo a secundá-la” (BARRETO, 2016, p. 339). As descrições das construções feitas por Barreto, apresentadas nessa crônica, descaracterizariam o aspecto mais rústico dos subúrbios, relacionado a uma paisagem rural:

A construção nos subúrbios se ressentia de uma lamentável fealdade e de uma total incongruência com o local. As casas não são construídas com o aspecto de graciosas casas de subúrbios, garridas e louças. São hediondos, soturnos e pesadíssimos monstrenhos, sem carácter próprio e relação com o local; verdadeiros paralelepípedos de alvenaria, tendo grades de cadeia. Quando não são desse tipo, são os velhos chalés, que hoje estão fora de moda, e foram substituídos de alvenaria de tijolo, em cuja fachada se ostenta uma *baie* de vila europeia. (BARRETO, 2016, p. 339)

A memória de um espaço relacionado à outra temporalidade, em que a tradição no construir privilegiava a graciosidade, choca-se às mudanças vivenciadas com a modernização que atingem também essas regiões. Essas representações auxiliam o leitor na compreensão dos subúrbios como lugares com características

próprias, diferentes do centro da capital, as quais o cronista gostaria que fossem preservadas.

Nas construções textuais realizadas no conto *O moleque*⁷ e no romance *Clara dos Anjos*, aspectos de pobreza da população suburbana aparecem relacionados às condições precárias de moradia. A convivência entre os moradores, bem como os seus costumes, também é apresentada nesses textos.

No conto, há descrições que mostram os subúrbios como lugares abandonados, nos quais os moradores são solidários uns aos outros para enfrentarem suas dificuldades. Lá também ainda havia espaço para o culto da religiosidade mais tradicional, inspirada nas crenças africanas. Assim é descrito Inhaúma:

É um subúrbio de gente pobre, e o bonde que lá leva atravessa umas ruas de largura desigual, que, não se sabe por quê, ora são muito estreitas, ora muito largas, bordadas de casas e casitas sem que nelas se depare um jardinzinho mais tratado ou se lobrigue, aos fundos, uma horta mais viçosa. Há, porém, robustas e velhas mangueiras que protestam contra aquele abandono da terra. Fogem para lá, sobretudo para seus morros e escuros arredores, aqueles que ainda querem cultivar a Divindade como seus avós. (BARRETO, 2010, p. 142)

Interessante, nesse conto, o retrato feito das habitações, os barracos, comuns nesses lugares. Essa caracterização bem como das ruas de tamanhos desiguais, remetem à interpretação de que não havia uma reformulação urbana, como aconteceu no centro da cidade. Os bairros suburbanos eram edificadas pela intervenção dos próprios moradores, que, na maioria das vezes, viviam desprovidos de condições econômicas para construir moradias bem estruturadas:

O barracão de dona Felismina era de um só aposento, mas o da vizinha, dona Emerenciana, tinha dois. Eram ambos da primeira espécie. Dona Emerenciana era casada com o senhor Romualdo, servente ou coisa que o valha em uma dependência da grande oficina do Trajano. Era preta como dona Felismina e honesta como ela. Defronte ficava a residência da Antônia, uma rapariga branca, com dois filhos pequenos, sempre sujos e rotos. A sua residência era mais modesta: as paredes do seu barraco eram de taipa. (BARRETO, 2010, p. 144)

Apesar de existir ajuda mútua entre alguns moradores, os conflitos também ocorriam em Inhaúma. Na história, Zeca, filho de Felismina, enfrenta discriminação racial. Quando vai a uma das clientes de sua mãe entregar a roupa lavada, alguns

⁷ BARRETO, Lima, 1881-1922. **Contos completos / Lima Barreto**; organização e introdução Lilia Moritz Schwarcz. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

meninos o chamam de “moleque”, “pretinho”, “gibi”; o que o impele a aceitar uma fantasia de diabinho ofertada pelo coronel Castro, pensando em usá-la para assustá-los.

O bom menino, descrito tendo entre nove e dez anos, trata-se de mais uma criança que precisa ajudar a conseguir o sustento para a família; além do preconceito que o perturba, outro problema, enfrentado por tantas outras crianças no período, era a impossibilidade de frequentar uma escola.

No capítulo VII da obra *Clara dos Anjos*, observa-se, tal como no conto “O moleque”, aspectos de pobreza da população que lá residia, os que se relacionam também às condições de habitação e de higiene:

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato.

Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo. (BARRETO, 2005, p. 52)

A partir do imprevisto, como retratado no fragmento acima, essas moradias eram construídas pela gente pobre. O narrador, em outro trecho do mesmo capítulo, expõe a crítica ao descaso do governo em relação a essas condições da população, crítica esta que também aparecerá em muitas crônicas do autor:

Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro. (BARRETO, 2005, p. 53)

As diferentes representações esboçadas por Lima Barreto acerca dos subúrbios expõem os diversos Rios que coexistiram no início da República. Revelam, sobretudo, o desamparo dos infelizes:

Os que perderam os empregos, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal; vão se aninhar lá, e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes deem alguma coisa, para o sustento seu e o dos filhos. (BARRETO, 2005, p. 81)

A voz de denúncia de Lima Barreto, com críticas acirradas à atuação do governo, remete à falta de tudo aos moradores dos subúrbios: esgoto, água potável, médicos, boas moradias. Os investimentos “faraônicos”, realizados também a partir da coleta de impostos da população humilde eram destinados à cidade dos cartões postais, à ideal.

Apesar de toda precariedade na sobrevivência e do descaso dos governantes, o sentimento de pertença e acolhida prevalecia, o que parece mover ainda mais o autor de *Clara dos Anjos* a se solidarizar com as causas da gente pobre e a essas regiões em que o culto a tradições populares ainda se via valorizado.

2.3.4 “A rua ruim de novo”: os “guardadores” de João Antônio

“A rua ruim de novo”. Com essa frase em destaque, João Antônio inicia o conto *Guardador*. O jornalista e escritor, tal qual outro João, o do Rio, também foi observador da cidade buscando por tipos marginalizados, contudo, o enfoque dado a estes tipos é diferente. No conto, a partir do olhar de um “flanela”, guardador de carros de Copacabana, são apresentados tipos e rotinas em contraste. O guardador, que trabalha próximo a uma igreja católica e à praia, observa o movimento da rua, torna-se um componente dela: “Um calorão azucrinava o tumulto, o movimento, o rumor das ruas. Mesmo de dia, as baratas saíam de tocas e escondidos, agitadas. Suor molhava a testa e escorria na camisa dos que tocavam pra baixo e pra cima” (ANTÔNIO, 1994, p. 49).

Ao fim de uma missa de domingo, após pedir sem sucesso dinheiro aos motoristas, resolve ir ao botequim:

Mas um guardador de carros encena bastante de mágico, paciente, lépido ou resignado. Pensa duas, três vezes. E fala manso. Por isso, *Jacarandá* procura um botequim e vai entornando, goela abaixo, com a lentidão necessária à maturação. Chefe... O quê! Estão pensando que paralelepípedo é pão-de-ló? (ANTÔNIO, 1994, p. 50)

À narração em terceira pessoa, misturam-se reflexões do guardador a respeito do que via. A mendicância, tão frequente na metade do século XX assim como no começo do século, dispunha das mesmas estratégias do período de João do Rio, dentre elas, a exploração de crianças:

Havia erro. Talvez devesse se valer de ajudante, um garoto molambento mas esperto dos descidos das favelas, que mendigam debaixo do sol da praça, apanham algum trocado, pixulé, caraminguá ocioso e sem serventia estendido pela caridade, ainda mais num domingo. (ANTÔNIO, 1994, p. 50)

Os pensamentos do guardador se relacionam também à atitude dos que davam gorjeta, a qual demarcava contradição: “Se trabalhou, guardando-lhes os carros, por que resistem ao pagamento da gorjeta? Eles rezando na Catedral e, depois, saindo para flunar. Teriam dois jeitos de piedade – um na Catedral, outro cá fora? Chamou nova *uca* para abrir o entendimento” (ANTÔNIO, 1994, p. 51).

O guardador alternava o seu trabalho com idas ao botequim e cochilos no oco da figueira. Da repressão policial, vez por outra não escapava, sendo levado pelo camburão:

Havia cata-mendigos limpando a cidade por ordem dos mandões lá de cima. Assim, no verão; os majorengos queriam a cidade disfarçada para receber turistas e visitantes ilustres. Os jornais, as rádios e a televisão berravam e não se sabia se estavam denunciando ou atijando os assaltantes e a violência das ruas. Quando em quando, o camburão da polícia cantava na curva da praça e arrastava o herói, na limpeza da vagabundagem, toda essa gente sem registro. A gente do pé inchado. Ele seguia, de cambulhada, em turminha. Lá dentro do carrão, escuro e mais abafado. (ANTÔNIO, 1994, p. 53)

Embelezar as praças, as ruas e bairros nobres, camuflando na escuridão de vidas esquecidas, “sem registro”, a miséria é procedimento usado para esconder a “cidade real”, não permitindo que esta contamine a “ideal”. A cidade das aparências não está adequada ao estranho, ao diferente. Assim, a repressão aos moradores de rua não soluciona o problema, apenas o oculta a fim de criar uma imagem de limpeza, de ordem social aos turistas.

A rua, contudo, traz de volta os que se pretendia esconder, misturando-os ao “turbilhão urbano”:

Pivetes de bermudas imundas, peitos nus, se arrumavam nos bancos encangalhados e ficavam magros, descalços, ameaçadores. Dormiam ali mesmo, à noite, encolhidos como bichos, enquanto ratos enormes corriam ariscos ou faziam paradinhas inesperadas perscrutando os canteiros. Passeavam cachorros de apartamento e seus donos solitários e, à tarde, velhos aposentados se reuniam e tomavam a fresca, limpinhos e direitos. Também candinhas faladeiras, pegajosas e de olhar mau, vestidas fora de moda. (ANTÔNIO, 1994, p. 55)

A lista de tipos que circulam na praça se estende a inúmeros grupos, de todas as classes sociais, cada um a cuidar de sua vida, cada um a olhar para seus problemas ou prazeres sem enxergar os “bichos encolhidos”. O guardador é alguém invisível, mais um a se somar nas ruas.

No conto *Mendigos e mafueiros*, do livro *Sete vezes rua*, João Antonio apresenta a rua também como um lugar de conflitos, assim como observado em *Guardador*.

Agora, tempos piorados. E as nossas cidades nunca souberam esconder o miserê. O que tinha, o que tem de miséria, sempre gritou. Hoje, a miséria desceu o morro e escorreu de algum canto rural e se plantou no asfalto. A rua virou lugar de tumulto e isto não é nenhuma novidade. Os tempos estão brabos e, sem pedir licença, a miséria substituiu a pobreza em plena rua. Feia, suja, ela dá também para atrevida, perturbadora, inconveniente. À noite, se enfia debaixo do que pode, mais se agasalhando do que se escondendo; de dia, mostra a boca desdentada e se arreganha pedindo ou furtando pelas calçadas. São famílias pouco família; as crianças cheiram cola e fumam logo cedo e os mais velhos pedem, roubam, exigem, xingam. Há tropelias, correrias, gritarias e ninguém está brincando de pega-ladrão. (ANTÔNIO, 1996, p. 51)

A sujeira, o tumulto, a violência, os vícios; tudo está na rua, personificada no conto. O “ruim”, o sujo, não pode ser escondido pelas cidades, nunca pôde, segundo considera o narrador. A miséria incomoda como sempre, pois é “atrevida, perturbadora, inconveniente”.

A criminalidade é escancarada tal como a degradação da miséria. Em outra passagem, é citado um nome inventado pelo povo a um desses lugares de “encrencas feias”, em frente da igreja de Nossa Senhora de Copacabana na praça dos Paraibas: Assaltódromo. Neste, “os bandos de trombadinhas e esfarrapados, suas estripulias e movimentos, brigas, fugas, espancamentos, prisões já criaram encrencas feias e pularam para as primeiras páginas dos jornais” (ANTÔNIO, 1996, p. 51).

E para os moradores das ruas, as casas são de um material peculiar:

Caixote de papelão vazio é disputado nos supermercados e, tanto, que os gerentes resolveram cobrar. Hoje, caixote de papelão é casa e fica difícil aos que moram na rua entenderem para que um “seu doutor” precisa de caixote de papelão. Ele já tem uma casa. (ANTÔNIO, 1996, p. 51)

Os marginalizados, os mendigos do conto enlouquecem com as ruas que “endoidaram”. Alguns deles, retratados pelo narrador, não se permitem estar tristes,

enfrentam as agruras de sua situação com uma malandragem própria, como a mendiga que cuida de gatos e “deu para bulir com os homens”:

A mendiga mora a céu aberto junto ao tapume da praça dos Paraibas ou dos Paus-de-Arara e que só na placa oficial tem o nome de Serzedelo Correia. E deu para criar gatos. Uma recebe o nome de Jéssica, outra é Mirabel e o machinho, o filhote, leva um alto nome da literatura mundial, Dostoiévski, que a mendiga pronuncia sem os esses. Nada e ninguém são perfeitos, irmãos, sob este sol bem acima dos trinta graus. Por último, a mendiga deu também para bulir com os homens. O sujeito passa, ela dá um ponto:

– Olá, meu doce... (ANTÔNIO, 1994, p. 53)

João Antônio, como corrobora Antonio Arnoni Prado, quando “reinventa a própria linguagem dos excluídos traça uma identidade original em que todos eles se reconhecem” (PRADO, 1999, p. 159). A linguagem, como ainda defende Prado (1999, p. 159), “devolve a dignidade às relações dos eira-sem-beira como os seres e as coisas de seu próprio universo”. Esse é um dos aspectos que demonstra simpatia do narrador aos marginalizados, que “gingam” para sobreviver nas ruas cariocas. O humor com que esses sujeitos da desordem urbana são retratados também evidencia essa aproximação do narrador com esses personagens.

A representação o mais próxima à realidade é projeto que João Antônio busca em trabalhos jornalísticos e literários, apresentando problemas urbanos que também correspondiam a outros lugares da nação. A miséria, a criminalidade, a repressão policial, dentre outros temas são dimensões brasileiras que deveriam ser mostradas pelo escritor, segundo a sua concepção de fazer literatura⁸:

O caminho é claro e, também por isso, difícil – sem grandes mistérios e escolas. Um corpo-a-corpo com a vida brasileira. Uma literatura que se rale nos fatos e não que rele neles. Nisso, a sua principal missão – ser a estratificação da vida de um povo e participar da melhoria e da modificação desse povo. Corpo-a-corpo. A briga é essa. Ou nenhuma. (ANTÔNIO, 1976, p. 145)

Nas ruas das grandes cidades e nas classes sociais subalternas estaria o verdadeiro nacional, a vida brasileira com a qual a literatura deveria “se ralar”, estando “corpo-a-corpo” com os sujeitos sociais desprivilegiados e a sua vida à margem.

⁸ “Corpo-a-corpo com vida” é o ensaio que fecha o livro *Malhação do Judas carioca*, publicado por João Antônio em 1975. Neste, o autor aborda ideias a respeito do que defende como o que deve ser o projeto literário do escritor; o qual deve estar voltado à realidade de seu povo.

2.3.5 Os sujeitos invisíveis nas crônicas-reportagem de Eliane Brum

As representações antes expostas em relação aos marginalizados e à exclusão destes contribuem para a leitura de que a falta de planejamento quanto à inclusão dos pobres na urbanização brasileira é problema de longa data. Os exemplos das construções ficcionais coincidem com discursos preconceituosos em relação às classes baixas. As críticas quando presentes, caso da obra de Lima Barreto, estavam em se organizar a cidade apenas para alguns grupos sociais, deixando-se de lado outros, que não habitavam nas áreas mais valorizadas.

João Antonio, em sua habilidade de trazer a rotina de tipos que encenam as ruas cariocas, continuou a expor situações que João do Rio já identificava enquanto corriqueiras nas cidades em ascensão, como a da grande incidência de mendigos e dos que viviam em situações de criminalidade, muitas das vezes, pela falta de oportunidades.

Também nas representações de pessoas-personagens das crônicas-reportagem da autora Eliane Brum, observa-se o adequar-se do sujeito às condições de sobrevivência impostas pelo seu habitar nas cidades. Nota-se nestes o desejo de serem integrados à sociedade a partir de um olhar para sua situação. Nesse sentido, a escrita de Brum encontra reflexos no projeto literário de João Antonio, em que o autor defende uma atuação do escritor próxima à realidade de seu povo.

Sapo⁹ é um desses sujeitos. Tal como o príncipe da narrativa popular “O Príncipe-sapo”, dos irmãos Grimm, Sapo vivia à espera de um olhar que lhe devolvesse a dignidade de homem. A denominação de “Sapo” se devia à forma com que o personagem se locomovia, provavelmente com as mãos no chão. Muitos não o percebiam, não imaginavam que ele possuía uma história, a qual não se resumia a apenas viver como um anfíbio.

O mais incrível é que o Sapo estava ali havia 30 anos. E há mais de uma década nos cruzávamos na Rua da Praia. Minha cabeça no alto, a dele no rés do chão. Eu mirando seu rosto. Ele, os meus pés. Só dias atrás tive a coragem de me agachar e nivelar nossos olhares, subvertendo as regras do jogo de que ambos participávamos. Não nos reconhecemos. (BRUM, 2006, p. 60)

⁹ Personagem da crônica-reportagem *O sapo*, da obra *A vida que ninguém vê* (2006).

Diferentemente da princesa do conto, a narradora-repórter não ignora Sapo após obter o favor de que ele compartilhasse com ela a história de um sobrevivente nas ruas. Ela lhe retribui, colocando-se na mesma posição do entrevistado a fim de ouvi-lo.

- Como o senhor perdeu a força das pernas?
- Tinha três meses quando peguei uma gripe. Lá onde nasci, em Mariana Pimentel, 65 anos atrás. A mãe me deu chá quente. Aí bateu um vento e eu nunca caminhei. (BRUM, 2006, p. 60)

Os diálogos entre a repórter e Sapo revelam, na continuidade da crônica, quem é esse sujeito, que vivia no chão, em uma rua da grande Porto Alegre. Para conseguir chegar todos os dias da Vila São Francisco (Guaíba) ao centro da cidade, Sapo contava com a ajuda do taxista Rogério Rodrigues, a quem pagava com parte do que arrecadava com suas esmolas. Havia também Márcia, a companheira de Sapo: “Ela cuida dele, faz comida, dá banho, lava a roupa no barraco de duas peças, Em troca, ele sustenta a mulher e suas quatro filhas, no casebre ao lado” (BRUM, 2006, p. 61-62).

Com esperteza, revelando a duplicidade entre o que parece e o que é – o sapo e o homem, Sapo arrecada dinheiro para sobreviver e planeja meios para melhorar a qualidade de sua limitada vida. Além de articular meios de ir e vir a partir da ajuda do taxista e arranjar com Márcia o preparo de sua comida e outros cuidados pessoais, ele guarda dinheiro no banco “para os dias em que a laje da Rua da Praia ameaça virar lápide, tão gelada está” (BRUM, 2006, p. 62). Há, nas falas do pedinte, otimismo, apesar de sua situação. Em sua luta diária, não existe espaço para lamentações:

- O senhor tem pena de estar aqui, deitado na rua?
- **Tenho pena dos cegos. Eles dão cada pechada... Deus me tirou as pernas, mas me deu um ganha-pão.** (BRUM, 2006, p. 62)

Sapo não está, contudo, conformado com sua vida, como a narradora expõe ao final da crônica: “Sapo ainda conta que seu sonho é ganhar uma cadeira de rodas. Mas com motor, que é para ele conseguir subir as lombas que hoje escala de quatro, feito bicho. Descubro assim que Sapo quer deixar de ser sapo” (BRUM, 2006, p. 63). Transformar-se em homem, ainda comparando à história dos Grimm,

seria, para ele, recuperar a realeza humana. De modo irônico, essa metamorfose o faria também perder a condição física que lhe permitia obter o seu dinheiro.

Em *O homem que comia vidros*, a rotina de outro ser humano também invisível nas ruas das grandes cidades é retratada: Jorge Luiz Santos de Oliveira, quem, para sobreviver, exibia o seu talento em frente ao Mercado Público de Porto Alegre.

A narradora da história, marcada pela empatia com quem descobre esquecido pelos cantos da cidade, descreve:

Fiquei muda. Ele deveria ou não continuar comendo vidro? Então compreendi. Jorge Luiz Santos de Oliveira, batizado assim 35 anos atrás, tinha o sonho de ganhar a vida comendo vidro. Porque comer vidro é a arte de Jorge Luiz. É o que desde cedo diferenciou Jorge Luiz da massa triste de todos os Jorges, da longa fileira de colonos de São Jerônimo, terra carvoeira, escura, de gosto acre. Foi mascando seu chão pedregoso que ele descobriu que era um ser único no mundo, apesar do mesmo rosto melancólico, da mesma pele esticada sobre os ossos. Foi mastigando pedras para espantar os vermes que subiam pelas tripas que ele desbravou sua arte. E para quem regurgitava pedras, o vidro não metia susto. (BRUM, 2006, p. 150)

Jorge simboliza “um dos refugiados no próprio país¹⁰”, aqueles que saem de lugares do interior e vão às grandes cidades à procura por uma condição melhor de vida. A disputa pela visibilidade, não só por esmola, é o desejo de Jorge, que já sentia a indiferença de seu público. Havia outros artistas que gingavam contra a pobreza disputando a atenção dos passantes. Dentre estes, “um índio que mostrava um lagarto” e o “Rambo Brasileiro e seu respeitável feixe de músculos” (BRUM, 2006, p. 151).

Jorge Luiz não entendia por que as pessoas preferiam ver um lagarto sem graça fazer coisa nenhuma a assistir a um homem comer vidro, deitar-se sobre vidro, caminhar sobre vidro. Não compreendia um mundo em que um homem come vidro não causa espanto. Ficamos os dois ali, olhando feio para o lagarto. Depois fui embora, sem responder à sua pergunta de abismo. O Homem de Aço não estava preparado para a maior de todas as dores: a da invisibilidade (BRUM, 2006, p. 151).

Jorge precisa vender a sua arte, pois a sociedade consumista e imediatista do final do século XX exige que haja constantes inovações, até nos “shows” de rua,

¹⁰ Expressão empregada por Eliane Brum em entrevista concedida pela autora. **Córtex**– “Vivendo o Fim no Centro do Mundo. Um passeio com Eliane Brum em Altamira”.

oferecidos cotidianamente nas grandes cidades em troca de gorjetas. Não é fácil despertar a atenção dessa plateia. Para ser verdadeiramente acolhido pelos centros urbanos como um pertencente deles, necessário seria possuir uma especialidade, uma profissão, muito diferente da realidade dos que querem exhibir os seus “talentos”; a maioria analfabeta.

Mesmo com as inegáveis mudanças alcançadas pela Constituição de 1988¹¹, ampliando os direitos sociais, em 1997, como retrata José Murilo de Carvalho, “32% da população de 15 anos ou mais era ainda formada de analfabetos funcionais, isto é, que tinham menos de quatro anos de escolaridade” (CARVALHO, 2012, p. 207). Mesmo sem muito a oferecer, o sonho de ter sucesso nas grandes cidades atrai os Jorges assim como acontece com Macabea, a personagem nordestina de *A hora da estrela*, que chega ao Rio de Janeiro iludida pelas promessas do centro urbano.

Na crônica *Uma história de luz* o morador de rua Luciano Felipe da Luz, antes conhecido como Mercedes, é o sujeito colocado em destaque. Através do trabalho da ONG Alice, de Porto Alegre, Luciano é descoberto e um processo de ressignificação para a vida ocorre, já que de alguém invisível, ele passa a ser um jornalista-jornaleiro:

Quando morreu, ele tinha umas poucas roupas usadas demais, uma flauta doce e uma pasta onde guardava sua certidão de nascimento, a carteira de identidade e recortes de jornais. Na parte de dentro da capa desta pasta, ele escrevera: “Luciano Felipe da Luz – jornalista e jornaleiro do *Boca de Rua*”. Tudo estava ali. Com essa frase ele se inscreveu no mundo e morreu como um homem. Só pôde morrer como um homem porque viveu como um. (BRUM, 2014, p. 129)

Apenas as qualidades humanas não são suficientes para que se atribua pela sociedade capitalista a denominação de “homem”; é necessário apresentar qualificações, ter um diploma, possuir um emprego e com isso legitimar os documentos pessoais.

Aos vinte anos, como expõe a narradora, Luciano já havia sofrido vários tipos de violência. “Tinha marcas demais no corpo, toda uma existência contada de facadas, de surras, de picadas, um mostruário completo de todas as formas de

¹¹ Dentre algumas conquistas em relação aos direitos sociais, a Constituição de 1988 “fixou em um salário mínimo o limite inferior para as aposentadorias e pensões e ordenou o pagamento de pensão de um salário mínimo a todos os deficientes físicos e a todos os maiores de 65 anos” (CARVALHO, 2012, p. 206).

violência inventadas, um mostruário contado pelas suas tripas” (BRUM, 2014, p.120-130). Esse ciclo de agressões somente foi interrompido quando Luciano passou a ter uma identidade reconhecida como jornalista, passível de ter seus textos lidos; antes, como enfatiza Brum, “havia sido a sobra do capitalismo”.

A indiferença das pessoas caracteriza o modo como ele era tratado, constituía um problema, sujava a visão dos que se consideravam limpos. Assim Eliane Brum descreve:

Com Mercedez era assim, um menino que cresceu nas ruas sem ser visto. Quando era visto, era sempre pelo olhar da violência. Do nosso, que não o enxergava, de outros, que como ele disputavam os restos da rua, da polícia, que o espancava. Tudo o que conhecia era ser marcado por essa violência, por um olhar que não o via. Porque entre as piores formas de não ver alguém está aquela que só enxerga seu estereótipo. No caso dele, um garoto de rua, um maloqueiro, um vagabundo, um sujo, um feio, um malvado. Um problema para as autoridades, uma mazela social para os especialistas, um estorvo que atrapalha o tráfego e suja as calçadas para a maioria. Não causa espanto que, sendo assim, Mercedez tenha sido atropelado tantas vezes, inclusive uma delas por um caminhão Mercedez-Benz. (BRUM, 2014, p. 131)

Na sequência do texto, reflexões a respeito de identidade são propostas pela autora, que conduz o leitor a sensibilizar-se e a perceber Luciano e os outros Lucianos das ruas enquanto “homens”:

O que faz de um homem um homem? O que nos faz o que somos? A narrativa, a capacidade de nos contarmos. Mas não só. O tornar-se homem se completa na possibilidade de ser lido, no reconhecimento que vemos nos olhos de quem amamos ao acordar que nos humanizamos, que nossa humanidade se reedita a cada manhã. Por isso nenhum homem pode ser uma ilha – na frase perfeita que já se tornou um clichê. Porque só somos no outro. E o outro só é em nós. (BRUM, 2014, p. 130)

A retomada da identificação de Luciano como homem aconteceu por meio da possibilidade de ele contar uma nova versão de sua vida. As jornalistas Clarinha Glock e Rosina Duarte o encontraram caído em uma calçada das ruas de Porto Alegre e lhe deram uma chance de se resgatar:

Devagar, bem aos poucos, ele foi se agarrando a esse fio que permitia a vida – a essa maternidade narrativa que dava a luz e não a morte. Sem negar o Mercedez que era parte dele, resgatou-se como Luciano. Parecia pouco, era tudo. O suficiente para cuidar do seu corpo, agora que ele era constituído também por palavras, essas cicatrizes da alma. (BRUM, 2014, p. 132)

A riqueza de detalhes com a qual Eliane Brum descreve quem foi e em quem se transformou Luciano ao longo da crônica; o emprego da palavra *luz*, presente no sobrenome do personagem e no título, que estabelece oposição à morte e à invisibilidade, e a metáfora *cicatrices da alma* são recursos que reforçam a visão de que há salvação por meio do ouvir e contar, pois “só as palavras atravessam pontes”.

Decidiram então registrar sua vida por escrito no jornal – e assim Luciano Felipe da Luz morreu como um homem que viveu, morreu inscrito na história. Antes, eles apenas desapareciam, invisíveis na morte como na vida. Agora, homens como ele, jornalistas e jornaleiros, morrem. E isso é um jeito de permanecer como vida. (BRUM, 2014, p. 132)

O resgate do humano presente em cada pessoa através da valorização de sua história, que é única, mostra-se como uma reflexão constante nas crônicas e reportagens de Brum. O morador de rua Luciano deveria ser enxergado pelos que passam por ele, assim como os demais habitantes dos becos das cidades.

Muito significativo, nesse sentido, outra história contada por Eliane Brum ao final do texto *A menina quebrada*. Na crônica, um bebê chamado Catarina fica perplexo ao ver uma garota com gesso na perna e conclui que “a menina quebrou”. A partir disso, imaginando aconselhar a afilhada no futuro, a narradora propõe questionamentos a respeito das atitudes humanas, por vezes, erradas, “quebradas”:

E doem mais quando são outros que quebram você, às vezes pelas suas costas, em outras fazendo um afago, em geral contando mentiras ou inventando verdades. Gente cheia de medo, Catarina, que tem tanto pavor de quebrar, que quebram outros para manter a ilusão de que são indestrutíveis e podem controlar o curso da vida. E dão nomes mais palatáveis para a inveja e para o ódio que os queima. Mas à noite, Catarina, à noite, eles sabem. (BRUM, 2014, p. 426)

Como alguém que se põe de modo muito próximo e humano, de Catarina e também do leitor, a narradora, aborda a questão da fragilidade, característica de todos: “Vai chegar um momento, se é que já não houve, em que você vai olhar para todos nós, seus pais, seus “dindos”, seus avós e tios, e vai perceber que nós todos vivemos em cacos. E eu espero que você possa nos amar mais por isso” (BRUM, 2014, p. 427).

A história final, como mencionado, complementa o pensamento de que, embora frágeis, é necessário o “resgate”, que se faz ao se reconhecer o outro e “os outros” como humanos:

Essa conversa, Catarina, está apenas adiada. Talvez, daqui a alguns anos, você precise me perguntar como se faz para viver quebrada. Ou por que vale a pena viver, mesmo se sabendo quebrada. E eu vou lhe contar uma história. Ela aconteceu alguns dias depois daquela festa em que você descobriu que até as meninas quebram. Nós estávamos na fila do caixa do supermercado perto de casa, com uma cesta cheia de compras, e havia um homem atrás de nós. Era um homem vestido com roupas velhas e sujas, parte delas quase farrapos. E ele cheirava mal. Poderia ser alguém que dorme na rua, ou alguém que se perdeu na rua por uns tempos. Ficamos com medo de que algum segurança do supermercado tentasse tirá-lo dali, ou que a caixa o tratasse com rispidez, ou que as outras pessoas na fila começassem a demonstrar seu desconforto, como sabemos que acontece e que jamais poderia acontecer. Enquanto pensávamos nisso, ele nos abordou. E pediu, com toda educação, mas com os olhos dolorosamente baixos: “Por favor, será que eu poderia passar na frente, porque tenho pouca coisa?”. (BRUM, 2014, p.14)

A “pouca coisa”, como em seguida explica a narradora, era “um sabonete”. O sabonete representa para “o homem mais quebrado que a maioria” (BRUM, 2014, p. 428) a metáfora do recomeço, o desejo de ser incluído na cidade como alguém digno, “um homem”, com sua cidadania reconhecida. Para Catarina e para nós o sabonete também simboliza a mudança, principalmente na forma de ver e de agir com os “mais quebrados”.

3 LITERATURA E JORNALISMO: “CORPO - A - CORPO COM A VIDA”

Eu gostaria de deixar uns poucos poemas com a leveza, o magnetismo e o poder de convicção de um bom artigo de jornal... e um punhado de artigos com a espontaneidade, a concisão e a transparência de um poema.

Octavio Paz

Literatura, de dentro para fora. Isso é pouco. Realismo crítico. É pouco. Romance-reportagem - depoimento. Ainda pouco. Pode ser tudo isso trançado, misturado, dosado, conluiado, argamassado uma coisa da outra. E será bom. Perto da mosca. A mosca – é quase certo – está no corpo-a-corpo com a vida.

João Antônio

Entender o que define a literatura, como compreende Terry Eagleton (2006), constitui algo problemático. Certas obras e gêneros já foram associados à linguagem literária por alguns e à escrita “fatural” por outros, como acontecia no inglês de fins do século XVI e início do século XVII. “Os romances e as notícias não eram claramente fatuais, nem claramente fictícios, a distinção que fazemos entre estas categorias simplesmente não era aplicada” (EAGLETON, 2006, p. 2).

Em sua argumentação, Eagleton levanta vários questionamentos a fim de provocar a reflexão acerca do que é literatura. O autor traz à discussão, os conceitos dos formalistas russos, dentre os quais Vítor Sklovski, Roman Jakobson, Osip Brik, Yury Tynyanov, que tiveram as suas ideias divulgadas na década de 1920. De acordo com os estudos formalistas, a obra literária “era um fato material”, que possuía uma organização própria. Existiriam, para isso, “artifícios” (som, imagens, técnicas narrativas) que a tornariam diferente de outros discursos: “Sob a pressão dos artifícios literários, a linguagem comum era intensificada, condensada, torcida, reduzida, ampliada, invertida” (EAGLETON, 2006, p. 5).

Para os formalistas, como observa Eagleton, haveria certos desvios na linguagem literária que a deixariam “especial”. O estudioso coloca em questão essa “estranheza” que deveria fazer parte de um texto literário na visão dos teóricos russos, já que isso também poderia corresponder a outros discursos. Mesmo no

discurso diário, poderiam ser empregados “artifícios”. Então, já que outras linguagens incorporam especificidades como metáforas ou metonímias, o que caracterizaria um texto enquanto literário?

Outro aspecto levantado por Eagleton como justificativa para definir a literatura seria o de se pressupor que ela se trataria de um discurso “não pragmático”, o qual não possuiria uma finalidade prática. Isso, contudo, também seria questionável, já que depende da forma como os textos são lidos:

A definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve *ler*, e não da natureza daquilo que é lido. Há certos tipos de escritos— poemas, peças de teatro, romances— que, de forma claramente evidente, pretendem ser “não-pragmáticos” nesse sentido, mas isso não nos garante que serão realmente lidos dessa maneira. (EAGLETON, 2006, p. 12)

A recepção de um texto enquanto literário ou não literário dependerá dos “juízos de valor” que lhe são atribuídos por uma sociedade de certa época. Esses “valores” podem, contudo, ser transitórios, já que valor “significa tudo aquilo que é considerado como valioso por certas pessoas em situações específicas, de acordo com critérios específicos e à luz de determinados objetivos” (EAGLETON, 2006, p. 17). Há, portanto, instabilidade em considerar um texto como literatura.

Os juízos de valor por meio dos quais se valida uma obra enquanto literária estão também ligados a ideologias sociais. “Eles se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros” (EAGLETON, 2006, p. 24). Essa visão será tomada neste capítulo quando se observarem as aproximações entre “literatura” e jornalismo, ter-se-á em conta que as atribuições ao que é literário ou jornalístico estão relacionadas aos grupos sociais que assim o conceberam em determinada época.

Os jornais, como se discorrerá, foram meio em que ocorreu a publicação de textos vistos como literários — poemas, contos ou romances. No final do século XIX e início do XX, em espaços específicos, caso do folhetim, autores e grupos empresariais entenderão que a literatura poderia estar presente. E, marcando presença no jornal, características mais comuns aos gêneros aceitos como literários influenciarão a escrita de notícias e reportagens, as quais, em suas estratégias narrativas, aproximar-se-ão à construção ficcional.

No decorrer do século XX, devido às transformações no fazer jornalístico, o literário gradativamente foi separado do discurso objetivo empregado pelos jornalistas da grande imprensa, direcionado a outros espaços, como as revistas e cadernos literários. Ainda assim, a infiltração de um campo discursivo em outro (jornalismo/literatura) se fará presente por meio do hibridismo de gêneros como crônicas, conto-reportagens e romance-reportagens.

A presença de diferentes gêneros textuais acrescentava aos periódicos do início do período republicano brasileiro a possibilidade de o jornalista/escritor trabalhar de diferentes formas a linguagem, aberta a experimentações. Assim, os jornalistas cultivavam o literário junto à informação e no espaço dos folhetins, criando diferentes estratégias para atrair os leitores.

Alguns dos principais jornais que circulavam no início do século XX no Rio de Janeiro– *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*– já percebiam o veículo enquanto mercadoria, por isso ofereciam vantagens para os leitores o adquirirem. “Os periódicos transformam gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se autorreferenciam. Passam a ser cada vez mais ícones de modernidade, numa cidade que quer ser símbolo de um novo tempo” (BARBOSA, 2007, p. 22).

A literatura era uma das iscas do jornal *Gazeta de Notícias*. O *Jornal do Brasil* direcionou-se para os leitores de menor instrução, objetivava ser popular, assim também fez o *Correio da Manhã*. O espaço do folhetim e da crônica, bem como a recorrente presença da fotografia também são escolhas adotadas.

Os jornais se impõem como um suporte de comunicação imponente nas primeiras décadas da República, por esse motivo atraem os autores que querem se projetar na literatura. Como aborda Cristiane Costa, “toda a literatura da *Belle Époque* acaba se relacionando direta ou indiretamente com as novas tecnologias de impressão e reprodução. Elas não apenas coincidiram com a profissionalização dos escritores, como foram fundamentais para que isso acontecesse” (COSTA, 2005, p. 44). Esse desenvolvimento da imprensa e da profissão do literato se consolidará em outros centros urbanos em consonância à industrialização.

No Brasil, o jornalismo moderno é inspirado no modelo francês do século XIX. Sobre isso, Cristiane Costa (2005) elucida:

Antes de João do Rio, grandes escritores, como José de Alencar, Machado de Assis e Olavo Bilac, embrenharam-se nas redações. Mas o jornalismo que faziam estava muito mais próximo da crônica e dos editoriais de hoje. Baseado no modelo francês, privilegiava a análise e o comentário, e não a informação. Na história do jornalismo, o rodapé alencariano evoluiu para a crônica de Machado e Bilac, e só no início do século XX abriu espaço para a reportagem e a entrevista, até então raramente usada. Foi esse modelo de reportagem de campo que marcou o nascimento do jornalismo moderno. (COSTA, 2005, p. 41)

As reportagens escritas por Paulo Barreto (conhecido pelo pseudônimo João do Rio) na primeira década do século XX esboçam bem a criação de um autor que atuava tanto na literatura quanto no jornalismo, utilizando assim técnicas de um campo em outro. Reportagens investigativas como *As religiões do Rio* e *A alma encantadora das ruas* são exemplos disso (COSTA, 2005, p. 43).

O método de apuração de João do Rio já era o de um repórter moderno: o questionamento das fontes, a circulação por diversos bairros em busca de diversidade, o uso privilegiado das descrições *in loco*. A curiosidade do repórter era semelhante à dos leitores, confirmada pelo sucesso de seus livros e de suas séries de reportagens. (COSTA, 2005, p. 42)

O sensacionalismo (principalmente nas matérias policiais) e a interferência do narrador-repórter, o qual se deslocava, mostrando ao leitor comportamentos de indivíduos que viviam à penumbra, nos lugares sombrios da capital carioca, são algumas das características dessa escrita que narra os fatos com subjetividade. Em *Os que começam*¹², após apresentar situações de exploração de crianças miseráveis, o narrador considera:

A observação de tantos casos não me dava o tipo de explorador, não me mostrava os peralvilhos que viviam à custa das pobres crianças, receosas de me mostrar as casas onde são torturadas. Encontrei-o, porém, o tipo ideal, o drama resumo de um estado social, a tragédia soluçante que cada vez mais se alastra. (RIO, 2005, p. 135)

Antonio Arnoni Prado (1983), ao analisar a atuação de João do Rio como repórter, enfatiza que mesmo parecendo existir certa imparcialidade no narrador, este demonstra, ao se aproximar dos seus protagonistas, intenções definidas e expressa julgamentos acerca do que testemunha:

¹² *Os que começam* compõe a obra *A alma encantadora das ruas*, publicada em 1907.

Resulta daí que, mesmo para os olhos que não querem ver, o retrato da miséria delinea-se como estratégia arrancada da vida, o que torna interessante a suposta neutralidade do narrador. A primeira impressão é que a relação entre o repórter e o pária é ostensivamente marcada apenas porque se apoia em diferenças sociais claramente assumidas. No entanto, do ângulo da reportagem, a mão que traça o retrato nivela por baixo a dignidade moral dos entrevistados, aproximando o burguês do mendigo. Ou seja, se o preconceito faz agravar o conflito que persegue o repórter traz a miséria para a boca de cena com a mesma crueza com que exhibe as mazelas da grã-finagem. (PRADO citado por SCHWARZ, 1983, p. 69)

A exposição sobre como viviam os miseráveis não se faz de modo indiferente. Como observa Prado, ora há um tom irônico nos cenários sociais descritos por João do Rio, ora parece existir uma comoção acerca daquilo que relata. O cronista sabe que a forma de narrar atrairá seus leitores; há intencionalidade nos recursos empregados e na escolha dos temas abordados. O fazer jornalístico e o literário já são percebidos por Paulo Barreto como mercadoria oferecida aos curiosos das classes sociais mais abastadas, as que tinham acesso aos bens culturais, à cultura letrada simbolizada pelo acesso aos periódicos.

Lima Barreto, no início de sua atuação na imprensa carioca (1902), antes de seus embates com o *Correio da Manhã* e publicação de *Recordações de Isaías Caminha* também contribuiu com o periódico por meio de uma série de reportagens sobre as escavações do Morro do Castelo¹³ (publicadas em 1905). Nestas, o autor utiliza uma narrativa ficcional para abordar a transformação do Morro e suas consequências:

Misto de reportagem e folhetim, a história explora a descoberta, por operários que preparavam o terreno para a criação da Avenida Central, pilar do projeto de modernização da cidade empreendido por Pereira Passos, de uma suposta galeria secreta no Morro do Castelo. Publicado originalmente em 1905, sem assinatura, no jornal *Correio da Manhã*, cujos bastidores Lima Barreto expôs sem dó nem piedade em *Recordações do escritor Isaías Caminha*, o folhetim só seria editado em forma de livro 92 anos depois (COSTA, 2005, p. 59).

Costa (2005) observa as aproximações entre *O subterrâneo do Morro do Castelo* e *Alma encantadora das ruas*, no que se refere às descrições feitas por um narrador que interfere no relato jornalístico:

¹³ A derrubada do Morro do Castelo se deu durante a atuação do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), constituiu uma das mudanças urbanas mais radicais do início da República. “O morro do Castelo, sítio histórico por onde Estácio de Sá começara a ocupação da cidade, se tornara espaço de residência de inúmeras famílias pobres graças ao baixo custo dos aluguéis das velhas construções existentes no local. A proximidade da moderna Avenida Central tornava a área a surgir em lugar do que seria destruído, por razões ‘de higiene e estética’, altamente rentável” (RESENDE, 2017, p. 46).

O folhetim é propositalmente mesclado a um relato jornalístico, descrevendo como sucessivas escavações em busca dos objetos em ouro e em prata, moedas e uma grande biblioteca deram em nada. Até que um trabalhador, ao abrir caminho para a avenida Central, hoje Rio Branco, deparou com a entrada de uma grande galeria, de 1,60 metro de altura por meio metro de largura. O repórter vai até o local para checar. (COSTA, 2005, p. 238)

No espaço do folhetim, a publicação de diferentes gêneros textuais se fortaleceu:

Cabia de tudo neste espaço, também chamado de *varietés*: piadas, histórias de crimes e suicídios, charadas, receitas de cozinha, críticas de livros e peças de teatro, narrativas que, se ultrapassavam o espaço da coluna, eram publicadas em série. O modelo de folhetim ficcional, que se firma a partir de 1836, acabaria deslocando a seção de variedades para as páginas internas. (COSTA, 2005, p. 240)

Os folhetins foram a solução para muitos escritores tornarem seus romances conhecidos; de forma fatiada, as histórias eram divulgadas, atraindo o leitor do jornal ao texto literário. Para isso, recursos como o gancho e a redundância ajudavam na retomada do enredo (COSTA, 2005, p. 240).

Nas primeiras décadas do século XX, outros autores se valeram de recursos literários para escrever textos jornalísticos. Nelson Rodrigues se destaca pelo sensacionalismo com que transmitia as notícias policiais. Nesses textos, prevalecia a visão do autor sobre o fato. “As notícias policiais são uma espécie de narrativa imanente, cujo começo já pressupõe um desfecho esperado” (BARBOSA, 2007, p. 71). O folhetim também constitui um elo importante com a literatura. O próprio Nelson Rodrigues, em 1944, publica *Meu destino é pecar*, em *O Jornal*, sob o pseudônimo de Susana Flag, revelando ser um ótimo folhetinista.

As escolhas dos jornais, segundo Pierre Bourdieu estarão relacionadas à categoria de mercadoria que mantêm:

O desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos (em particular, do jornalismo, área de atração para os intelectuais marginais que não encontram lugar na política ou nas profissões liberais), é paralelo a um processo de diferenciação cujo princípio reside na diversidade dos públicos aos quais as diferentes categorias de produtores destinam seus produtos, e cujas condições de possibilidade residem na própria natureza dos bens simbólicos. Estes constituem realidades com dupla face – mercadorias e significações –, cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes, mesmo nos casos em que a sanção econômica reafirma a consagração cultural. (BOURDIEU, 2015, p. 102)

As modificações de Assis Chateaubriand em *O Jornal*, a partir de 1925, como a separação entre informação e opinião, exemplificam o valor mercantil atribuído aos jornais. Enquanto bem de consumo, a imprensa simbolizava o moderno, defendia uma nova forma de fazer jornalismo, em que se priorizava o fato. Essa nova concepção do fazer jornalístico, como corrobora Francisco Aquinei Timóteo Queirós (2017), segue o jornalismo estadunidense, marcado por ideias positivistas:

A prática jornalística estadunidense instaura a partir de 1861 a cisão entre opinião e informação, elide as discussões ideológicas — ao menos idealmente — promove a troca da persuasão pela busca pela “verdade” e organiza os pressupostos que margeiam a redação jornalística, como a ordem direta do texto, a clareza e a concisão. (QUEIRÓS, 2017, p. 180)

Devido aos novos princípios adotados nos jornais, outros espaços foram sendo encontrados para que a literatura continuasse a ser desenvolvida. Um deles foram as revistas ilustradas, as quais já existiam no início do século XX e contribuíram com a divulgação de obras literárias:

A redução do espaço para a literatura nos jornais, ocupado pelas reportagens e pelo noticiário, foi compensada pela ampliação das publicações exclusivamente literárias. Esse tipo de imprensa foi, da década de 1920 em diante, muito importante para a formação de movimentos literários, promoção de livros e popularização da literatura, dentre elas *Klaxon*, *Estética*, *Revista de Antropofagia*, *Verde*, *Festa*, *Boletim de Ariel*, *Lanterna Verde*, *Revista Acadêmica*, *Clima* e muitas outras. Em meio a uma atmosfera de redefinição da identidade nacional, as revistas tinham a missão de repensar o Brasil. (LIMA, 2010, p. 23)

A ideia de representação fiel da realidade passa a ser o objetivo das empresas jornalísticas. Nas décadas de 1930 e 1940, período do Estado Novo, marcado pelo autoritarismo do governo de Getúlio Vargas, a busca pela não interferência do jornalista sobre o que noticiava é mantida sob o regime da censura. “O público é afastado dos periódicos, sua fala é silenciada nos jornais, enquanto a fala do Estado é ampliada” (BARBOSA, 2007, p. 108). Buscava-se, nesse período, posteriormente nos anos 1960, com a Ditadura Militar, apartar a discussão política. Por conta disso, outros espaços passam a ser destinados à opinião e ao literário, como as colunas as quais enfocavam o entretenimento.

Os autores Marcelo Fernando de Lima e Maurini de Souza¹⁴ expõem que, na década de 1930, o texto literário assume o papel de crítica, já que a voz do jornal, imposta pelo Estado, não poderia contradizer o discurso autoritário, “tornando o texto literário uma espécie de “documento” da realidade e instrumento de denúncia social, desempenhando a função que, a priori, seria do jornalismo” (LIMA; SOUZA; 2014, p. 57).

John B. Thompson defende que os meios de comunicação constituem formas de o poder ser exercido: “De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder” (THOMPSON, 2012, p. 27). Ao jornal, nesse período de silêncio dos jornalistas, cabe a “ordenação e a manutenção da própria ordem simbólica” (BARBOSA, 2007, p. 153), constitui uma força instituída, que segue princípios muito claros: a imparcialidade, no lide e na edição.

Na década de 1950, quando o jornalismo se mostrava mais fortalecido por ideais empresariais, privilegiando a produção de notícias voltadas exclusivamente para a informação, os suplementos literários emergem, as opiniões são colocadas à parte, pois não poderiam interferir na elaboração noticiosa (LIMA, 2010, p. 26). As seções especializadas passam a compor o jornal.

Posteriormente, nos anos da Ditadura Militar (1964 a 1985), ganham força jornais e revistas da imprensa alternativa, que mantêm um caráter de protesto à censura. A esse respeito, Bernardo Kucinski (2018) contribui com dados valiosos sobre os principais periódicos do momento, os jornalistas envolvidos e a forma como disseminavam as suas opiniões aos seus leitores:

Especialmente no seu apogeu, durante o triênio 1975-1977, quando o padrão alternativo tornou-se dominante, com a circulação simultânea de todos os oito grandes somando até 160 mil exemplares por semana. Na mesma época, circulavam mais duas dezenas de jornais alternativos de âmbito regional ou com temáticas específicas, como os jornais feministas, e outros menores ou efêmeros. Somente em 1975 foram criados cinco novos jornais alternativos de peso; outros sete foram lançados em 1976, e mais nove nos três anos seguintes. Nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como polo hostil e desagregador da ditadura (KUCINKI, 2018, p. 19).

¹⁴ LIMA, Marcelo Fernando de. SOUZA, Maurini de. Com um mínimo de literatura: aproximações entre convenções formais do realismo de 1930 e a imprensa contemporânea. **Terra roxa e outras terras – Revista de estudos literários**. Volume 28 (dez. 2014).

Com o espaço da opinião descartado diante do poder da fiscalização do governo à imprensa, foram pensadas em formas para escapar dos padrões determinados pela necessidade da objetividade. Lima e Souza (2014) apontam que, em uma primeira fase, “o jornalismo “mergulha” em experimentações formais pouco usadas em reportagens”, como acontece na revista *Realidade* (1966-1976), “em que havia uma multiplicidade de soluções narrativas, tais como o aprofundamento de características psicológicas das personagens” (LIMA; SOUZA, 2014, p. 59). Essa perspectiva subjetiva do outro é um elemento frequente na literatura, que geralmente não se observa no jornalismo informativo.

De acordo com Francisco Aquinei Timóteo Queirós (2017), o jornalismo tradicional, “em uma estrutura estandardizada e linear” apresentaria uma visão hegemônica e excludente, em que as opiniões das pessoas comuns não teriam importância para a construção social da realidade (QUEIRÓS, 2017, p. 185). Sendo assim, a revista *Realidade*, por meio de reportagens voltadas a temas e personagens marginais, trazia uma nova versão sobre a sociedade brasileira.

As reportagens semelhantes a contos, como as de João Antônio, autor que contribuiu com inúmeras publicações na revista *Realidade*, os romances-reportagens que emergiram nos anos 1970 no Brasil e as crônicas serão algumas das experimentações que intercalam o literário à linguagem jornalística; confirmando, desse modo, aproximações que já são tradicionais na cultura brasileira.

3.1 GÊNEROS “EM TRÂNSITO”

O romance-reportagem destacou-se no Brasil nos anos 1970 como uma solução para a abordagem de temas que não poderiam ser tratados pela imprensa nesse período. De acordo com Rildo Cosson (2001), além do contexto político – a repressão da censura militar –, o gênero resulta também da influência do *nonfiction novel*, do *new journalism* e de um naturalismo endêmico. Na obra *Romance-reportagem: o gênero*, Cosson apresenta importantes considerações acerca da recepção do romance pela crítica e suas características enquanto gênero discursivo “em trânsito”, o qual mescla marcas do jornalismo e da literatura.

Na passagem dos anos 1960 para os 1970, a ditadura militar reforça a repressão por meio do Ato Institucional nº5 (AI5), fazendo com que muitos jornalistas

buscassem informar por meio da literatura aquilo que não poderiam nos jornais. Isso determina um dos principais traços do romance-reportagem: a sua ligação com fatos verídicos do período:

[...] a prova mais concreta dessa relação entre jornalismo e literatura da década de 70 parece estar na constante “migração” de jornalistas para o terreno literário. Indicada pela presença considerável de jornalistas-escritores no mercado literário e o próprio surgimento e êxito crescente do romance-reportagem, a migração jornalística costuma ser apontada como uma das consequências imediatas da censura política que, impedindo os repórteres de escrever sobre o que sabiam, levava-os a buscar na literatura o espaço que lhes era negado no jornalismo. (COSSON, 2001, p. 17)

Além da censura, outros fatores também contribuem para a presença do jornalismo na literatura, “tais como a política de cooptação do governo por meio de concursos, prêmios e coedições de obras literárias; e a pressão econômica que vetava crédito a determinadas editoras” (COSSON, 2001, p. 18). Quanto ao romance-reportagem, outra explicação para a sua existência estaria na influência norte-americana dos romances de não ficção (*nonfiction novel*).

Nos Estados Unidos, em 1966, Truman Capote publicou *In cold blood* (A sangue frio). O livro, considerado polêmico quando surgiu, narra com detalhes o assassinato de toda uma família. “Esse livro, curiosamente, é considerado parte das obras literárias do autor, embora, de fato, seja uma longa reportagem com algumas técnicas de narrativa ficcional” (COSSON, 2001, p. 20). A crítica brasileira aponta essa experiência de escrita como um dos modelos seguidos na produção do romance-reportagem.

A razão de tal atitude parece estar na semelhança de propostas e de realizações entre o romance de não - ficção e o romance-reportagem, dentre as quais se destacam a objetividade da linguagem, sempre parajornalística, e a obediência estreita aos fatos, normalmente retirados de uma manchete de jornal e aprofundados pelo autor em seu livro. (COSSON, 2001, p. 20)

Carlos Rogé Ferreira (2003) compreende que essa produção diferenciada nos textos jornalísticos dos anos 1960 e 1970 “seriam respostas a acontecimentos transformadores, o que, aparentemente, marcaria a todos como representantes de uma tradição democrática de defesa dos direitos humanos” (FERREIRA, 2003, p. 293). O Novo Jornalismo coloca em dúvida as certezas estabelecidas, “a verdade

tomada como única, abrindo-se caminho para, ou facilitando-se, a inserção da (re) construção do mundo pelas classes dominadas” (FERREIRA, 2003, p. 299).

Rildo Cosson considera que o contexto do surgimento do romance-reportagem no Brasil envolve outras contribuições dentro da cultura brasileira. Segundo o estudioso, um dos fatores que fermentaram o desenvolvimento do gênero é a forte ligação de muito já existente entre literatura e jornalismo. Um dos exemplos citados quanto a isso é a obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Outra publicação também mencionada é *Casa de pensão*, de Aluísio Azevedo.

Ainda no contexto brasileiro, Cosson chama a atenção para a importância da revista *Realidade*, que antecede o romance-reportagem:

Já no seu primeiro número, em abril de 1966, trazia uma reportagem-sonho da vitória do Brasil na copa do mundo a ser realizada dois meses depois– “Brasil Tricampeão”. Nos números seguintes prosseguiu com reportagens em que se buscava, de maneira parcial ou integral, apresentar os fatos por meio dos caminhos técnicos da literatura. É o caso, por exemplo, da reportagem de Woile Guimarães: “A polícia sabia quem matou papai”, em que, conforme o próprio título sugere, denuncia-se a violência policial através dos olhos de um menino. (COSSON, 2001, p. 23)

Na construção do romance-reportagem, é destacado por Rildo Cosson o emprego de processos narrativos realistas, “processos que ocultam ou procuram ocultar o caráter arbitrário e subjetivo da sua história” (COSSON, 2001, p. 36). Expõe-se a verdade factual por meio de uma apresentação mimética, procurando-se escamotear a subjetividade do narrador. A denúncia social aparece como desejo de se mudar a realidade.

Há dois níveis a serem observados no romance-reportagem: o da diegese, os fatos ocorridos– “a verdade factual como essência”, assim como na reportagem, e o do discurso. Nesse segundo nível, a história estará organizada em torno da coerência interna.

A teia de facticidade com que a reportagem cobre e sobredetermina seus fatos, tendo como controle a relação fato/notícia, é substituída pela mimesis da representação, cujo controle é exercido pela verossimilhança. Tal substituição determina ter o romance-reportagem a sua verdade, nesse nível, como aparência, isto é, como um “parecer” que se propõe um “ser”. (COSSON, 2001, p. 42-3)

Os processos narrativos do romance-reportagem englobam diferentes estratégias. Em um primeiro grupo, há os artifícios para dar o “efeito do real” à

história, como “a predição, o pressentimento; o projeto; a maldição; a recordação; a obsessão; o resumo; o *flash-back*; a motivação psicológica”, entre outros. Em um segundo grupo, os procedimentos narrativos que estão “ligados à história paralela, tal qual a localização espacial, a datação, a utilização de documentos e as entidades e referências históricas” (COSSON, 2001, p. 47-8).

Entre uma das obras analisadas por Cosson está *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*, de José Louzeiro. Nesta, um dos recursos recorrentes é o emprego da recordação. Como fio condutor da narrativa, são empregadas recordações do personagem Lúcio Flávio. Já em *Aézio, um operário brasileiro*, de Valério Meinel, será a motivação psicológica que conduzirá o personagem Gorila, um policial semianalfabeto que não ascende em sua carreira, a cometer crimes.

Os procedimentos realistas no romance-reportagem elucidam a forte tendência à denúncia social. Nesse sentido, o narrador será relevante para conduzir as críticas. Isso se direcionará, em algumas obras, por meio da sua intrusão, como em *Aézio, um operário brasileiro*. Em outras, a escolha do foco narrativo reforçará a denúncia.

[...] Assim, ora mantém-se o foco narrativo preso a determinados personagens que, por ser marginais ou marginalizadas, têm uma visão crítica da realidade, como é o caso em *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*; ora se contrasta o mundo cintilante e hipócrita dos ricos com o mundo difícil e miserável dos pobres, como em *Aézio, um operário brasileiro*; ora se coloca diretamente na boca das personagens aquilo que o narrador gostaria de dizer, mas não pode fazê-lo, porém, sem violar o mundo diegético, conforme acontece em *Aracelli, meu amor*. (COSSON, 2001, p. 70)

Carlos Rogé Ferreira (2003) também destaca a presença da denúncia por meio de livros-reportagem escritos mais recentemente. Nestes, como elucida o autor, o hibridismo entre jornalismo e literatura está presente:

[...] em seguimento à linha do Novo Jornalismo e dos romances-reportagem, autores contemporâneos estariam dando formas atuais ao questionamento e embate de fronteiras entre o jornalismo e a literatura, no contexto da intensificação crescente da massificação cultural-econômica, que já se acentuava após a II Guerra Mundial, que produz formas de inter-relação entre os campos citados, os fatos noticiosos, a história-processo, as narrativas literárias. (FERREIRA, 2003, p. 204)

Em relação ao contexto brasileiro, *Rota 66*, de Caco Barcellos, publicada em 1992, traz a denúncia de policiais acusados por assassinarem três rapazes

pertencentes à classe média - alta, fato que chamou a atenção da sociedade em 1975. Em outros crimes, antes também realizados por esses policiais, o choque com o ocorrido não havia despertado tanta comoção social.

Trata-se, muitas vezes, de texto mais jornalístico, que incorpora, no entanto, técnicas de suspense (por exemplo, a intercalação de capítulos, que interrompem a narrativa em momentos de ação, como no caso da morte dos três rapazes) e da narração realista, baseada não na observação direta, mas em testemunhos que permitem ao autor reconstruir (inclusive com diálogos) diversos acontecimentos e dar-lhes uma versão apresentada como verdadeira, na forma de ocorrência presente, como se o leitor estivesse acompanhando o desenrolar dos fatos. A partir do capítulo 13, o livro sustenta sua linha narrativa fazendo a denúncia dos maiores “matadores” da Rota, cada um dos perfis construídos incluindo a descrição de casos das atrocidades cometidas, reação de familiares das vítimas, o papel da Justiça Militar no acobertamento dos crimes e da impunidade, entre outros ângulos. (FERREIRA, 2003, p. 208)

Há uma aproximação dessa obra aos romances-reportagem, já que a técnica empregada por Caco Barcellos “vai do acontecimento jornalístico ‘duro’ à recriação romanceada pelo autor” (FERREIRA, 2003, p. 208). A partir do crime contra a burguesia, revela-se o alcance da violência empregada de forma irrestrita pelos policiais, o que incitará o descontentamento e a mobilização social pela redemocratização do país.

Além das produções brasileiras realizadas a partir dos anos 90, caso de *Rota 66*, Ferreira destaca a existência de outras experimentações, que suprimiriam as fronteiras entre o jornalismo e a literatura:

Mais recentemente, toda uma literatura (de testemunho ou assumindo preponderantemente a forma romance), que pode ou não ser inseridas nos “cânones” da configuração discursiva comumente denominada como “pós-colonial” também vem sendo produzida fora do Brasil, acompanhada, inclusive, por reflexões teóricas inovadoras. (FERREIRA, 2003, p. 205)

O principal exemplo apontado pelo estudioso sobre essas produções é a nova literatura argelina, em que, buscando-se misturar ficção e realidade, seria abordada a situação atual da Argélia. *Oran: Langue Morte*, de Assia Djebar; *Les Nuits de Strasbourg* e *La Vie à L' Entroit*, de Rachid Boudjedra, são exemplos destacados por Ferreira. Nestes, os autores utilizam de procedimentos narrativos também observados em *Rota 66*:

Em resumo, teríamos, em primeiro lugar: a existência de acontecimentos, comprováveis na realidade (embora talvez referentes a pessoas e lugares com nomes trocados). Em segundo: resgate ou preservação da memória de tais eventos, como denúncia permanente. Terceiro: o trabalho é possível pelo (s) testemunho (s) de quem presenciou os acontecimentos ou tem fortes provas/indícios dos mesmos [...]. (FERREIRA, 2003, p. 206)

Reforça-se, como já mencionado, a tendência dessas obras à denúncia, além da intenção de ser mostrada uma visão de resistência às opressões políticas e econômicas; há nelas, como Ferreira considera, “um discurso emancipador de esquerda” (FERREIRA, 2003, p. 207).

3.1.1 A crônica

A crônica assim como o romance-reportagem constitui um gênero híbrido, jornalístico e literário, que continua a sofrer transformações à medida que seu veículo de circulação (jornais impressos e virtuais, revistas) também se modifica. Além do espaço jornalístico no qual a publicação de crônicas frequentemente ocorria, é necessário enfatizar a presença desse gênero “menor”, como o define Antonio Candido, nos livros, o que pressupõe a sua durabilidade. Tal presença também denota uma recepção atualizada do gênero, relacionada à leitura por um público interessado em aspectos composicionais, ao trabalho expressivo da linguagem.

Nos folhetins, a crônica se infiltrou a partir da segunda metade do século XIX e desde então ganhou um espaço imprescindível no fazer literário e jornalístico. A escrita do gênero nos periódicos cariocas passou a ter destaque com a participação dos autores: José de Alencar, Joaquim Manuel Macedo e Machado de Assis. Destes, esperava-se a representação dos costumes sociais por meio de uma linguagem acessível ao leitor.

Beatriz Resende considera a crônica como “representação literária do fragmentário, do ambíguo, do efêmero” (2017, p. 52). Poderiam ser, segundo Resende, “alegorias iluminadoras de nosso próprio cotidiano”. Assim, apresentando uma visão enquanto leitores da sua época, Machado de Assis abordou questões políticas em suas crônicas e João do Rio observa a presença das inovações tecnológicas na mudança do século XIX para o XX, além das inúmeras transformações ocorridas na capital. Esses temas foram alguns dos inúmeros abordados pelos cronistas, os quais souberam utilizar o espaço dos jornais como um

“laboratório” de experimentações com a linguagem. É feita a representação do período pelos autores, mostrando-se os símbolos modernos valorizados pela sociedade e as contradições que surgem a partir do acesso desigual destes.

José Marques de Melo (2002) considera duas fases bem definidas da crônica brasileira:

[...] a crônica brasileira apresenta duas fases bem definidas: a crônica de costume – que se valia dos fatos cotidianos como costume de inspiração para um relato poético ou uma descrição literária – e a crônica moderna – que figura no corpo do jornal não como objeto estranho, mas como matéria inteiramente ligada ao espírito da edição noticiosa. Cronistas como Rubem Braga, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Luis Martins, Fernando Goés, Raquel de Queiroz, Eneida, Lourenço Diaféria produzem textos que giram permanentemente em torno de atualidades, captando com argúcia e sensibilidade o dinamismo da notícia que permeia toda a produção jornalística. (MELO citado por CASTRO, 2002, p. 149-150)

Os jornais, além de serem suportes para a publicação das crônicas, fornecem a matéria para os cronistas, por meio das notícias e artigos, por isso ocorre uma proximidade com a linguagem jornalística, que deixa dos ornamentos para se tornar simples, acessível. Antonio Candido (1992), quanto a essa modificação na forma de escrever, menciona as mudanças feitas por Olavo Bilac em seus textos:

A leitura de Bilac é instrutiva para mostrar como a crônica já estava brasileira, gratuita e meio lírico-humorística, a ponto de obrigá-lo a amainar a linguagem, a descascá-la dos adjetivos mais retumbantes e das construções mais raras, como as que ocorrem na sua poesia e na prosa das suas conferências e discursos. Mas que encolhem nas crônicas. É que nelas parece não caber a sintaxe rebuscada, com inversões frequentes; nem o vocabulário “opulento”, como se dizia, para significar que era variado, modulando sinônimos e palavras tão raras quanto bem soantes. Num país como o Brasil, onde se costumava identificar superioridade intelectual e literária com grandiloquência e requinte gramatical, a crônica operou milagres de simplificação e naturalidade, que atingiram o ponto máximo nos nossos dias, como se pode ver nas páginas deste livro. (CANDIDO, 1992, p. 16)

A longa citação de Antonio Candido é relevante para pensarmos no alcance da crônica em relação ao público leitor que se consolidava no início do século XX. O acesso a textos com uma linguagem mais acessível permitia aos leitores uma maior compreensão da sua realidade e a reflexão sobre assuntos que lhe importavam enquanto cidadãos que passavam por mudanças abruptas em seu contexto espaço-temporal. Além disso, continuava a ser estabelecido pelo leitor um contato com

recursos literários, já que, na crônica, poderia ser misturado o ficcional ao real, a prosa à poesia, a seriedade ao humor.

José Marques de Melo (2002) observa que no jornalismo brasileiro o lugar da crônica seria o das páginas de opinião. O gênero apresenta semelhanças ao editorial, ao artigo e ao comentário, e, mesmo sendo diferente de notícias e reportagens, estaria centrado em acontecimentos contemporâneos:

[...] Só que ela não os reconstitui, sua função é a de apreender-lhes o significado, ironizá-los ou vislumbrar a dimensão poética não explicitada pela teia jornalística convencional.

A crônica, na imprensa brasileira e portuguesa, é um gênero jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de atualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real. (MELO citado por CASTRO, 2002, p. 147)

A crítica social se faz presente por meio de recursos como o humor, a ironia e a aproximação estabelecida pelo narrador com os personagens/ pessoas nas situações abordadas. Julgamentos a respeito da realidade observada são comuns pelo cronista, o qual revela ao leitor uma forma de perceber os fenômenos sociais.

Marcelo Bulhões (2007) realça a liberdade do cronista, o qual, mesmo ligado à rotina de urgência dos jornais, pode dar outra conotação ao fato noticioso, lançando “outro olhar a ele”. “Um olhar que não possui a pretensão da verdade objetiva e empírica dos acontecimentos, mas que extrai deles um sabor imprevisto ou inusitado. Um sabor que passa a existir com a perspectiva de seu texto” (BULHÕES, 2007, p. 57).

Para Marcelo Coelho (2002), a crônica é um gênero literário dentro do jornal, “sua função é a de ser uma espécie de avesso, de negativo da notícia” (COELHO citado por CASTRO, 2002, p. 156). Em relação ao problema de definição do gênero, de ser ou não ficção, Coelho considera a flexibilidade que ela assume:

[...] pois pode ser um texto de ficção, mas pode ser de não-ficção, é lírico, mas pode ser puramente humorístico, é em prosa, mas pode ser em verso também (muitos poemas do Drummond e do Bandeira, são rigorosamente crônicas). (COELHO, 2002, p. 157)

Para exemplificar a tendência de negação ao noticiado, Coelho menciona a ironia de Machado de Assis ao abordar diferentes acontecimentos de sua época e a criação de “poemas em prosa” de Rubem Braga: “tanto um tipo de texto literário, o de Rubem Braga, quanto o outro, o de Machado de Assis, são crônica, no sentido

em que, sendo publicados em jornal, servem justamente como negação do que é pura notícia” (COELHO citado por CASTRO, 2002, p. 158). Mesmo empregando diferentes estratégias de escrita, a intenção dos cronistas seria chamar atenção para a “insignificância das coisas”.

Marcelo Coelho, ao analisar o lugar de publicação de crônicas na *Folha* observa que este atualmente pertence à página dos editoriais, dos artigos de opinião. “É justamente porque essa página ainda é a mais solene, a mais séria, a mais enfática da *Folha* que o lado “negativo” da crônica – o de que nada é sério, nada é tão urgente assim – aparece ali” (COELHO citado por CASTRO, 2002, p. 159). De acordo com o autor, as páginas do jornal se tornaram mais leves e humorísticas; o jornal não se consideraria mais “o dono da verdade”.

Podemos pensar, por exemplo, que se a crônica tinha esse aspecto “negativo” com relação à notícia, é porque ela visava a introduzir um componente de “relativização” com relação ao resto do jornal. Ora, esse componente de “relativização”, a atitude de não se considerar dono da verdade, de notar que tudo muda, etc., foi absorvido por quase todas as páginas do jornal. Toda denúncia já vem com o desmentido, a prática de ouvir “o outro lado” se generalizou, não é tão fácil que algum jornal, ou alguma reportagem isoladamente, se apresente com a veemência e a certeza absoluta que tinha antes”. (COELHO citado por CASTRO, 2002, p. 160)

Pensando-se em jornais ou revistas virtuais, caso do *El País* e da *Revista Época*, observa-se que nos espaços de opinião, em que colunistas apresentam a sua leitura da sociedade, a crônica aparece, mostrando-se como um gênero adaptável aos novos espaços e suportes. Nestes, ela se confunde com um texto ensaístico ou se assemelha a um conto; a liberdade do autor em colocá-la nesses novos espaços determinará as escolhas quanto à linguagem nela empregada e a sua organização narrativa ou reflexiva.

Luiz Carlos Simon (2011) elucida que há diferentes modelos de crônica:

Não é demais retomar a variedade de manifestações do gênero: enquanto existem crônicas idênticas ou praticamente iguais a contos, no que se refere a sua adesão à organização narrativa, outras abdicam do narrar, constituindo-se em comentários ou reflexões, com mais ou menos lirismo; além de uma terceira modalidade, bastante comum, composta por uma mescla de narrativa, comentário e lirismo. (SIMON, 2011, p. 52)

Desses modelos, Simon considera que o terceiro é que “atraiu a atenção da crítica para as particularidades literárias ali presentes, e tendo seu auge entre as décadas de 1950 e 1970”. Nesse tipo de crônica, como salienta Simon, é comum o uso da primeira pessoa. O “eu” expõe seus comentários ou expressa sentimentos sobre o que narra. Assim, o termo mais adequado para se utilizar em relação ao “eu” que se manifesta nessas crônicas é o “eu do cronista”, “uma terminologia que dá a vantagem de desatrelar o autor das crônicas daquelas situações e emoções expostas nos textos” (SIMON, 2011, p. 53).

A crônica, a qual nasce nos jornais e possui uma forte ligação ao seu suporte, já no início do século XX é pensada como gênero que transpassaria o tempo. Isso se deu como aborda Simon, porque “pode acrescentar a sua composição jornalística num componente artístico, literário, que a distingue de outras práticas textuais da imprensa” (SIMON, 2011, p. 26). As crônicas também passam a se destinar aos livros, levando consigo os motivos centrados no cotidiano, as notícias de cada dia e de cada tempo. Os cronistas traduzem com lirismo ou comentários cada realidade, do assunto aparentemente mais banal ao mais nobre. A literalidade permitirá leituras enriquecedoras, que vão muito além do simples registro histórico, pois não se pretende apenas expor, preocupa-se em como o fazer, no trabalho com a linguagem, na maneira de sensibilizar.

Após 1950, como aponta Simon em seus estudos sobre a trajetória da crônica, o mercado editorial através do sucesso de autores como Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade e Luis Fernando Veríssimo (mencionando só alguns exemplos) confirma a estabilidade nas publicações de crônicas em livros. Várias coleções são lançadas, evidenciando a atração despertada nos leitores por essas obras. Sobre a coleção *Para Gostar de Ler*, publicada pela Editora Ática em 1977, o pesquisador apresenta os seguintes dados:

Entre os 36 volumes publicados até 2004, mais de 20 veiculam a produção de diversos cronistas brasileiros como Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino (os quatro pioneiros dos cinco volumes iniciais), Machado de Assis, Stanislaw Ponte Preta, Rachel de Queiroz, Carlos Eduardo Novaes, José Carlos Oliveira, Lourenço Diaféria, Luis Fernando Veríssimo, Affonso Romano de Sant’Anna, Moacyr Scliar, Ferreira Gullar, Marina Colassanti, Marcos Rei, Walcy Carrasco, Ivan Ângelo e Domingos Pellegrini. (SIMON, 2011, p. 34)

O percurso da crônica e suas transformações nos fazem entender que as incorporações do literário ao gênero, no tratamento expressivo da linguagem, ao lirismo com marcas da subjetividade, tornou-a durável, sem a prender em formatos determinados, fixos. A flexibilidade desse gênero permite com que ela se misture a outros, torne-se crônica-poema, crônica-ensaio ou crônica-reportagem.

3.1.2 A crônica-reportagem

As crônicas-reportagem podem ser definidas como aquelas em que o relatar se funde ao narrar para traduzir através do discurso uma percepção sobre um fato transcorrido. Essa visão é concebida a partir da observação do jornalista/cronista, o qual interfere por meio de sua subjetividade na apresentação desse relato. Para isso, ele utiliza de recursos da literatura a fim de comover os leitores e denunciar injustiças sociais.

Na elaboração da crônica-reportagem, o repórter tem em conta dados comprováveis: pessoas que existiram, situações ocorridas em datas e locais identificáveis. Não é simplesmente uma alusão ao que pode ter acontecido, mas uma verdade situada em uma dimensão espaço-temporal. O que se modifica em relação a uma reportagem convencional é que nesse modelo, o qual pode ser considerado uma vertente do Jornalismo Literário, a situação retratada e o modo como isso é realizado são direcionados pelo narrador ou “eu do cronista”, que utiliza de artimanhas literárias para apresentar uma visão do acontecimento.

Toma-se, nesse sentido, a concepção de Francisco Aquinei Timóteo Queirós (2017) acerca do Jornalismo Literário, de que este seria “um constructo – em que as linhas mestras que atravessam o contexto social – são constituídas por distintas visões de mundo, englobando, portanto, um contingente multifacetado de sujeitos e de vozes sociais” (QUEIRÓS, 2017, p. 183).

O enredo jornalístico-literário equilibra-se sobre aspectos políticos, críticos e culturais. Sua narrativa instaura simultaneamente um discurso social e estético, vislumbrando-se a variedade de vozes sociais, o estilo jornalístico-literário e a organização do enredo histórico. Sob essa perspectiva, os acontecimentos e fatos assumem uma dimensão social, em que as narrativas engendram os sentidos e promovem o aprofundamento dos aspectos históricos – tomando como termo central o indivíduo – em contraposição aos valores arraigados que colocam em primeiro plano a história social dominante. (QUEIRÓS, 2017, p. 183-184)

De acordo com essa perspectiva, as pessoas comuns, com suas opiniões e trajetórias são fatos noticiosos; fuge-se assim à visão hegemônica do jornalismo tradicional, que considera como relevantes os discursos dos poderosos. A partir do indivíduo, observa-se a sociedade e as veredas históricas do próprio país, com suas fragilidades e equívocos.

Muitas reportagens de Eliane Brum podem ser identificadas como também crônicas quanto aos procedimentos narrativos e expressivos empregados. Dentre estes, são observados: o lirismo; a intrusão de um narrador (por vezes personagem) na percepção dos diferentes ângulos da situação narrada, adotando uma postura reflexiva e autorreflexiva sobre os motivos de escrever; a descrição de aspectos físicos e psicológicos das pessoas-personagens que serão o centro de uma narrativa-relato; a presença de diálogos, além das múltiplas significações de uma linguagem marcada pela expressividade.

3.2 A PRESENÇA DO LITERÁRIO NA OBRA DE ELIANE BRUM

A vida que ninguém vê, coluna publicada no Jornal *Zero Hora* em 1999, surge, de início, como um desafio a Eliane Brum. Neste, a escritora precisava narrar acontecimentos comuns, a vida ordinária de cidadãos considerados invisíveis à sociedade, empregando recursos do jornalismo literário.

Ao final dos anos 1990, a imprensa sofre grandes transformações devido ao advento da Internet e redução das vendas dos jornais impressos. Nesse período, momento de implantação do Plano Real, influência dos colapsos financeiros internacionais realçados pela Globalização, as grandes organizações da comunicação ditam novas regras quanto às linhas a serem seguidas pelos jornais. Sendo assim, a presença de inúmeros cadernos e seções, bem como o pensamento de oferecer um produto agradável ao cliente, permearam as escolhas dos empresários e determinaram os novos papéis dos jornalistas.

A respeito da *Folha*, Marcelo Lima destaca algumas mudanças para superar os desafios desse novo momento do jornalismo:

Ao lado de um colunista carioca, jornalistas e escritores de São Paulo passaram a assinar colunas na *Folha*, num estilo mais ensaístico, com grande liberdade no tratamento dos temas e na forma do texto, entre eles Marcelo Coelho, Fernando Bonassi e Bernardo Carvalho. Havia também a colaboração do escritor gaúcho Moacyr Scliar e do psicanalista Contardo

Calligaris. Com esses textos mais analíticos, a Folha tornaria “literário” o texto de jornal, criando uma forma alternativa à crônica, gênero com maior tradição na imprensa carioca e que, de certa forma, representava uma fase mais artesanal da imprensa. (LIMA, 2010, p. 41)

As crônicas-reportagem de Eliane Brum, publicadas em um dos jornais de maior circulação fora do eixo Rio-São Paulo (o *Zero Hora*), a princípio, foram mais uma das iscas de uma grande empresa de comunicação para vender sua mercadoria. Os textos de Brum, que saíam aos sábados, chamaram a atenção dos leitores, que se deixaram conduzir por um estilo diferenciado de jornalismo.

A jornalista alcançou muito mais do que atrair um público para um jornal. Nas reportagens, há o emprego de um “eu” narrador cativante, envolvido e envolvente, que não quer simplesmente informar, mas deixar suas marcas, sua coerência humana em relação à indiferença social, aos desumanizados. Observa-se um comprometimento da escritora com a missão do repórter, o qual deve ir à rua, enxergar outras realidades e usar da escrita enquanto meio para apresentar as vozes não ouvidas pela sociedade capitalista.

O protagonismo observado pela atuação de Brum, a repórter que vai ao outro a fim de lhe estender o seu olhar e voz, é muito semelhante àquilo que entende o escritor João Antônio acerca do papel do escritor e da literatura.

O caminho é claro e, também por isso, difícil – sem grandes mistérios e escolas. Um corpo-a-corpo com a vida brasileira. Uma literatura que se rale nos fatos e não que rele neles. Nisso, a sua principal missão – ser a estratificação da vida de um povo e participar da melhoria e da modificação desse povo. Corpo-a-corpo. A briga é essa. Ou nenhuma. (ANTÔNIO, 1976, p. 146)

Essa forma de apontar outras leituras sobre o real é própria dos bons jornalistas literários, como aponta Edvaldo Pereira Lima:

[...] Captam a realidade com sua inteligência racional e com seus sentimentos, com a razão e com a intuição. Então, assim, conseguem ver o invisível. Encontram a fina teia de relações que costuram a dinâmica da vida. Entendem o significado mais profundo dos acontecimentos. (LIMA, 2014, p. 21)

As estratégias literárias de Eliane Brum na elaboração das reportagens publicadas em livro heterônimo (*A vida que ninguém vê* – lançado em 2006 e vencedor do Prêmio *Jabuti* em 2007) revelam não só o relato do invisível de uma

sociedade preconceituosa, pautada, como ainda se presenciava de forma acentuada em 1999, na indiferença com direitos de cidadãos desamparados por políticas de integração social. A visão apresentada já nessa obra será a de que existem muitos brasis, muitas vozes que contam a partir de suas vidas a História do Brasil. A história da cidadania inalcançada, da exploração que continua a ser dos mais fortes (os que detêm o poder econômico) sobre os mais fracos; a dos que se acostumam a não ser vistos e a se sujeitar a condições precárias de sobrevivência; a história dos que perdem até o pouco que possuem: sua terra, sua família, sua identidade.

Sob essa perspectiva, a qual se apresenta como escolha que marcará a trajetória de Brum, outras produções também se articularão: *O olho da rua – uma repórter em busca da literatura da vida real* (2008), *A menina quebrada* (2014), *Brasil: construtor de ruínas* (2019).

3.2.1 Diferentes cenários de um mesmo país

Nas crônicas-reportagem de Eliane Brum, as descrições são frequentemente utilizadas para denunciar a existência de lugares em que o acesso a uma moradia digna e a outros direitos básicos, como o tratamento médico e o emprego são aspectos da desigualdade social. Um dos procedimentos para levar o leitor a entender o espaço apresentado é apontar indícios que levam à compreensão da situação social dos habitantes.

Em *Sinal fechado para Camila*, as descrições de onde morava a menina Camila elucidam a pobreza dos personagens:

Camila nasceu na Fátima, num barraco de uma peça. Quando chovia, havia tanta água fora quanto dentro. Em dez anos a família progrediu. Conseguiu um barraco de duas peças. Camila dormia com os quatro irmãos num sofá esburacado ou no chão de tábuas podres porque não havia lugar para todos. Pai e mãe desempregados, o pai um homem triste, de olhos injetados, que descia o braço sobre a mãe sempre que bebia além da conta. (BRUM, 2006, p. 127)

Nesse trecho, a comparação “chovia tanta água fora quanto dentro” e outros elementos, como a quantidade de peças que compunham o barraco, o sofá esburacado, o chão de tábuas podres mostram a precariedade da moradia. Os adjetivos referentes aos personagens enfatizam a sua trágica vida e fornecem dados importantes para introduzir a história, na qual, descobrimos que Camila, devido a

essa condição miserável da família, buscará nos sinaleiros de Porto Alegre a alternativa para conseguir “umas moedinhas”.

A morte acaba sendo o destino da menina dos sinaleiros. Depois de fugir da Febem onde ela passara a residir, em um passeio ao Guaíba, junto com outras crianças, ela se afoga.

Às 14h, de calcinha e camiseta, Camila e duas das fugitivas mergulharam no Guaíba na altura do parque Marinha do Brasil. Camila não sabia nadar. Debatendo-se como fez durante toda a vida, Camila, a senhora dos cruzamentos, submergiu. (BRUM, 2006, p. 128)

Há ironia no uso da expressão “a senhora dos cruzamentos”, mesmo passando por tantas pessoas, atravessando sobre os outros, Camila continuou a ser invisível a eles, não houve de fato um cruzamento com os outros da cidade, que não a enxergaram.

A descrição do local em que ocorrera o velório da menina, pago pela Febem, assim como o nome do cemitério –Jardim da Paz–, estabelecem antítese à vida desesperançada das crianças dos sinaleiros. Também se opõem aos familiares de Camila, os quais se admiram do lugar: “Acompanhada por um séquito de parentes de rostos derrotados, Camila foi enterrada no Jardim da Paz. No cortejo, um único terno. Puído e manchado, envergado por um homem em que o sofrimento abriu sulcos no rosto” (BRUM, 2006, p. 128).

Em *O menino do alto*, a tragédia denunciada se relaciona a ter ou não direito aos recursos da cidade, o primeiro deles, ao de uma boa moradia.

A tragédia do menino é ter nascido no lado errado da cidade. No alto do Morro da Polícia, em um barraco encarapitado sobre uma ironia. Suspenso sobre um cartão-postal de Porto Alegre, sobre a visão do Guaíba escavando a capital como um Michelangelo. (BRUM, 2006, p. 72)

Há nas descrições da crônica uma “cidade do alto”, dos morros, na qual a diversão dos meninos estaria em descer as ladeiras em busca de aventura. A “cidade de baixo”, em que as crianças moravam em lugares seguros, com acesso à educação, a tratamentos de saúde e a videogames era uma miragem para os meninos pobres que moravam no alto. Existe, portanto, uma “inversão” de valores, já que o alto denota geralmente algo positivo, podendo corresponder ao que é superior, ao que se enxerga melhor, o que não ocorre na história.

Dessa forma, Leandro Siqueira dos Santos vivia a sonhar, até que um acidente interrompe as poucas possibilidades de alcançar o outro lado da cidade:

O drama do menino é que nasceu duas vezes. Nos primeiros 12 anos descia a cidade vertical aos trombolhões de criança, resvalando pelos barrancos, rindo das pedras. Espantando a fome que assombrava a família com aquela inocência que protege a infância. Suspirando por um videogame que jamais chegaria no Natal, mas mesmo assim sonhando como só os meninos são capazes. Numa das incursões à planície, aconteceu. Nem viu o carro, não viu nada. Despertou cinco meses depois. Acordou para o horror. Tinha as pernas retorcidas, as mãos em garras. O menino renasceu. Como prisioneiro. (BRUM, 2006, p. 72)

O menino que desejava ter momentos triunfantes com a aquisição de bens com que sonhava e uma vida gloriosa em outro lugar, tal como a personagem Macabéa, de *A hora da estrela*, também possui suas expectativas frustradas devido a um atropelamento.

Renascer “como prisioneiro”, triste comparação que marca a nova vida do menino o qual perdeu a possibilidade de correr e de voar, pois passa a viver no “alto da torre da cidade”, “suas pernas eram as únicas asas que tinha para voar sobre o fosso entre dois mundos”. (BRUM, 2006, p. 72)

Lá no alto, mesmo para quem dispõe de suas pernas boas já era difícil de locomover-se. “Nos dias de tempestade o morro vira um vagalhão. É um oceano escuro que despenca arrastando pedras, plantas, bichos. Carregando gente, submergindo tudo em lama. A cidade do alto é um lugar onde para ir e vir é preciso andar de quatro” (BRUM, 2006, p. 73). O morro não é adequado, não possui estrutura para construções sólidas, que permaneçam imóveis, firmes mesmo com o mau tempo.

A metáfora empregada para que possamos visualizar a força do morro, “um oceano escuro”, reforça a monstruosidade do problema a ser enfrentado pelos moradores desse local. O acesso ao tratamento médico, assim como a outros recursos é um imenso desafio.

Quem mora no alto não está a salvo do tsunami, como se pressupõe ocorrer, ao contrário, encontra-se mais sujeito a ser acometido por tempestades. As condições precárias das casas e a forma como elas estão configuradas nesses locais, construídas sem planejamento, expostas a desmoronamentos, colocam os seus moradores em riscos constantes.

Na crônica, a inversão céu/terra — cidade do alto/ cidade de baixo pode ser relacionada com os símbolos bíblicos. Identifica-se ironia na constatação de que no alto, lugar onde se obtêm os favores divinos, observa-se Deus distante. Os habitantes do morro vivem, por sua péssima situação, um inferno.

Quando o pai raquítico carrega o filho de pernas mortas pela esarpa de sua tragédia, o morro se cala. Alpinistas da miséria, um passo em falso pode custar a vida. Embaixo, a enfermeira espera. Ou o vizinho. Como não há ambulância para levá-lo à fisioterapia, um e outro se alternam com seus próprios carros. A cada vez o menino vai com o coração descompassado, a cada vez que desce sonha que subirá com as próprias pernas. (BRUM, 2006, p. 74-75)

A imagem do menino descendo o morro carregado faz calar o povo. “Porque é só um menino de pernas assassinadas” (BRUM, 2006, p. 75). Ao invés de escalar, os “alpinistas da miséria” precisam descer. Esse menino, “que nasceu do lado errado da cidade”, ainda ousa sonhar. “E sonha em construir uma ponte entre o morro onde nasceu e a planície onde precisa chegar. É só um menino de pernas mortas. E não desistiu de mudar o mundo” (BRUM, 2006, p. 73).

Na reportagem *Mães vivas de uma geração morta*, a apresentação da cena coloca o leitor dentro da realidade de violência e medo vividos pelos moradores de comunidades:

Para alcançar Graça há uma escada em caracol, escura. Ela habita o último andar de um prédio ocupado, na zona norte do Rio. São dois cômodos e uma cozinha minúscula, onde se amontoam oito pessoas. As paredes externas têm marcas de bala. Dentro, Graça ouve uma bombinha, dessas de festa junina, e se atira no chão. Os netos a seguem. Açam que é tiro. (BRUM, 2017, p. 178-179)

Nesse fragmento, o que mais é chamativo na descrição são as “marcas de bala” nas paredes externas, denúncia de que essa moradia pequena, em que vivem oito pessoas, é alvo da violência do lugar. A referência ao barulho ouvido e a atitude dos personagens de se atirarem ao chão remetem ao temor de serem atingidos por balas. Há a procura pela veracidade nesse registro, como “testemunho de uma experiência imediata” (BULHÕES, 2007, p. 168).

Por meio das descrições, busca-se a sensibilização do leitor para a situação apresentada; são mostradas realidades que estão distantes de muitos e até se parecem com ficção. A riqueza de imagens empregadas simboliza dramas vividos por pessoas, ainda que pareçam personagens. A expressividade da linguagem, marcada por metáforas, comparações, antíteses, sinestésias, além de outros

recursos, também é estratégia para comover, tornando essas cenas mais próximas do interlocutor.

3.2.2 Personagens de dramas reais

Anatol Rosenfeld (2005) considera que as personagens são construções que tornam a narração mais humana, um dos aspectos mais relevantes para os jornalistas literários:

A narração — mesmo a não fictícia—, para não se tornar em mera descrição ou em relato, exige, portanto, que não haja ausências demasiado prolongadas do elemento humano (este, naturalmente, pode ser substituído por outros seres, quando antropomorfizados) porque o homem é o único ente que não se situa somente “no” tempo, mas que “é” essencialmente tempo. (ROSENFELD citado por CANDIDO, 2005, p. 28)

No jornalismo literário, a centralidade da narração está nas pessoas, em sua vivência em relação ao fato, o que enaltece o aspecto humano da narrativa. A elaboração das descrições relacionadas às pessoas-personagens pretende ser o mais próxima da realidade observada pelo repórter-escritor. O narrador conduz a forma de o leitor perceber esses sujeitos, assim como ocorre nos textos ficcionais. Rosenfeld (2005) elucida que os personagens são seres projetados intencionalmente:

[...] E isso a tal ponto que os grandes autores, levando a ficção ficticiamente às suas últimas consequências, refazem o mistério do ser humano, através da apresentação de aspectos que produzem certa opacidade e iridescência, e reconstituem, em certa medida, a opacidade da pessoa real. É precisamente o modo pelo qual o autor dirige o nosso “olhar”, através de aspectos selecionados de certas situações, da aparência física e do comportamento — sintomáticos de certos estados ou processos psíquicos — ou diretamente através de aspectos da intimidade das personagens — tudo isso de tal modo que também as zonas indeterminadas começam a “funcionar” — é precisamente através de todos esses e outros recursos que o autor torna a personagem até certo ponto de novo inesgotável e insondável. (ROSENFELD citado por CANDIDO, 2005, p. 35-36)

A limitação da obra ficcional determinará uma caracterização definida e definitiva, o que não acontece na observação de pessoas reais. Na ficção, há uma estrutura limitada em que podemos observar uma coerência da atuação dos personagens, “em virtude da concentração, seleção, densidade e estilização do

contexto imaginário, que reúne os fios dispersos e esfarrapados da realidade num padrão firme e consistente” (ROSENFELD, 2005, p. 35).

Antonio Candido (2005) também considera a existência de uma coerência fixa, no romance, dada aos personagens pelo escritor:

No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável, que é a lógica da personagem. A nossa interpretação dos seres vivos é mais fluida, variando de acordo com o tempo ou as condições da conduta. No romance, podemos variar relativamente a nossa interpretação da personagem; mas o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva de sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. (CANDIDO, 2005, p. 59)

Nas reportagens de Eliane Brum, as pessoas têm nome, sobrenome e uma história a ser resgatada pelo repórter. Este busca apresentar a complexidade no humano que está diante dele. Há também limitação nesse registro, já que é uma das versões sobre o real, a da jornalista, e se limita à perspectiva do acontecimento narrado. Ainda que tenha posteriormente outras experiências e mostre nestas outras características, na crônica-reportagem, a pessoa também se tornou um personagem, com traços definidos para aquele enredo.

Na já mencionada reportagem *Mães vivas de uma geração morta*, as mães de jovens assassinados devido ao seu envolvimento com o tráfico de drogas, relatam a sua dor, o enfoque está no sofrimento delas. Eliane Brum usa como uma das estratégias para elaboração de seu texto expor as falas dessas mães já no início:

“Quando morreu o terceiro, achei que eu fosse morrer também e comprei uma mortalha de tergal branco. Quem morreu foi minha filha. Vesti nela a mortalha que era pra mim”.

Selvina Francisca da Silva perdeu quatro filhos, um quinto sumiu. Ela sobreviveu. (BRUM, 2017, p. 173, *grifo da autora*)

A história de Selvina é contada a partir de uma narração onisciente indiciando as impressões e dores da mãe que já estava acostumada com tantas perdas.

Não há hipérboles na gramática das mães vivas. As palavras são exatas. As frases, sem gordura. Selvina pariu 12 filhos. Perdeu quatro de tiro. Sobre o quinto não tem certeza, porque sumiu. Outros cinco morreram de doença. Restaram dois. Nesta matemática de perdas, ela não sente saudade dos filhos que partiram por sarampo ou “quebranto”. A dor que a devasta é

deixada pelos que se foram de “morte matada”. Essa, segundo Selvina, é a morte sem esquecimento. (BRUM, 2017, p. 176)

Faltam palavras para narrar tanto sofrimento, por isso as frases ficam “sem gordura”. É difícil expressar o que não consiste uma “hipérbole”, é real. A “morte matada” é inesquecível, pior do que a ocorrida por qualquer outra causa, muito mais dolorosa quando se trata da morte de um filho.

Os aspectos físicos e psicológicos indiciam que a personagem/pessoa se modela a partir de suas dores, as quais lhe deixaram marcas em sua forma de agir e em sua saúde:

Aos 74 anos, Selvina respira no cômodo sem janelas onde dormem sete. Dá tosse, ânsia de vômito. Seria um ar impossível não fossem os pulmões de Selvina adaptados ao impossível. Ao longo da vida a que tanto se agarra, ela foi perdendo primeiro as unhas, depois os dedos das mãos e dos pés. Queimaduras, acidentes, doenças. Só restam tocos a Selvina. É com eles que ela resiste. Selvina olha para os membros mutilados e diz: “Eu não queria que a vida tivesse me aleijado. Estou acabada. Foi-se tudo”. (BRUM, 2017, p. 176)

O narrador revela algumas das tragédias que geraram essas marcas em Selvina, dentre elas, os três filhos assassinados, o duro trabalho como diarista, a fome. Apesar de seu corpo frágil, a “mãe mutilada” demonstra fortaleza, pois ela ainda cuidava de netos, enfrentando contrariedades: “Pela manhã, não havia o que comer. Selvina é dura no seu desespero”. (BRUM, 2017, p. 177)

A imagem dessa mãe aproxima o leitor de tudo “o que se foi” e do que restou a essas “mães de uma geração morta”. Elas também morreram com os filhos assassinados. São mulheres abandonadas a um sofrimento inimaginável a quem só as vê enquanto mães dos envolvidos com o tráfico. É para romper com esse olhar de julgamento que o narrador detalha as cicatrizes físicas e psicológicas de Selvina.

3.2.3 Narrar para aproximar

Na apresentação dos personagens em suas situações-drama, o narrador mostra ao leitor um mundo pautado em experiências individuais que revelam problemas vivenciados por muitos. Sobre essa visão do narrador, Eunice Terezinha Piazza Gai compreende que

A narrativa, ficcional ou não, traz sempre implícita a ideia da invenção. Aquele que narra transforma uma experiência em linguagem, atividade que, por sua vez, leva à compreensão e ao entendimento da experiência em si.

Mesmo o simples relato pressupõe a experiência, seja em relação ao fato propriamente dito, seja em relação à constituição psicológica ou mental de quem narra. É de acordo com esses dispositivos vivenciais que resultará a visão do fato, e também do mundo, apresentada pela narrativa. (GAI, 2009, p. 137)

A escolha da focalização será estratégia nas reportagens de Eliane Brum para aproximar o leitor dos personagens e de suas histórias, buscando assim a comoção e a empatia pela experiência do outro. Será observada em grande parte das crônicas – reportagem da autora a intenção de narrar para evidenciar fatos ocorridos com personagens/ pessoas, utilizando-se uma alternância de focos narrativos (GENETTE, 1995, p. 184). Em alguns casos, de início, haverá uma narrativa não focalizada (narrador onisciente) para dar informações relacionadas à situação relatada e sobre a vida do personagem. Revelam-se assim detalhes das experiências, sensações e comportamentos dos sujeitos – personagens. Em outros momentos da mesma história, será empregada uma focalização interna, em que se apresenta o que o personagem sabe (GENETTE, 1995, p. 187-188).

Um dos textos em que observamos esse procedimento narrativo é “Enterro de pobre”, da obra *A vida que ninguém vê*. Nessa crônica, o narrador, ao contar a história de Antônio Antunes, vai revelando diferentes ângulos daquilo que é narrado, propondo reflexões acerca do descaso com os mais pobres. De início, é apresentada a ideia - tema a respeito da qual o acontecimento será mostrado: “Não há nada mais triste do que enterro de pobre. Porque o pobre começa a ser enterrado em vida” (BRUM, 2006, p. 36).

A reflexão contida nas frases iniciais remete à dor da morte, que, para os pobres, por vezes é menor que a dor da vida. A Antonio, personagem/pessoa principal, é retribuída tal consideração:

Quem diz é Antonio Antunes. Ele acabara de sepultar o caixão do filho cujo rosto desconhece. O bebê de 960 gramas que morreu ainda no ventre da mãe. Antonio quis espiar a face do filho por um momento, mas a funcionária que foi buscar a criança na geladeira não deixou. Antonio tinha comprado uma roupinha de sete reais no centro de Porto Alegre para que o filho não fosse sepultado nu como um rebento de bicho. Mas não pôde vesti-lo. Restou a Antonio o caixãozinho branco que ninou nos braços até a cova número 2026 do Campo Santo do Cemitério da Santa Casa. (BRUM, 2006, p. 36)

A comparação empregada pela autora “sepultado nu como um rebento de bicho”, bem como a descrição em relação ao modo com que o corpo do bebê é

entregue ao pai elucidam a frieza e indiferença diante do sofrimento alheio. A palavra “geladeira”, no contexto em que é empregada, reforça a desumanização do ser; há um desconcerto nesse emprego, já que à geladeira se relaciona um lugar para a manutenção dos alimentos. Outro aspecto que reforça esse desumanizar está no número extenso da cova, 2026, destacando que são inúmeros os mortos daquele local.

Na sequência, outras ideias sobre a morte e vida do pobre são colocadas, misturando-se a voz de Antonio às considerações do narrador sobre esta:

– Esse é o caminho do pobre.

E disse com tal dor, com tal desesperança, que a frase açoitou o cemitério da pobreza. Porque uma frase só existe quando é a extensão em letras da alma de quem a diz. É a soma das palavras e da tragédia que contém. Se não for assim, é só a falsidade de vogais e de consoantes, um desperdício de som e de espaço. E foi com tal dor que Antonio a pronunciou que até o sabiá que cantava do outro lado do muro silenciou, como se adivinhasse que a frase de morte era vida de um homem. (BRUM, 2006, p. 36-37)

Nas palavras, deve estar o que é vivido, aquilo que é verdadeiro. Na inserção metalinguística acima, encontra-se a defesa de que a linguagem não deve estar repleta de pieguismo, de “gorduras”, ser algo supérfluo, mas traduzir a vida, como também propunha Graciliano Ramos, que se aproximava com uma escrita sem adjetivações, “seca”, da verdadeira essência daquilo que buscava dizer.

A morte e a vida do pobre são “severinas”, tal qual ilustra João Cabral de Melo Neto no conhecido poema *Morte e vida Severina*. No poema, as agruras enfrentadas por Severino retirante se dissipam com a esperança renovada por meio do nascimento de uma criança. Mas, a vida sempre será severa, não há interrupção para a dor. Até na morte a vida sofrida atormenta, pois a vida sem posses não permitiu a Antonio nem ao menos obter o lugar para o enterro da filha.

Não há nada mais triste do que enterro de pobre porque não há nada pior do que morrer de favor. Não há nada mais brutal do que não ter de seu nem o espaço da morte. Depois de uma vida sem lugar, não ter lugar para morrer. Depois de uma vida sem posse, não possuir nem os sete palmos de chão da morte. A tragédia suprema do pobre é que nem com a morte escapa da vida. (BRUM, 2006, p. 37)

O descaso com os menos favorecidos é mostrado na sequência dos fatos que revelam nuances da tragédia de Antonio e de sua família:

Antonio veio de uma cidade da região carvoeira. Ele descascava eucalipto numa sexta-feira quando a mulher sentiu quentura do sangue escorrendo pelas pernas. Ela velava pela saúde da filha de seis anos, uma meninazinha que jamais caminhou, quando avisou a moça do hospital do que se passava no ventre. Foi despachada para casa, com a explicação de que não era nada. (BRUM, 2006, p. 37)

Na capital Porto Alegre é para onde Antonio é levado com a esposa só após ter ameaçado chamar a polícia; dias após terem perdido o bebê, retornaram para lá com o filho de “cinco anos, que como a irmã nunca caminhou”. “Descobria-se que estava com pneumonia quando há dias era tratado para outra coisa. E lá continua até hoje, com o pai duelando no saguão contra a morte” (BRUM, 2006, p. 38).

Em outro trecho, mais atitudes de indiferença são mostradas pelo narrador: “Passou a segunda-feira entre o hospital e o cartório, mais de uma viagem de ida e mais de uma de volta, porque no hospital esqueceram o carimbo e a assinatura do médico para o atestado de óbito” (BRUM, 2006, p. 38).

A anáfora “E tudo isso?” empregada pela autora enfatiza a situação dramática vivida por Antonio:

E tudo isso quilômetros a pé, porque no hospital esqueceram o carimbo e a assinatura do médico para o atestado de óbito. E tudo isso quilômetros a pé, porque dinheiro para a passagem não tinha. E tudo isso de estômago vazio, porque dinheiro para o almoço não tinha. E tudo isso com a cunhada que há 15 dias perdera seu próprio bebê nascido morto. Com a cunhada que há 15 dias já tinha sepultado seu próprio filho no mesmo Campo Santo. E entre a segunda e a terça-feira, apenas uma refeição de arroz com repolho. (BRUM, 2006, p. 38)

Ao fim da crônica-reportagem, Eliane Brum retoma a tese, a de que a vida do pobre é muito pior que a morte; diferença principal em relação aos ricos:

Para entender o resto da história que ainda virá é preciso conhecer o que é a morte do pobre. É necessário compreender que a maior diferença entre a morte do pobre e a do rico não é a solidão de um e a multidão do outro, a ausência de flores de um e o fausto do outro, a madeira ordinária do caixão de um e o cedro do outro. Não é nem pela ligeireza de um e a lerteza do outro.

A diferença maior é que o enterro de pobre é triste menos pela morte e mais pela vida. (BRUM, 2006, p. 39)

Observa-se em outras crônicas de Eliane Brum a presença de um narrador homodiegético, um personagem repórter aparecerá na cena enquanto alguém que se dirige ao outro para ouvi-lo, colocando-se em posição de igualdade. Esse

personagem por vezes também revela com subjetividade fragmentos de sua história, estratégia esta também usada para persuadir e comover o leitor.

Em *Doping dos pobres*, ensaio escrito para o site da revista *Época*, e publicado posteriormente na obra *A menina quebrada* (2014), nota-se essa focalização. A experiência não é somente a dos outros, mas da própria narradora personagem. Ela traduz a sua experiência de ouvir, “ser uma escutadeira” deve ser valorizado pelo repórter:

Tudo o que vivi uso para escrever: E tudo o que vivi me ensinou a escutar. Quando entro na casa das pessoas como repórter e elas me mostram seus medicamentos, o que esperam de mim é que as escute. E é o que talvez eu faça de melhor. A narrativa da vida é um reconhecimento da vida. A escuta da dor é um reconhecimento da dor. (BRUM, 2014, p. 46)

Orlandi, ao mencionar os estudos de Pêcheux em relação à produção de discursos, afirma que “funcionam ideologicamente pelo imaginário que liga os homens as suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2012, p. 184). No início, Brum revela de qual forma, ainda criança, teve conhecimento a respeito de pessoas afetadas por distúrbios mentais, as quais sofriam “dos nervos”, como se dizia no meio rural ao qual ela pertencia. Essa exposição coloca a sua fala como alguém que busca compreender o problema que está sendo abordado, o uso indiscriminado de medicação, situando seu discurso:

Quando comecei minha aventura de repórter, no final dos anos 80, ainda encontrava referência aos nervos por onde andasse, fosse em zonas rurais de norte a sul, fosse na periferia das grandes cidades. Com o tempo, especialmente a partir de meados dos anos 90, as mesmas queixas começavam a ser embaladas em termos médicos. Nos últimos anos, tenho ficado embasbacada ao entrevistar gente analfabeta que fala em depressão como se fosse o nome de alguém da família. A terminologia psiquiátrica invadiu a linguagem em todas as classes sociais e regiões – e se inscreveu na cultura” (BRUM, 2014, p. 40).

Assim, como relatado nessa crônica, pessoas pobres estão tendo mais acesso a medicamentos que camuflam a dor, como antidepressivos, receitados por médicos que não se dispõem a ouvir a população, a qual sofre com o descaso das autoridades. A preocupação da repórter diz respeito ao “doping social”, percebido através de sua ida à população. “Combate-se a cocaína, o crack, até o cigarro, ótimo. Mas e as drogas médicas que estão pelos barracos e pelos palácios? São menos drogas porque dadas por um doutor?” (BRUM, 2014, p. 42).

A constatação alarmante de que as pessoas estão cada vez mais viciadas em ansiolíticos é reforçada através de outras vozes – psicólogos, psiquiatras, psicanalistas da rede pública. Além dessas falas, são apresentados exemplos de situações em que por quaisquer motivos, médicos receitam antidepressivos. Muitas vezes, isso acontece, na visão da narradora e dos próprios médicos, porque os pacientes choram e querem desabafar, não podem ser ouvidos pela falta de tempo dos profissionais da saúde:

Nossa época é marcada por uma espécie de sedativo social, afirma um psiquiatra. “A gente vê um monte de gente sofrendo. E sofrendo muito. Mas o atendimento funciona assim: está chorando?, toma um antidepressivo; não dorme?, pega um benzodiazepínico. É uma supermedicalização sem critério. As pessoas estão tomando remédios como se fossem bolinhos”, diz. (BRUM, 2014, p. 43)

A escuta da experiência precisa levar à ação, escrever sobre essas verdades, segundo a jornalista, é agir:

Promover saúde é promover vida. E a vida começa pela escuta da vida. É o que faço como contadora de histórias reais. Mas quando as pessoas me mostram uma lata de comprimidos, que todos tomam, da criança mais nova ao avô, não é de mim que elas precisam. Para não me sentir impotente, escrevo este texto. Na esperança de que alguém me escute. (BRUM, 2014, p. 46)

O caráter testemunhal das narrativas jornalísticas, de acordo com Ana Cláudia Peres, “altera a realidade uma vez que a narrativa inventa o mundo, no sentido de recriá-lo” (PERES, 2016, p. 98). Peres, ao analisar uma reportagem de Eliane Brum – “A mulher que alimentava”–, a respeito de uma merendeira de escola em seus últimos dias de vida, observa que ao mostrar a experiência alheia, a jornalista “se desloca em direção ao outro”. Existe uma significação de missão nessa valorização da vida e na denúncia da dor.

Com respeito a essa valorização, Zygmunt Bauman (2004), em *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*, após constatar que “o amor ao próximo” é o preceito mais desafiador para ser efetivado, sendo necessário à sobrevivência humana, afirma que “o atributo *sine qua non* de humanidade, é uma vida de dignidade, não a sobrevivência a qualquer custo” (BAUMAN, 2004, p. 105). Relatar o sofrer na esperança de prolongar a história do outro, requerer o respeito dos direitos de cidadão evidenciam a preocupação com o humano, fugindo à indiferença do

“amor líquido”, definido por Bauman enquanto a instabilidade e a inconstância nas relações humanas, verificadas na contemporaneidade.

3.2.4 Escrever para ressignificar

Em diferentes textos, Eliane Brum propõe reflexões acerca do fazer jornalístico e da postura do jornalista diante do acontecimento. Isso é realizado nas reportagens quando a narradora assume o papel de personagem-repórter ou por meio de considerações feitas a respeito do próprio trabalho, contidas em espaços específicos nos livros publicados (apresentações, capítulos explicativos referentes às reportagens realizadas, caso da obra *O olho da rua*). A escuta, para Eliane Brum, é uma das principais habilidades do repórter. A palavra constitui, usando uma metáfora, a ponte, o elo entre aquilo que é ouvido e a denúncia dos problemas sociais.

Com um texto intitulado “Olhar para ver”, logo em seguida à reportagem *Mães vivas de uma geração morta*, a autora expressa a importância de respeitar, nas reportagens, as falas realmente ditas das pessoas entrevistadas, o que remete à preocupação com a veracidade fatural transmitida a partir das fontes:

[...] Dizem que existe repórter que até inventa “aspas” para seus personagens. Não sei se é verdade. Para mim, “melhorar a fala” já é uma fraude. Nós trabalhamos com palavras. Como as pessoas contam o que contam é fundamental para compreender o que contam. Colocar um sinônimo, nas aspas do entrevistado, já é traí-lo. No mínimo desde Freud sabemos que as palavras que escolhemos — e mais ainda as que deixamos escapar — falam de nós. (BRUM, 2017, p. 206)

Nesse mesmo texto, a autora relata a necessidade de observar diferentes abordagens a respeito de um fato, buscando novas possibilidades de contribuir com a forma de interpretá-lo:

Complicei a pauta virando os meninos do avesso. Pude então mostrar outro olhar sobre eles: o das mães. No avesso dos garotos mortos estavam as mulheres que sobreviviam ao que na nossa cultura é a maior de todas as dores, a de enterrar um filho. E não por acidente ou doença. Mas por “morte matada”. No caso delas não era exceção, era a regra. Se havia uma geração que tinha como expectativa máxima de vida os 20 e poucos anos, o Brasil havia produzido uma geração de mães vítimas de uma brutalidade sem nome. (BRUM, 2017, p. 207)

O jornalista, segundo Brum, deve se reinventar, sair do comodismo e escrever de forma inovadora. Em *Vida de clichê*, por exemplo, ao fazer considerações sobre O pai dos burros – Dicionário de lugares comuns e frases feitas, do jornalista Humberto Werneck, Brum usa a questão dos clichês para falar sobre o medo de arriscar-se, tanto nas escolhas da vida quanto no uso das palavras: “Forçar-me a buscar jeitos novos, ser uma parte diferente de mim em cada texto. Nem sempre consigo. Depois de anos escrevendo na imprensa, é fácil ser uma cópia de mim mesma” (BRUM, 2014, p. 32).

Em outra passagem da mesma crônica, a autora aborda a importância de se arriscar para viver e não cair na mesmice da vida, tornando-se uma mera imitação de outros: “A gente pode transformar nossa vida inteira num clichê. Não basta apenas pensar antes de escrever, na tentativa de criar algo nosso. É preciso pensar para viver algo nosso — antes de repetir a vida de outros” (BRUM, 2014, p. 34).

Na contemporaneidade, em que se observa a “modernidade líquida” conceituada por Zygmunt Bauman, o novo não existe, há apenas diferentes formas de organizar o velho. Isso também pode ser verificado no uso das palavras, que se tornaram clichês, por serem repetição, estarem desgastadas em seu significado. As imagens da mídia e a reincidência de informações falsas (*fake news*) são alguns dos elementos que contribuíram para que enunciados vazios fossem tomados como verdadeiros. Assim, as palavras não dizem mais, não chocam, não sensibilizam o leitor acostumado com a distorção dos discursos.

Essa é uma das constatações da autora em *Brasil construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro* (2019). A obra, escrita a partir de publicações feitas por Eliane Brum no jornal virtual *El País*, traz reflexões a respeito da história recente brasileira. Há nesses textos, de caráter ensaístico, um discurso expressamente combativo em relação às injustiças, como se observa no fragmento:

Se há no genocídio negro, se há um genocídio indígena, e conhecemos as palavras, e as pronunciamos, e nada acontece, criou-se algo novo no Brasil. Algo que não é censura, porque está além da censura. Não é que não se pode dizer as palavras, como no tempo da ditadura militar, é que as palavras que se diz já não dizem. (BRUM, 2019, p. 127)

Dentre as diferentes “ruínas” brasileiras, Brum destaca os genocídios dirigidos a negros, a índios, aos que sofrem violências. Em contrapartida, a autora questiona a passividade dos que aceitam essas injustiças, com as quais se acostumaram:

A interrogação é por que delegamos ao outro a palavra que não somos capazes de encontrar — ou de criar. E que diz respeito ao próprio jogo de identidade/ desidentidade essencial à construção de uma pessoa — e também de um país. E como isso está na própria raiz da crise. Nós, este eu plural que não existe, mas que teimamos em invocar. (BRUM, 2019, p. 118)

A ressignificação, o resgate das palavras, se daria pela mudança de atitudes do povo brasileiro, que, como considera Eliane Brum, acontecerá na “responsabilidade coletiva”. “E exige algo que durante 500 anos o Brasil não foi capaz de fazer: dar valor à vida humana” (BRUM, 2019, p. 153).

A inquietação da autora com questões relevantes à sociedade brasileira denota como já observada nas crônicas-reportagem de *A vida que ninguém vê*, a intenção de denúncia social e a postura combativa que deve ser assumida pelos escritores e jornalistas diante da tirania de muitos governos, que negam direitos básicos aos cidadãos brasileiros e a democracia voltada à justiça.

4 A MEMÓRIA DO MORAR: AS RUÍNAS DE BELO MONTE NAS CRÔNICAS DE ELIANE BRUM

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

A Carta de Pero Vaz de Caminha

Os indígenas ainda não tinham compreendido o desejo de destruição do que se chama de Brasil, essa terra erguida sobre seus cadáveres por colonizadores que já foram colonizados, expropriados que se tornaram expropriadores, refugiados que expulsam. Essa terra em permanente ruína porque construída sobre ossos, vísceras e sangue, unhas e dentes, ruínas humanas.

Eliane Brum, 2019

Inúmeras violências já foram praticadas por governos ou instituições detentoras do poder com a justificativa do desenvolvimento urbano ou de melhoria na infraestrutura do país para o crescimento industrial. Muitos acreditaram que projetos expansionistas tirariam o Brasil do atraso e, por vezes, esse discurso foi repetido ao longo da história. Observou-se, entretanto, que nem sempre os investimentos estruturais beneficiaram a grande parte da população ou eles foram insuficientes no que se referia ao desenvolvimento social.

O progresso das cidades, com as transformações urbanas como observadas no Rio de Janeiro no início do século XX, afetou negativamente cidadãos que foram expulsos do lugar onde residiam e levados a viver em morros ou subúrbios com condições impróprias de moradia, conforme Lima Barreto retrata em seus textos ficcionais e não ficcionais. O direito a pertencer à cidade assim como à região escolhida para viver por vezes foi e ainda é desrespeitado e isso, como considera Zygmunt Bauman, também pode ser um ato de violência: “sim, violência significa aterrorizar as pessoas para fazê-las atuar contra a vontade delas e assim privá-las de seu direito de escolha” (BAUMAN, 2008, p. 259).

Em relação à imposição da violência, Bauman considera que há uma coerção autorizada, usada por determinados grupos, os que detêm o poder, a fim de controlarem a ação “ilegítima”. Essa força coerciva legítima é empregada para

manter a “ordem civilizatória” (2008, p. 264). A história moderna traz exemplos desse procedimento, por vezes, considerado contraditório:

Quanto são vulneráveis e transitórias as fronteiras entre violência e “progresso civilizatório” é vividamente mostrado pelos notórios problemas dos livros didáticos de história norte-americana — sucessivamente denunciados, censurados, desqualificados e retirados de circulação por serem “politicamente incorretos”, isto é, por causarem irritação com a ideia da legitimidade de controlar os respectivos adversários com armas em punho”. (BAUMAN, 2008, p. 263)

No início da colonização no Brasil, como retratado na “Carta de Pero Vaz de Caminha” é observada a intencionalidade do colonizador de explorar e de tomar o que os indígenas possuíam: a sua liberdade, a sua cultura, as suas terras. A violência, de início, camuflava-se em relações de troca, em que os brancos ofereciam quinquilharias para poderem obter minerais preciosos ou saber da localização destes. Tal violência muito logo se tornou em extermínio, pois o explorador se impôs como dono do espaço e não aceitou que os colonizados se opusessem a essa condição, a escravidão seria o seu destino. A consequência desse processo há muito já é sabido: milhares de índios dizimados e suas áreas tomadas¹⁵.

De modo análogo ao início da colonização brasileira, hoje a intenção de expulsar indígenas, pequenos agricultores e ribeirinhos da Amazônia para lhes tomar suas terras ainda ocorre. Em muitos dos casos, assassinatos são cometidos por grileiros e madeireiros para obterem as áreas de reserva indígena ou a de outros proprietários¹⁶.

A construção da gigantesca hidrelétrica, no Pará, deu-se através de ações violentas. É essa a visão observada nas crônicas-reportagem de Eliane Brum que trazem como temática Belo Monte. A troca proposta pelo governo através da empresa Norte Energia se assemelha à feita pelos primeiros exploradores das terras brasileiras: ofereceram uma indenização irrisória, em torno de R\$ 12.000,00, pela

¹⁵ De acordo com o IBGE, houve um despovoamento dos indígenas: de 2.000.000 índios no século XVI, chegou-se a um total de 302.888 índios. Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena.html>. Acesso em jul. 2020.

¹⁶ Um caso de violência sofrida por indígenas está na notícia “Mais sangue indígena derramado. E isso é inaceitável”, em que um índio do povo do povo Ka’apor é morto na defesa de seu território. Disponível em <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/mais-sangue-indigena-derramado-e-isso-e-inaceitavel/>. Acesso em jul. 2020.

terra e casa dos ribeirinhos moradores das ilhas do Xingu, região que seria alagada pela usina.

Muitos dos desapropriados, mesmo sem saberem ler e escrever, foram induzidos a concordar com essa absurda negociação, não tiveram o direito à escolha. Com isso, passaram a viver em bairros urbanos, longe do rio que lhes dava o sustento por meio da pesca e começaram a sofrer outras violências: a da fome, a da miséria e a do medo das gangues de Altamira, que se tornou, depois da construção de Belo Monte, um dos lugares mais perigosos do Brasil.

O êxodo do campo em direção à cidade ocorre forçosamente aos moradores do Vale do Xingu. Diferentemente da expansão urbana no final do século XIX ou durante o século XX, em que muitos deixam suas casas em regiões rurais atraídos por mais conforto e condições melhores de trabalho no meio urbano, os ribeirinhos, como Eliane Brum expõe nas crônicas-reportagem analisadas neste capítulo, não desejavam ter outra vida, já se sentiam realizados onde moravam. Expulsos da margem do rio, muitos passaram a viver “à margem” da sociedade, em uma condição de miséria. Como outros personagens de narrativas da autora antes observados, foram expostos à indiferença, a sua situação foi marcada pelo descaso de governantes e administradores da hidrelétrica.

4.1 BELO MONTE: CONSTRUÇÃO E DESTRUIÇÃO

O desejo do homem moderno de tomar o espaço, conquistando cada vez mais territórios sempre o acompanhou, contudo tais interesses são pautados em ações de uma minoria, dos grupos hegemônicos, os que detêm o poder, o das grandes corporações de infraestrutura (hidrelétricas, ferrovias, rodovias) ou dos envolvidos com a administração do Estado (os governantes, os órgãos públicos). Foram estes que premeditaram as grandes construções e que, mesmo com consequências irreversíveis ao meio ambiente e a outros homens, concretizaram as suas ambições nem sempre nas mesmas vias dos interesses de uma nação brasileira.

Um dos exemplos de descaso e contradição de nosso país constituiu, no início do século XX, a tentativa de se implantar uma ferrovia em plena Amazônia, a Madeira-Mamoré. Segundo Foot Hardman, ela seria “um espetáculo privilegiado da civilização capitalista na selva”:

A sensação de perigo iminente tornou-se muito forte sob os impactos da modernidade: entre um porto e outro, entre um extremo da civilização e outro, homens e projetos podem simplesmente naufragar. Sinais prematuros do fracasso, tragédias que antecipam o fim da história: ruínas. Desalento de naufragos, bússolas quebradas, restos de trilhos, materiais em desordem, envelhecimento precoce: está começando a despontar, num ponto obscuro da selva amazônica, uma ferrovia fantasma. Só de olhar para ela incomoda: pois já carrega em si as marcas da violência contra os que desterrou; das ilusões dos que nela creram; da paisagem desolada à sua volta. (HARDMAN, 1988, p. 100)

A execução desse projeto levou milhares de imigrantes à morte, vítimas, na maioria, de malária. A ilusão de que o progresso beneficiaria a muitos, inclusive aos operários que se dedicaram ao árduo trabalho com os trilhos, foi enterrada juntamente às vidas ceifadas na Amazônia.

A construção de Belo Monte também se deu a partir de um discurso desenvolvimentista e hegemônico, através do qual era enaltecida a ampliação das condições de abastecimento de energia elétrica do país e de que haveria melhorias para a região do vale do Xingu, no Pará. Ao contrário da Madeira-Mamoré, foi uma ação concluída, colocada em funcionamento, mesmo com enorme impacto a vidas que tinham no rio Xingu seu meio de sobrevivência e sua história, relacionada às tradições de onde moravam.

A implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte desde o início envolvia a imposição de drásticas consequências ambientais e afetava a população ribeirinha e indígena que lá vivia. “As populações indígenas, além de ocuparem parte significativa da bacia do rio Xingu, se conformaram ao longo do tempo como grupo de sujeitos em resistência ao projeto, principalmente a etnia Kaiapó, situada ao sul da região onde pretende construir a usina” (FAINGUELERNT, 2013, p. 23).

Belo Monte, como expõe Maíra Borges Fainguelernt possui uma história não linear, de investidas e resistência. A idealização da usina data do período mais intenso da Ditadura Militar (1967-1979). “Desde a década de 1970 houve avanços e recuos significativos no projeto, que nessa época fazia parte do então chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira” (FAINGUELERNT, 2013, p. 79).

Na segunda década do século XXI ao final do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e início do mandato de Dilma Rousseff (2011), ex-ministra da Casa Civil e das Minas e Energia (MME), o projeto da usina foi retomado, em meio a muitos questionamentos:

O projeto de Belo Monte permaneceu sob ampla resistência de ambientalistas, movimentos sociais, representantes e líderes das populações atingidas pela obra, como ribeirinhos e indígenas, e foi retomado, como prioridade para o governo, a partir da “crise energética” (2001) que afetou o país e trouxe à tona o debate sobre geração de energia e matriz energética. As controvérsias a respeito do projeto atingiram, de forma significativa, o âmbito internacional de debate, em virtude do acirramento dos conflitos durante o processo de licenciamento ambiental de Belo Monte (2009-2011) – (FAINGUELERNT, 2013, p. 61).

Belo Monte teve suas obras iniciadas em 2011, ignorando-se por parte do IBAMA ações judiciais para a não efetivação da usina; além da oposição de populações indígenas e ribeirinhas, de organizações nacionais e estrangeiras, de movimentos sociais, de ambientalistas e pesquisadores de renomadas universidades do país. O grupo favorável à construção era formado principalmente por empresas estatais e privadas, companhias elétricas, representantes do Estado (como IBAMA, FUNAI e BNDES), grandes mineradores e corporações capitalistas, como é o caso da empresa canadense Belo Sun (FAINGUELERNT, 2013). Para esse grupo, as questões ambientais e sociais relacionadas à criação da hidrelétrica não poderiam sobrepor-se aos interesses capitalistas que envolviam o projeto.

Eliane Brum, de modo bastante crítico, ressalta a intenção principal de se obter lucros com a obra:

Operar a usina num rio que passa a metade do ano com vazão reduzida por causa da seca não gerava lucros, mas construir uma das maiores usinas do mundo, sim. E quem construía também não precisaria responder pelas demandas humanas e ambientais. Naquele momento, tudo isso era sabido, e, assim como eu, outros (bem poucos) jornalistas e pesquisadores escreveram sobre a obscenidade explícita que custaria a vida de um rio e de milhares de humanos e não humanos. Quase ninguém se importou, à direita e também à esquerda. Se a maior parte da grande imprensa mencionava que havia alguns problemas e protestos, também parecia extasiada com a obra monumental. (BRUM, 2019, p. 68)

Uma das críticas principais de Brum assim como de Fainguelernt e de outros analistas dessa situação é o desrespeito aos direitos humanos diante dos interesses financeiros; em Belo Monte, leis relacionadas aos direitos indígenas e ao meio ambiente foram desrespeitadas. “A sustentação de Belo Monte não é jurídica. É no fato, que a cada dia se consuma mais. O mundo do tudo é possível é um mundo aterrorizante, em que o direito não põe limites. O mundo do tudo é possível é Belo Monte” (BRUM, 2019, p. 75).

Nesse sentido, observou-se o autoritarismo que se impôs, houve violências para garantir que a usina, inaugurada em 27 de novembro de 2019, já no governo de Jair Bolsonaro, passasse a funcionar.

Como justificar que milhares de famílias foram expulsas de suas casas, terras e ilhas ou “removidas forçadamente”, sem nenhuma assistência jurídica, muitas delas assinando com o dedo papéis que eram incapazes de ler? Como explicar que as greves de operários da usina, assim como as manifestações contra Belo Monte promovidas por indígenas, ribeirinhos, pescadores, agricultores e moradores urbanos de Altamira, foram reprimidas pela Força Nacional, no período em que o Partido dos Trabalhadores estava no poder? (BRUM, 2019, p. 77)

A Amazônia, como muito bem afirma Fainguelernt, “parece prisioneira de uma concepção autoritária de política pública, que negligencia a pluralidade de atores sociais que pretendem legitimamente se fazer ouvir nas esferas de decisão” (2013, p. 137). A democracia foi negada a partir da desconsideração dos direitos das populações tradicionais da região (BERMANN, 2012).

Em busca desses atores sociais negligenciados, serão analisadas crônicas-reportagem de Eliane Brum nas quais são postas em evidência as consequências da desapropriação da terra e moradia no Vale do Xingu.

As crônicas da autora a respeito das atrocidades da Belo Monte, como obras de “uma nova arte da memória¹⁷”, trazem à cena aquilo que se pretendia apagar: a violência aos que estavam no meio do caminho de uma faraônica construção. É o outro lado da história, o daqueles a quem se pretendeu calar menosprezando a sua versão dos acontecimentos, isso que será colocado em evidência por Brum e, a partir desse enfoque na trajetória dos “insignificantes”, os desdobramentos que envolveram a construção de Belo Monte.

4.2 O REGISTRO DOCUMENTADO DAS TRAGÉDIAS

O enfoque nas histórias “invisíveis” é um dos procedimentos utilizados nas crônicas-reportagem analisadas. Antes de observar de que modo isso se realiza na escrita, bem como as outras estratégias empregadas pela autora para desenvolver

¹⁷ Denominação de Márcio Seligmann Silva a respeito de obras que tematizam a violência e opressão, exemplo de *Imemorial*, da artista Rosângela Rennó, em que, misturadas a fotografias de cerimônias a respeito da construção de Brasília no governo de Juscelino Kubitschek, são expostas fotos de trabalhadores que morreram vítimas da exploração ou violência que lhes foi impelida para a realização da obra (SILVA, 2014, p. 40).

seus textos, chama-nos a atenção destacar a utilização das imagens como forma de registro do real e para estabelecer interações com a linguagem verbal.

“Escrever com imagens”, é assim que Eliane Brum descreve a sua experiência na produção de documentários. Em *EU+1*¹⁸, a voz de João Pereira da Silva, ribeirinho expulso de sua ilha no rio Xingu, traz a primeira de outras narrativas relacionadas aos que foram afetados pela hidrelétrica de Belo Monte. No documentário, integrantes de uma equipe de atenção em saúde mental na Amazônia, que ouve ribeirinhos atingidos pela hidrelétrica, expõe as suas impressões a respeito dos depoimentos escutados.

No início do documentário, a voz de João Pereira da Silva relata o que lhe fizeram, fala do desespero que sente com toda aquela situação; em seguida, aparecem fotos dele e de sua mulher, nestas, enfoca-se a tristeza nos olhos de quem perdeu a casa que foi queimada devido à instalação da usina. Em forma de legenda, a história de João Pereira vai sendo contada. O fundo escuro no qual as palavras em branco aparecem intercala-se às imagens. A escuridão remete à ideia de vazio deixado após o idoso ter perdido tudo o que considerava importante. “Um buraco”, assim ele define a sensação da ausência. É evidente o abatimento no rosto envelhecido do ribeirinho.

Na sequência do documentário, outras falas se misturam a fotografias da destruição ocorrida no Xingu. Destroços são colocados em evidência, ruínas de casas, de paisagens. Nos depoimentos, há narrativas sobre os motivos que levaram os profissionais a irem até Altamira e a respeito de seus atendimentos. As suas vozes complementam a denúncia expressa nas imagens. A escuta é valorizada como meio para a ressignificação da vida que será dali em diante de outro modo: em bairros criados com verbas da Norte Energia na região urbana de Altamira, longe do rio, da natureza, da pesca – fonte de sobrevivência para a maioria dessas pessoas.

As fotografias que estarão nas reportagens de Brum também terão esse valor documental, dialogarão com as críticas, reforçando as denúncias sobre os expulsos de sua terra e às agressões ao meio ambiente. As imagens ilustrarão a dor, a tristeza, a desesperança dos destituídos de seu patrimônio e colocados em lugar alheio, irreconhecível nas lembranças de sujeitos pertencentes à outra comunidade, que possuíam a natureza como referência principal para a realização pessoal.

¹⁸ Disponível em <http://elianebrum.com/documentarios/eu1-uma-jornada-de-saude-mental-na-amazonia/>

4.3 O DIA EM QUE A CASA FOI EXPULSA DE CASA

Os sujeitos afetados pela construção de Belo Monte, que são o centro dos documentários de Eliane Brum, também o são nas crônicas analisadas. Na primeira delas, *O dia em que a casa foi expulsa de casa*¹⁹, Antonia Melo é a personagem principal, a qual terá sua história contada. Enquanto reportagem, algumas informações dadas pelo narrador no início do texto são relevantes para situar o leitor sobre o drama dessa personagem-pessoa. Antonia Melo é a maior liderança popular viva do Xingu, quem resistira por seis meses à destruição que se destinava a casa onde habitava. Outras moradias, na sua vizinhança, em uma das ilhas da Volta Grande do Xingu, já haviam sido destruídas. No dia 11 de Setembro de 2015, a casa de Antonia foi demolida.

Dados relacionados à atuação do governo federal e da empresa concessionária Norte Energia na “remoção” das famílias são expostos pelo narrador. Essas informações são interpostas às falas de Antônia Melo, revelando aspectos importantes sobre a história de Antônia, síntese de outras com o mesmo enredo.

Enquanto estratégias para a construção textual e como apelo ao leitor para adentrar nas cenas mostradas, observa-se o rico emprego de imagens poéticas associadas à importância do lugar em que a personagem vivia e à sua destruição; a intromissão do narrador, o qual apresenta críticas quando das informações apresentadas e conduz o leitor ao entendimento das falas de Antonia Melo, além do diálogo entre o texto escrito e as fotografias, as quais complementam a denúncia social exposta.

4.3.1 As imagens poéticas na representação do espaço

As imagens poéticas são empregadas nas crônicas de Eliane Brum como estratégia para atrair o leitor à situação-problema narrada. “A comunicabilidade de uma imagem singular é um fato de grande significação ontológica” (BACHELARD, 1979, p. 184).

Há uma rica exploração polissêmica de alguns vocábulos, ligados à abordagem temática. Isso conduz o leitor a diferentes experiências, já que as imagens afetam aquele que as lê: “A exuberância e a profundidade de um poema

¹⁹ Crônica-reportagem publicada no *El País* em 14 de setembro de 2015.

são sempre fenômenos da dupla ressonância-repercussão. Parece que, por sua exuberância o poema desperta profundezas em nós” (BACHELARD, 1979, p. 187).

Uma das imagens frequentemente empregada por Eliane Brum na crônica é a da casa. Esse elemento, como Bachelard considera, está associado a “valores de intimidade”: “... a casa é nosso canto do mundo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo” (BACHELARD, 1979, p. 200). A casa de Antonia Melo representava para ela seu mundo, ligado as suas lembranças, a pertencer ao lugar onde vivia e por que lutava: um pedaço da Amazônia.

Nas palavras de Antonia Melo:

– Dinheiro nenhum paga uma casa. Primeiro, porque eu não estava vendendo minha casa, não coloquei nela nenhuma placa de venda. Eu nunca pensei em sair daqui, de jeito nenhum. Aqui é o lugar que eu escolhi pra morar, criei os meus filhos. A maioria deles nasceu aqui, cresceu aqui. Hoje tenho os netos que nasceram aqui e já estão crescendo aqui. Então, indenização nenhuma paga a casa de uma pessoa. A casa que eu vou comprar com esse dinheiro nunca será a minha casa. (BRUM, 2015a, s/p)

A casa de Antônia Melo, no Xingu, fazia parte de sua história, de suas escolhas, simbolizava a continuidade de si mesma, onde seus filhos cresceram e seus netos nasceram. Outra casa, indenizada, não teria o mesmo valor afetivo. “A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma” (BACHELARD, 1979, p. 201).

Como traduz Bachelard, para Antonia Melo, a casa era refúgio, ela fixou raízes nesse lugar:

As raízes vão profundamente embaixo da terra, lá embaixo elas se agarram, para que vento, vendaval, tempestade, e até mesmo uma alagação, não a derrubem. As raízes de uma casa são bem profundas. Os filhos e os netos vão embora, mas a casa fica. E a gente embeleza também com as árvores que dão alimento. (BRUM, 2015a, s/p)

Nas descrições, a subjetividade é expressa quando a personagem fala da importância das árvores para ela. A transformação do espaço e o cuidado com ele também estão ligados ao que é Antonia, alguém que se importa com a natureza, que ama as especificidades de sua região. Ela também é uma árvore, enraizada no lugar, a qual procura naquilo que está ao seu redor forças para não ser arrancada:

Eu plantei com as minhas mãos todas as belezas que estão aqui e que hoje me dão frutos e me dão forças pra resistir ao barulho dos tratores derrubando tudo. Uma dessas árvores é o açazeiro. Aprendi a amar o açaí, o vinho, o suco mais saboroso que já tomei dentro e fora do Brasil. Mas tem o cupuaçuzeiro, de cupuaçu, e a mangueira, que dava tantas mangas e tão saborosas que eu botava na calçada para os vizinhos e quem passasse pegar. Uma casa é isso, é onde a gente se sente feliz, mesmo sem ter dinheiro. Estar dentro da sua casa é ser grande. (BRUM, 2015a, s/p)

Além das espécies de plantas frutíferas que caracterizam o lugar (açazeiro, cupuaçuzeiro, mangueira) e lhe dão um aspecto de fartura, observa-se na representação desse ambiente a valorização do estar em comunidade, lugar em comum, o que é observado na divisão das mangas com os vizinhos, que poderiam pegar a fruta na calçada ao passar por ali. A convivência em harmonia com outros e o permanecer onde se sentia bem lhe faziam feliz, isso consistia em uma riqueza e a engrandecia. Esse entendimento de “ser rico” atribuído a ter à escolha no morar e a desfrutar de aspectos de bem estar como os apontados se opõe a valores atribuídos ao consumismo e luxo do mundo capitalista, no qual a posse de dinheiro e os bens adquiridos por meio deste simbolizam o êxito pessoal.

Antonia é árvore porque resiste em ter suas raízes arrancadas: “Belo Monte arrancou a maior árvore do Xingu, mas ainda assim não conseguiu tombá-la” (BRUM, 2015a). A sua resistência a faria continuar em sua luta.

Dentre as utilizações metafóricas, casa constitui também o próprio corpo de Antonia, expulsa de seu espaço. Corpo que era um endereço, uma referência aos outros habitantes do Xingu, pois ela representava acolhida e abrigo aos que se viram desamparados: “Lá, até o fim, encontravam uma cadeira, um copo de água entre árvores de sombra, e os ouvidos de Antonia, um par de orelhas que ela fez braços e abraço ao escutar os que ninguém escutava” (BRUM, 2015a, s/p). As metonímias empregadas reforçam as atitudes humanas da personagem com os outros moradores.

Antonia Melo, mesmo vivenciando situação semelhante à de seus vizinhos, “arrancados pela raiz e jogados fora”, continua a acolher aqueles que buscavam por sua ajuda e “tinham em Antonia a sua casa” (BRUM, 2015a, s/p). A liderança exercida por ela é reconhecida e respeitada. A raiz dessas pessoas se vincula às histórias vivenciadas nesses lugares que seriam alagados, a sua cultura.

Dentro de si, em sua memória, que a identifica como uma resistente à destruição e uma líder dentre os seus, Antonia Melo levaria as imagens de sua casa, extensão de seu corpo: “Mas a casa, mesmo destruída, ela continua aqui. Mesmo que ninguém mais a enxergue, aqui continua sendo a minha casa” (BRUM, 2015a, s/p). O corpo de Antonia, assim como o dos outros, continuará a testemunhar as suas experiências, já que os resquícios da vida que tiveram no Xingu estariam neles.

O pertencimento ao lugar que ajudou a construir e que por tanto tempo viveu constitui a própria identidade de Antonia Melo. A memória, como defende Joël Candau:

[...] ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2019, p. 16).

A luta contra o apagamento é difícil, diz respeito a uma trajetória de vida voltada para resistir à imposição de um projeto que não traria benefícios àqueles que gostariam de continuar vivendo de modo simples, ligado ao labor que os realizava e à liberdade que tinham. Eles, os “removidos”, eram também o lugar, pertenciam a ele, ajudaram a construí-lo. O emprego da palavra “arrancadas” reforça a dor que permanecerá em sua memória, marcando o fim de um ciclo que não se pretendia interromper:

[...] Porque eu ajudei a construir isso aqui. É diferente de sair daqui e comprar uma casa pronta, uma casa que você não fez parte da construção. Aqui eu construí, é uma pertença muito grande. As mãos, a cabeça... o pensamento está todo aqui. É a pertença. Por isso que é difícil e é doloroso as pessoas serem arrancadas de sua casa na beira do Xingu. Lá, pertencia. Então, é doloroso, é uma coisa que ninguém nunca esquece, pro resto da vida. Estão me arrancando daqui, tentando apagar a memória, a vida. (BRUM, 2015a, s/p)

Outra atribuição ao sentido de casa está enquanto natureza, meio ambiente, do qual Antonia Melo preza pela preservação. “A casa, as ilhas, o rio, hoje são um pretérito. Um era” (BRUM, 2015a, s/p). O “era” corresponde à frustração de Antonia, o que a engrandecia já não lhe pertence. Não houve, como nos contos de fada, introduzidos pelo clássico “Era uma vez”, um final feliz; a destruição do espaço demarca a tristeza, a perda do “reino”.

Nesse sentido de perda e tristeza, a imagem do rio também pode ser associada a um elemento melancólico, já que as águas podem carregar ou dissolver. “O rosto de Antonia é salgado por um choro lento. Ela tenta interrompê-lo, mas não foi feita para barrar rios” (BRUM, 2015a, s/p). São rios que carregam sonhos, tiram esperanças, rios no sentido de força indesejada, traiçoeira; o oposto do rio bom, belo, de outros tempos. Rios trazidos pela Belo Monte, impossíveis de serem barrados por Antonia. “Rios” que também constituem as emoções, o choro, a dor, que não podem ser contidos diante de toda essa agressão.

A força do rio Belo Monte possui função específica: “arrancar todas as formas de vida, até que mesmo a memória seja apagada para sempre, até que não exista nenhuma raiz. O governo é um mata - memórias” (BRUM, 2015a, s/p). O nome Belo Monte é irônico: não há beleza na violência com que os indígenas e ribeirinhos foram retirados de suas casas, de seu trabalho junto ao rio Xingu. Não pode ser comparado, em sua fundação em 1893, a Belo Monte de Antônio Conselheiro, arraial que acolhia pobres e desvalidos expulsos da terra pelas secas e pelos latifundiários.

O termo “um mata – memórias” é ambíguo: ligado ao extermínio pelo governo das lembranças dos moradores relacionadas ao Xingu quando da devastação das ilhas, das moradias e também pode se relacionar à própria história do Brasil, em suas contradições, em que os discursos dos poderosos se sobrepuseram aos dos considerados insignificantes. A história oficial escrita com destaque ao êxito dos grupos hegemônicos desvaloriza a contribuição dos escravos, dos indígenas, dos imigrantes, dos operários explorados, muitos dos quais perderam suas vidas contribuindo à nação em obras de infraestrutura ou foram simplesmente retirados do caminho, por estarem em lugares que não deveriam ou defendendo ideias contrárias às do Governo, caso do período da Ditadura Militar²⁰.

²⁰ José Murilo de Carvalho, dentre outros exemplos, cita que a partir de 1970, no governo de Garrastazu Médici, medidas árdas de controle estatal afetaram os direitos civis e políticos dos brasileiros: “[...] o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado. As famílias de muitas das vítimas até hoje não tiveram esclarecidas as circunstâncias das mortes e os locais de sepultamento” (CARVALHO, 2012, p. 163-164).

4.3.2 A Amazônia: casa para exploração

Na crônica-reportagem, o narrador não focalizado (narrador onisciente) esclarece a importância de Antonia Melo enquanto uma das resistentes em relação às violências na Amazônia. A escolha do título — *O dia em que a casa foi expulsa de casa* —, põe em destaque a ligação e atuação da personagem no meio ao qual ela pertencia. A sua luta pela floresta é comparada a de outros, como Dema²¹, Brasília²² e Dorothy Stang²³, os quais haviam sido mortos a tiros. A pistolagem também ameaçava Antonia Melo e o seu amigo, o bispo de Xingu, Dom Erwin Kräutler, que vivia com escolta policial para não ser assassinado. Contudo, apesar de todos esses desafios já enfrentados, o narrador revela que a violação de Belo Monte a havia afetado muito mais, é empregada uma personificação a fim de destacar as consequências disso a Antonia:

Mas talvez nada tinha violado tanto Antonia Melo quanto o seu rastro de crimes, porque ao longo dos últimos anos ela testemunhou a violação recorrente da lei e a impunidade como um direito adquirido. Essa violência parece ter ganhado uma dimensão tamanha dentro e fora de Antonia Melo que já não podia ser simbolizada. Virou uma literalidade que perfurou o coração de uma mulher que a tudo havia resistido (BRUM, 2015a, s/p).

Como um dos muitos inimigos que perseguiam Antonia, a violência exercida pelo Belo Monte a afetou imensamente, inclusive em relação à sua saúde física. Através da história de personagens, denúncias de irregularidades e violência existentes na região são feitas, como a disputa pelas terras de reservas indígenas por madeireiros e grileiros, além da perseguição àqueles que se opõem a isso.

O problema de saúde da personagem, contado pelo narrador, faz com que a levem a São Paulo para se recuperar. Após sua melhora, outros dados sobre a origem de Antonia e a sua trajetória até se estabelecer no Xingu são revelados.

²¹ Alcides Federicci, conhecido por Dema por seus amigos, foi morto em 25 de agosto de 2001. Entre a suas lutas, destaca-se a denúncia das ilegalidades na retirada de madeiras de terras indígenas e a resistência à construção de Belo Monte. Disponível em <http://fundodema-para.blogspot.com/p/historia-e-luta-de-dema.html>.

²² Bartolomeu Moraes da Silva, conhecido como Brasília, assassinado a tiros por um consórcio de grileiros em 21 de julho de 2002.

²³ A missionária Dorothy Mae Stang foi assassinada aos 73 anos de idade, no município de Anapu, oeste do Estado do Pará. A sua luta se relacionava à regularização de terras por proprietários rurais e contra as invasões de madeireiros, grileiros e fazendeiros. Disponível em <https://amazoniareal.com.br/dorothy-stang-dez-anos-de-impunidade-na-amazonia/>.

Nestes, pode-se também entender a escolha dessa região por tantos e assim observar uma das percepções que se tem a respeito desse espaço:

Partiu no encalço da casa e dos parentes do pai, Gentil, e da mãe, Elisa. Nordestinos, cearenses, primos, eles haviam se casado e sobreviviam na base da meia, dando metade do que colhiam para o dono da terra, no vizinho Piauí. Era muito suor para tão pouca chance de sonhar. E quando tinham oito dos 13 filhos, entre eles Antonia, uma menina de quatro anos, partiram para a nova terra prometida, a Amazônia. Como tantos brasileiros migrantes, antes e depois deles, a família de Antonia buscava uma fronteira em que houvesse terra para pobre. Antonia enraizou-se no Xingu, mas quando a floresta e o rio passaram a ser destruídos pra virar lago de Belo Monte, ela precisou escavar raízes mais antigas (BRUM, 2015a, s/p).

Tal como Fabiano e Sinhá Vitória, de *Vidas secas*, o sonho de um lugar melhor atraiu a família de Antonia. No Xingu, eles encontraram o seu Eldorado, lugar impregnado de natureza, em que a fertilidade da terra permitiria o plantar para espantar a fome, em terra própria; nesse sentido, passaram a possuir um tesouro. O ciclo de migrar, contudo, como no romance de Graciliano Ramos, reiniciou após perderem o que achavam ser para sempre deles.

A procura por uma região impregnada de riquezas minerais, o Eldorado, é ambição que fez com que muitos aventureiros buscassem pela região amazônica a fim de explorá-la, intenção esta diferente da de Antonia Melo e de sua família que desejavam um lugar para sobreviver. Desde o século XVI, com a conquista do Novo Mundo, as notícias sobre metais preciosos despertaram no homem europeu o imaginário de que existiria no interior da Amazônia uma cidade envolta em ouro.

Cristina da Silva Araújo (2013) esclarece que após o anúncio da captura de tesouros astecas (1521) e incas (1532) pelos espanhóis, a ideia da existência de ouro em abundância nas terras ameríndias se evidencia. Isso se reforça com os relatos da retirada do precioso mineral do lago *Guatavita* pelo general Gonzalo Jimenez de Quesada, em 1537. A exploração que então passa a acontecer nos países da América Central e América do Sul visava à descoberta de fontes de riqueza e que, em seguida, organizou-se como uma abusiva extração de todos os recursos naturais considerados valiosos aos conquistadores, tal como a madeira.

Lendas e mitos reforçados pelas histórias levadas à Europa pelos cronistas e desbravadores do território americano passaram a fomentar o imaginário a respeito das terras conquistadas e sobre os indígenas. Dentre as narrativas, destaca-se a crônica de Sir Walter Raleigh, um corsário inglês que em 1595 esteve em terras

americanas em busca da cidade dourada. Araújo (2013) ressalta que “o seu relato é inteiramente rico e fabuloso” (ARAÚJO, 2013, p. 31).

Outro relato bastante interessante a respeito da região amazônica é o de que para defender seus tesouros haveria nas tribos, guerreiras indígenas, as Amazonas. Johnni Langer (1997), acerca disso, aborda a narrativa de Gaspar de Carvajal sobre sua viagem em 1541: “Na região próxima do Rio Negro (Amazonas), a expedição chefiada por Francisco de Orellana foi atacada por um grupo de mulheres guerreiras” (LANGER, 1997, p. 29).

Ao Eldorado, mito que impulsionou expedições a se arriscarem nas terras desconhecidas no século XVI, hoje se pode atribuir outras conotações relacionadas à importância da floresta amazônica, a maior floresta tropical do mundo. O desejo de explorar a região para obter enriquecimento continua a acontecer, tanto em relação à mata e à área territorial quanto a possíveis usos das águas abundantes dos rios que fazem parte da região, dentre eles o rio Amazonas e os seus afluentes. A implantação de hidrelétricas, alegando “águas infindas”, é uma das investidas mais recentes, como se observa em Belo Monte.

Como Amazonas em defesa da floresta, contrárias às violações de madeireiros, grileiros e fazendeiros dominadores das terras amazônicas, que buscam o enriquecimento através do derramamento de sangue, Antonia Melo e Dorothy Stang mostram riquezas só conhecidas por aqueles que desfrutaram de outra forma a região, quando vista como casa, abrigo, geradora de vida. Casa que possibilita a existência de inúmeras espécies animais e vegetais, que contém águas abundantes. Casa que possui povos que, em suas tradições, aprenderam a equilibrar a conquista do sustento com um modo de consegui-lo para não danificar o meio ambiente.

Observa-se, na crônica-reportagem, a representação do Xingu enquanto lugar de refúgio, de acolhimento, no qual os refugiados da seca e de outras adversidades encontraram morada, obtendo uma terra própria na qual poderiam trabalhar. Para defender esse Eldorado, as mulheres guerreiras colocaram seus corpos-casa como armas a fim de enfrentar os inúmeros exploradores. A perseguição a elas, que já culminou no assassinato de irmã Dorothy e faz Antonia viver com ameaças de morte, confirma o seu papel atuante em relação à luta pelas verdadeiras riquezas amazônicas.

4.3.3 As denúncias na crônica-reportagem

Revelações sobre como foi construída a hidrelétrica são inseridas, mesclando-se o testemunho da personagem de sua luta contra a instalação a informações relacionadas aos procedimentos usados pelo governo do PT para dar continuidade ao projeto destruidor:

A tenebrosa usina do Xingu, que nem a ditadura civil-militar havia conseguido tirar do papel, por conta da enormidade da resistência dos povos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores, tinha sido colocada de novo em pauta. Antonia estava no grupo de lideranças que viajou até Brasília para se encontrar com Dilma Rousseff. Quando ela começou a expor suas preocupações, Dilma interrompeu-a com um murro na mesa. E um berro: “Belo monte vai sair”. A ministra que depois seria presidente, levantou-se, deu as costas a todos e foi embora, deixando-os ali, atônitos. Era o primeiro sinal de que Belo Monte atropelaria todas as leis e marcaria a maior traição do PT à sua base social na Amazônia. (BRUM, 2015a, s/p)

A narração da cena em que Antonia está diante da presidente Dilma com outras lideranças aproxima o leitor da situação, pois parece ser a própria personagem contando o que ocorreu. Pensamentos do narrador se misturam aos de Antonia Melo e a crítica se reforça através do comentário do desrespeito “de todas as leis”. Esse posicionamento crítico é reforçado na metáfora que vem em seguida: “Belo Monte é um monstrengo alienígena esmagando o Xingu com suas patas de concreto”.

Em seguida, outras informações ampliam a complexidade do fato relatado e seus desdobramentos: “[...] mais de duas dezenas de ações movidas pelo Ministério Público Federal e ignoradas por parte do Judiciário”; “uma obra que saltou de 19 bilhões de reais para um valor estimado em 33 bilhões de reais, hoje também investigada pela operação Lava Jato, da Polícia Federal”; “a Licença de Operação é dada como fato consumado”; “um governo cada vez mais fragilizado, a presidente ameaçada de impeachment, a maioria dos donos das construtoras na cadeia por corrupção e as violações da obra visíveis mesmo para quem antes as negava [...]” (BRUM, 2015a, s/p).

O “(des) encontro” de Antonia Melo com Lula em 2009 reforça o seu sentimento de traição em relação ao Partido dos Trabalhadores, o qual ela ajudou a fundar em Altamira. O ex-presidente não impediu Belo Monte, mesmo aparentando diante de Antonia e dos outros reunidos com ele, que os ajudaria; ao contrário,

corroborar com a continuidade da obra, executada no governo de Dilma. “A visão da região como corpo para violação e exploração tem sido a mesma tanto na ditadura quanto nos vários governos da redemocratização” (BRUM, 2015a, s/p).

A dureza na última fala de Antonia encerra o testemunho sobre a sua decepção com Dilma e Lula: “– Criminosos. Traidores. Covardes”. A sua resistência continua a torná-la “uma mulher-casa” e, na afirmação do narrador, “por isso jamais se perderá” (BRUM, 2015a, s/p).

Ao final, mais uma história é contada, a de Otávio das Chagas, “pescador arrancado da Ilha de Maria”. Novamente, a palavra “arrancado” remete à crueldade com que se deu a desapropriação da casa do pescador, ocorreu como uma imposição da empresa Norte Energia. Otávio das Chagas e outros moradores do Xingu foram obrigados a deixar suas terras em troca de uma indenização baixíssima (em torno de R\$ 12.000,00).

A partir da narrativa do drama de Otávio, outros problemas sociais são apontados: mora agora em um Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), lugar em que as casas são todas padronizadas, “mundo no qual não se reconhece”. A antítese marca a sua existência: “Era rico e agora é pobre, miserável”. A riqueza do pescador estava em poder viver no lugar do qual se sentia parte, no qual estabeleceu vínculos, do qual tirava o alimento para si e para os filhos. As inúmeras dificuldades enfrentadas por Otávio e por sua família não constituem uma hipérbole: “seu Otávio teve as chagas do nome multiplicadas por Belo Monte” (BRUM, 2015a, s/p).

As chagas de Otávio se comparam as de Jesus Cristo no momento de sua crucificação, as injustiças sofridas pelo pescador o expõem também a um sofrimento incompreensível. De uma vida a qual julgava sempre pertencer foi levado a situações desumanas, a dignidade de viver em um local que acreditava ser sempre seu e de seus herdeiros lhe foi retirada. As dores físicas e morais sofridas a partir de seu exílio seriam irreversíveis.

O bairro para onde o mandaram com sua família ficava longe do rio Xingu, do qual tirava a sua fonte de sobrevivência por meio da pesca. “Sem barco, sem rio, sem peixe, sem árvore, sem roça, sem geografia, seu Otávio teve as chagas do nome multiplicadas por Belo Monte” (BRUM, 2015a, s/p). O emprego da anáfora “sem” possui a função de reforçar tudo o que foi arrancado de Otávio. Em sua nova

morada, nove pessoas dividem o reduzido espaço e apenas um conseguiu trabalho, eles passam fome: “E agora, arruinado, se perde em ruínas”.

Há ainda mais uma ironia relacionada ao drama de Otávio das Chagas e ao de outras famílias: quem desfrutaria da “energia limpa e sustentável” produzida pela Norte Energia? Primeiramente, a energia produzida não ocorre de modo sustentável, tal como defendido pela Norte Energia²⁴, como se não tivessem ocorrido agressões ao meio ambiente. Depois, aqueles que desfrutariam da energia não seriam os ribeirinhos e indígenas desapropriados de suas terras: “O filho mais novo completou 7 anos neste dia. Não há nem presente nem comida. Mas a energia, esta é ‘limpa e sustentável, não é isso que o centro-sul acredita?” (BRUM, 2015a, s/p).

A preocupação estética observada na utilização de metáforas, antíteses e de outras figuras de linguagem corroboram para chamar atenção do leitor na relevância dos problemas denunciados. A ênfase nas consequências negativas às vidas atingidas pela instalação da Belo Monte é estratégia para elucidar de que modo isso ocorreu e o quão trágico se deu para os moradores do Xingu.

4.3.4 Os retratos da demolição

Em *O dia em que a casa foi expulsa de casa* as fotos reforçam a denúncia da destruição causada devido à instalação da hidrelétrica de Belo Monte. Os escombros que vão tomando conta do Xingu são postos em destaque, como se observa nas imagens de onde morava Antonia Melo.

Fotografia 1 – Casa de Antonia Melo



Fonte: Lilo Clareto

²⁴ Disponível em <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/sustentabilidade>.

Fotografia 2 – Antonia Melo



Fonte: Lilo Clareto

As fotografias são a prova de que se referem a fatos constituintes da história do Vale do Xingu e da própria história brasileira, já que documentam de que modo ocorreu a desapropriação das terras e casas de ribeirinhos para a instalação de Belo Monte. O modo como o fotógrafo observa e registra essas ruínas coincide com o que John Berger defende sobre o “olhar ser um ato de escolha”. Sendo assim:

Nunca olhamos para uma coisa apenas; estamos sempre olhando para a relação entre as coisas e nós mesmos. Nossa visão está continuamente ativa, continuamente em movimento, continuamente captando coisas num círculo à sua própria volta, constituindo aquilo presente para nós do modo como estamos situados. (BERGER, 1999, p. 10-11)

O olhar do fotógrafo para a destruição das casas do Xingu reforça o que a linguagem verbal também evidencia. Há a intencionalidade de aproximar o interlocutor da crônica-reportagem, através das imagens e das palavras, das cenas mostradas, convencendo-o a respeito do que ocorreu.

A posição de Antonia Melo (FOTOGRAFIA 2) à frente dos destroços mostrando o que estava acontecendo também confirma a veracidade da situação vivenciada por ela. A personagem procura permanecer em pé, inabalável diante da destruição. A sua casa está em seu corpo, viva em suas lembranças.

4.4 O PESCADOR SEM RIO E SEM LETRAS

A crônica-reportagem *O pescador sem rio e sem letras*²⁵ já em seu título traz questões que serão colocadas ao leitor sobre a situação dos ribeirinhos expulsos de suas terras. A principal delas é a de que quando os pescadores foram retirados de suas moradias, próximas ao rio, também lhes foi impedido que exercessem a profissão que conheciam. As letras, o estudo, nunca estiveram presentes na vida desses homens, voltados à pescaria. Colocá-los em bairros urbanos sem terem outra forma de subsistência foi condená-los à miséria.

No subtítulo, há o questionamento que coloca em evidência aquilo que marca a história das grandes construções: devido ao argumento do desenvolvimento e do progresso, os pobres, os indesejáveis assim como sua condição de sobrevivência são indiferentes. “Que tamanho tem uma vida humana?” (BRUM, 2015b, s/p).

Para abordar o tema, a principal estratégia empregada por Eliane Brum, já observada em outros textos da autora, é contar a história de uma das vidas consideradas desimportantes para a Belo Monte, a de Otávio das Chagas, um dos inúmeros pescadores removidos do Xingu. Nessa abordagem, as descrições empregadas pelo narrador elucidam a piora da situação da vida dos personagens, bem como demonstram a valorização dada pela sociedade somente àqueles que conhecem a escrita e os saberes técnicos, enquanto os iletrados podem viver à margem, suas vivências não têm valor.

4.4.1 A (des) valorização da moradia

“Otávio das Chagas tornou-se um não ser”. A negação da primeira frase do texto, na metáfora “não ser” antecipa as perdas que fizeram de Otávio alguém sem sentido para sua existência. A utilização de palavras negativas (sem, não, nada) elucidam as lacunas que permaneceram na vida do pescador. É assim que ele é descrito:

²⁵ Crônica-reportagem publicada em *El País* em 16 de fevereiro de 2015.

A hidrelétrica de Belo Monte o reduziu a um pescador sem rio, um pescador que não pesca, um pescador sem remos e sem canoa. A ilha do amazônico Xingu, no Pará, onde cresceu, amou Maria e teve nove filhos não existe mais. Entre ele e o peixe não há mais nada (BRUM, 2015b, s/p).

Além de poder exercer a sua profissão de pescador no rio Xingu, há outros aspectos que davam valor e faziam Otávio das Chagas e a sua família se sentirem bem na propriedade em que residiam, “a casa de palha onde a mulher atava as redes embaixo de pés de jaca”. Lá, como o narrador esclarece, os surubins, matrinchã, tucunarés e curimatãs eram para “encher a barriga de seus meninos”. A riqueza da enumeração de espécies de peixes remete à fartura que dispunham na alimentação. São peixes desconhecidos por quem não é da região e por isso desvalorizados. Atar as redes embaixo das árvores ou na varanda demonstra a liberdade que possuíam, conseguiam descansar, não se preocupavam com ações violentas como aconteciam nos bairros urbanos; estar fora ou dentro representava o mesmo, sentiam-se protegidos.

A pobreza era muito diferente da condição de miséria a qual foram conduzidos após perderem sua terra. A pobreza se relaciona aos recursos que o homem possui a sua disposição, “dependendo em grande parte da estrutura da produção e de seus objetivos fundamentais” (SANTOS, 2013, p. 18). É assim que o narrador traduz o significado desse conceito para os ribeirinhos:

Quem olha para as casas dos ribeirinhos, com os conceitos do seu próprio umbigo, pode não compreender o que é uma casa para quem vive no mato, à beira de um rio, ou numa ilha, onde a comida está por toda parte, e só o que se precisa é um teto de palha pra dia de chuva e uns palanques pra atar a rede. Para alguns, isso é pobreza. Só pobreza. Mas corre o risco de a pobreza estar mais no jeito de olhar para o outro, o que pode revelar um outro tipo de analfabetismo. Para Maria, a casa dela era a casa dela. A dimensão de uma casa só a pessoa que vive nela sabe dizer (BRUM, 2015b, s/p).

Na crítica, o narrador aborda o preconceito relacionado com os que têm outra cultura, um modo diferente de viver. Preconceito também com a forma como o outro cuida do espaço, aparentemente sem conforto e atrações urbanas. Esse jeito de olhar sem compreender o modo de vida dos ribeirinhos é denominado como um tipo de analfabetismo. A importância da casa para Maria, mulher de Otávio das Chagas, relacionava-se a todos os significados associados às experiências que lá ela tivera,

com a sua identificação ao modo de viver simples, mas nem por isso pobre, já que era rico em sentido, em ser.

De modo implícito, há uma justificativa para a retirada das famílias do Xingu, que teriam uma moradia melhor em um RUC feito pela empresa “monstro”. São promessas para retirar o povo de suas casas, contudo esse êxodo não se deveu à escravidão como na história bíblica dos israelitas em que eles queriam escapar à servidão ao faraó do Egito. Sair de sua ilha seria, ao contrário, tornar-se escravo de uma situação desconhecida e indesejada.

No Xingu já estava a “Terra Prometida” para a família Chagas, lá havia condições de subsistência. O êxodo forçado de seu paraíso acarretou sofrimentos que aparentavam não ter um fim, já que o estabelecimento da família no centro urbano significou o início da trajetória de desilusões que percorreriam.

Ao contrário da propaganda que se fez sobre a melhoria da qualidade de vida do povo que deixou o Xingu, a situação da população ribeirinha apenas piorou com a mudança. Os depoimentos dos integrantes da família de Otávio detalharão “as chagas” enfrentadas em Altamira, onde passaram a residir em casa alugada. “Aos 61 anos, ele agora só tem memória. E as chagas do nome já não consegue curar” (BRUM, 2015b, s/p).

O filho Francisco, de 29 anos, é quem sustenta a família. No seu depoimento, reproduzido como resposta à repórter, ele conta sobre o seu árduo trabalho:

— O papai não pode trabalhar mais, que nem ocês tão vendo, então eu trabalho, o meu irmão trabalha. Eu trabalho de 10 real a diária. Você vê o preço da diária daqui. Eu trabalho de ajudante ali no concreto do bloco que tem aqui. A senhora entende o que é o concreto do bloco (BRUM, 2015b, s/p).

As falas são transcritas conforme a variedade linguística usada pelos ribeirinhos, caracterizada por traços linguísticos regionais e por sua condição de analfabetos. Aos pobres como Francisco, sem estudo, o trabalho pesado, desvalorizado pela sociedade é a única alternativa. Sendo assim, o seu ordenado será insuficiente para sanar a fome de uma família de nove pessoas:

[...] Nós tudo com fome. Sem nada. Porque lá todo dia nós dormia de barriga cheia. Todo dia nós almoçava, jantava, merendava. Nós tinha a nossa brincadeira, a nossa alegria. Fumo expulso de lá e no dia e em que eu não arrumo nada pra comprar janta aqui, passamo fome (BRUM, 2015b, s/p).

A foto da família reunida na casa onde moram em uma situação miserável confirma o sofrimento deles. O semblante triste, de “estranhamento”, é percebido na experiência da dor retratada. O leitor pode observar que é uma situação infeliz, indesejada:

Fotografia 3 – Retrato de família



Fonte: Lilo Clareto

Nota: A família, que tinha uma vida sustentável na ilha, foi jogada numa vida de miséria na periferia da cidade

O testemunho da mãe sobre a fome enfrentada é impactante, confirma o porquê da tristeza dos figurantes da fotografia, estabelece comparações entre o antes e o agora, o lá e o aqui:

— Minhas criança não passava fome lá. Eu toda vida gostei de planta, de criação. Aqui não tenho terrinha pra trabalhar. A gente anda com fome, porque não tem onde plantar. E os filho pede pra mãe, não pro pai. A pequena diz: “Mamãe, quero comer. Mamãe, quero comer”. Eu não tenho de onde tirar. Quando a gente come bem, assim, a gente dorme de noite. Mas, se a gente não come nada, não dorme (BRUM, 2015b, s/p).

Para uma mãe, o valor de um lugar em que podia plantar para seus filhos terem o alimento diário é inexpressivo. Esse relato, assim como os outros, é utilizado pela autora a fim de sensibilizar o leitor, aproximando-o da tragédia das pessoas-personagens da história. Mostra-se, assim, que os fatos fazem parte da realidade. Mais informações sobre as dificuldades da família são acrescentadas pelo narrador:

A família está reunida na parte da frente da casa alugada num dos bairros mais violentos da periferia de Altamira. No “baixão”, como se diz ali, onde eles temem sair. Eles, para quem uma casa era o dentro e também o fora, era um lugar inteiro, agora têm medo do fora. Contam que pagam 500 reais de aluguel, mas não têm conseguido inteirar o valor. Otávio, o pescador que não pesca, deu a canoa e o motor para o dono da casa. A maior parte dos 12 mil que receberam da empresa foi gasta com uma doença no coração de uma das meninas, que levaram para ser salva em Teresina, “com Deus e os doutor”. Não há cadeira para todos. Então, o lugar sentado é para o pai, que “sofre de próstata”, e para o filho, que sustenta a família (BRUM, 2015b, s/p).

Estar em um lugar no qual o medo aterroriza os moradores, sem condições dignas para a alimentação, sem oportunidade de emprego e sem o menor conforto, como retratado, corresponde à desvalorização da vida. Houve descaso por parte do governo e da empresa responsável pela hidrelétrica com o que aconteceria com os ribeirinhos. As indenizações concedidas foram insuficientes e enganosas mediante todas as perdas que os antigos moradores do Vale do Xingu tiveram.

4.4.2 Em um mundo de estranhamentos

O que significava conhecer a escrita para aqueles que viviam em local onde apenas a compreensão de seu mundo, em que o rio e a natureza eram os principais elementos, bastava? Para os pescadores, a leitura de sinais que ajudavam no momento de lançarem as redes ou de retirá-las lhes era suficiente. A consequência dessa lacuna, de desconhecer a leitura e a escrita, só foi sentida quando as letras chegaram a Otávio e à família Chagas em forma de documento estranho para determinar os novos rumos de suas vidas.

Na crônica-reportagem, a percepção de que há duas realidades bem distintas, a dos letrados e a dos “sem letras”, é mostrada pelo narrador, bem como as consequências sociais de não se pertencer à primeira caracterização: “Há algo de violento naquilo que se escreve sobre os que não se leem em papéis, naqueles que até o nome é escrito por outros” (BRUM, 2015b, s/p). Por intermédio da escrita também a violência se consolida.

Na versão de Francisco das Chagas, a autora revela de que forma a negociação enganosa da terra dos ribeirinhos sucedeu. Francisco relata desde como ocorreu a visita de alguém da Norte Energia em sua propriedade para persuadi-los até a sua ida à empresa para assinar os papéis:

[...] — Quando ele foi sair, nós chamemo: “Vem cá. Cadê a carta de crédito pra nós, que somo filho do local?” Com a carta de crédito nós comprava um lote pra morar. E eles: “Quando o dinheiro cair na conta, a carta de crédito de vocês vem junto”. Então tá bom. Nós não conhece essas coisa, nós não somos dessas coisa, nós somo morador. Você bem sabe que morador da colônia não é entendido em certas coisa. Ainda mais em negócio de leitura. Aí o papai ficou na ilha e nós viemo no escritório da Norte Energia. A mulher puxou uma folha branca pra nós. E disse: “Assina aqui ou então o dinheiro não cai na conta do pai de vocês”. Eu digo: “Pode ser o nome do papai ou o meu? Porque se for o nome do papai, eu não sei”. Que a gente tem isso. O nome do papai eu não sei, eu sei só o meu nome mesmo [...]. (BRUM, 2015b, s/p)

Francisco das Chagas assina os papéis que lhe passam e vai embora sem saber que a indenização se referia somente a seu pai: “era só pra 12 mil pro papai, não tinha mais nada”. Ele constata que agiu como um burro, pois fez o que lhe mandaram, sem ter noção do que isso representava: “Um burro vai, tem uma placa na frente, ele chega e passa por baixo. Porque morador da colônia, morador da ilha, morador da zona rural não sabe” (BRUM, 2015b, s/p).

As dificuldades de Francisco decorrentes de seu desconhecimento das letras se assemelham as do personagem Fabiano, de *Vidas secas*. No capítulo “Cadeia”, o pai da família que foge à seca, ficava “receoso de ser enganado” por qualquer pessoa em situação melhor que a dele, desconfiava dos negociantes da cidadezinha em que vai comprar alimentos, sempre pensa estar sendo logrado por eles.

Comunicar-se, para o personagem, constituía um sério obstáculo, por conta disso, embaraça-se na conversa com o soldado amarelo, que lhe convida para jogar trinta-e-um. Sem saber o que responder, Fabiano aceita o convite e, depois de perder no jogo seu dinheiro, sai sem se despedir do soldado, o que é mal interpretado por este. A consequência desse equívoco é a prisão de Fabiano, que fica sem saber o que lhe ocorre; não compreendia por que foi cometida essa injustiça vinda de alguém que deveria representar o governo, o qual, em seus pensamentos, agia sempre de modo perfeito (RAMOS, 2005, p. 33).

A situação dos ribeirinhos diante das imposições de Belo Monte, tal qual a de Fabiano na cadeia, foi de desamparo pelas autoridades, pelo governo. Os termos contratuais indecifráveis aos moradores rurais determinaram o que lhes era incompreensível, a legitimação de sua expulsão do Xingu.

A autora, depois do relato de Francisco a respeito de ter sido enganado, descreve-o como quem tem “olho de rio”. A imagem remete ao sofrimento de quem perdeu o seu lugar, o rio agora seria uma lembrança. E, mesmo dizendo que

“homem não desespera”, como é transcrito em outra fala do personagem, o narrador deixa claro que ele “segue na sua agonia com as letras”.

Francisco, como retratado na crônica, é uma vítima daqueles que utilizam do conhecimento escrito para enganar. A escrita, assim como Octávio Ianni compreende, determina as relações de sociabilidade, pode ser usada para impor decisões pelos poderosos:

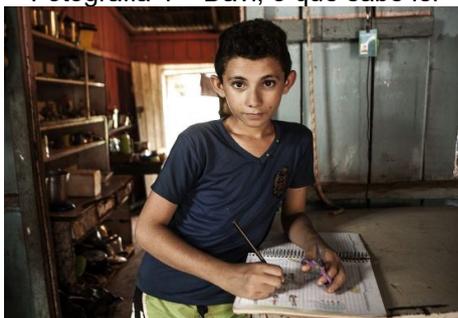
[...] Todas as relações, diversidades, distinções, hierarquias, desigualdades, tensões e lutas, codificam-se em escritos e escrituras, gêneros e estilos: o indivíduo e a coletividade, o povo e a nação, a classe social e o grupo social, o partido político e o sindicato, o movimento social e a corrente de opinião pública; sem esquecer a constituição nacional e a carta das Nações Unidas, o princípio de soberania nacional e o direito internacional, bem como o provincianismo, o nacionalismo, o regionalismo e o globalismo; e todas as línguas, tribais, nacionais e mundiais. (IANNI citado por LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 10)

O mundo dos letrados não pertence a Francisco, enquanto semianalfabeto, ele se sujeita ao que lhe determinam, acredita, a princípio, que o papel escrito lhe trará benefícios. Assim como ele, outros sofrem a mesma violência. As críticas do narrador acerca disso são contundentes:

[...] Homens e mulheres desamparados diante das demandas da Norte Energia, sozinhos com a ampla equipe de advogados a serviço da concessionária, que se expressam com as palavras do seu mundo e por documentos que muitos não são capazes de ler. Não é preciso ser doutor para perceber a violência e a violação de direitos. (BRUM, 2015b, s/p)

Davi, o menino de 12 anos, é o único que sabe ler, ainda demonstra, na foto que lhe foi tirada, otimismo. Nele, está a incerteza sobre o que ocorrerá: “As letras que só ele decifra são pesadas demais para um corpo tão franzino” (BRUM, 2015b, s/p). Os gigantes que serão enfrentados por esse menino de mesmo nome do personagem bíblico, o qual vence o terrível Golias, são desconhecidos.

Fotografia 4 – Davi, o que sabe ler



Fonte: Lilo Clareto

Davi, “um menino quieto, de olhos grandes” é o único da família alfabetizado, contudo, não sabe se para onde foi isso lhe permitirá melhores possibilidades. O que sabe, é que não terá a escolha de viver perto do rio, no lugar em que nasceu e de viver a pobreza que para a sua família significava realização, identificação com o espaço e com o modo simples de sobrevivência que possuíam. Esse lugar não mais existe para Davi.

Além dos esclarecimentos do narrador quanto ao “impacto monumental sobre o meio ambiente e sobre vidas humanas”, Eliane Brum emprega outro relato, o do defensor público federal Francisco Nóbrega, neste, evidencia-se o espanto quanto à falta de acompanhamento do governo no reassentamento das famílias: “O trecho bloqueado do rio tem 7 quilômetros de extensão: 7 quilômetros de brita, pedregulhos, barro e desumanidade” (BRUM, 2015b, s/p). Em um dos trechos desse testemunho, observa-se o choque na observação sobre a transformação da paisagem: “Eu só conseguia enxergar o contraste cruel entre o rio de um lado, vivo, caudaloso, imponente, e o rio que sobrou no lado oposto: morto, parado, com aspecto de pântano”.

O monumento que atraiu trabalhadores de inúmeras regiões a Altamira para sua construção, expulsou a população ribeirinha das ilhas do Xingu e provocou impactos ambientais decretados por palavras que se fizeram violência, desconsiderou toda a riqueza de sentidos que a vida anterior à usina representava:

[...] leitura complexa da floresta e do rio de pessoas como Otávio é descartável para quem sequer reconhece a sua casa como uma casa. Para quem possui todas as letras, ele é só mais um analfabeto, já que não percebem, na floresta, quem pode ler é Otávio e os analfabetos mudam de lugar (BRUM, 2015b, s/p).

A inversão de valores, no discurso dos poderosos, desconsiderou o que casa simbolizava a Otávio das Chagas, moradia de palha que precisava ser deixada nos tempos de enchente, mas que, em outros momentos, significa todo o mundo do pescador, a sua história edificada em sua vida sustentável. O “tamanho” das vidas desprezadas por Belo Monte, a sua história e leitura de suas tradições, como ressalta o narrador, ao final do texto, é desprezável.

4.5 ESCREVER PARA TESTEMUNHAR A OUTRA VERSÃO DA HISTÓRIA

As reflexões acerca da escrita que se fazem presentes em muitos textos de Eliane Brum também podem ser observadas nas crônicas analisadas. Nestas, a importância do escrever se relaciona ao não apagamento dos fatos, apresentados com enfoque nas experiências individuais.

Acontece por meio do registro da versão dos afetados pela Belo Monte o testemunho da história. A esse respeito, Jeanne Marie Gagnebin (2004) considera que

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras *revezem* a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN citado por BRESCIANI; NAXARA, 2004, p. 91)

Testemunhar a violência é denunciá-la a fim de resistir ao esquecimento das agressões aos ribeirinhos, aos indígenas, ao meio ambiente. É possibilitar a reflexão acerca de todos os impactos sociais e ambientais que a construção de outras hidrelétricas na região amazônica poderá acarretar, levando-se em conta as consequências negativas de Belo Monte.

A modernização que chega e se impõe como benéfica aos moradores do Vale do Xingu e aos da cidade de Altamira se mostra como um projeto hegemônico de benefícios questionáveis. O novo não é o melhor para os ribeirinhos, atingidos em seu modo tradicional de conseguir alimento, ligado ao rio. O novo apresentado pela

hidrelétrica não constitui a melhor tecnologia para gerar energia elétrica, já que tantos estragos ambientais aconteceram através da construção da usina²⁶.

Estabelecendo-se analogia à obra *Cem anos de solidão*, pode-se observar na escrita das crônicas-reportagem de Brum sobre Belo Monte a intenção de se manter a memória do que representava o Vale do Xingu para os seus moradores, a importância do viver em harmonia com a natureza nos limites do morar, no cultivo da terra para a agricultura consumível, no pescar para a sobrevivência. Uma das formas de recuperar e manter a memória de um povoado, na obra de Gabriel García Márquez (2001), está na escrita.

As técnicas levadas ao vilarejo de Macondo pelos ciganos introduziram situações inesperadas ao povo que vivia de modo tranquilo. Na ficção, a consequência principal da modernização que chega ao lugarejo e encanta os moradores é a praga da insônia, associada ao esquecimento da própria identidade vinculada às tradições anteriores. Há nessa obra, como Marcelo Ferraz de Paula²⁷ elucida o emprego do “fazer literário como resposta e resistência a processos autoritários de apagamento do passado e, enfim, dos limites do pensamento crítico no resgate e preservação da memória” (PAULA, 2018, p. 2).

A insônia deteriora as lembranças dos habitantes de Macondo, fazendo com que os sonhos e o descanso mental não mais aconteçam. A preocupação sobre o esquecimento de suas raízes os leva a buscar pela cura do mal que os aflige. O personagem Aureliano Buendía é quem tem a ideia de usar a escrita como estratégia para retomar a memória; por esse motivo, os moradores passam a escrever o nome de todos os objetos, renomeiam o seu mundo a fim de evitar o esquecimento daquilo que lhes era importante. “Assim, continuaram vivendo numa realidade escorregadia, momentaneamente capturada pelas palavras, mas que haveria de fugir sem remédio quando esquecessem os valores da letra escrita” (MÁRQUEZ, 2000, p. 51).

Ainda que não tenha resultado a cura da patologia, que acontece somente após o retorno do cigano Melquíades ao povoado, trazendo uma espécie de

²⁶ Dentre alguns dos impactos ambientais, ocorreu a escassez de peixes na região da hidrelétrica, aumento do desmatamento; quanto aos sociais, pode ser mencionado o aumento do desemprego após a construção da usina, o inchaço urbano de Altamira, que ocasionou o aumento da violência; problemas em relação ao saneamento urbano para acolher o aumento populacional. (FREIRE; LIMA; SILVA, Soc. Nat. | Uberlândia, MG | v.30 | n.3 | p.18-41 | set./dez. 2018 | ISSN 1982-4513).

²⁷ PAULA, Marcelo Ferraz de. “Reflexões em torno da ‘peste da insônia, em *Cem anos de solidão*”. *Acta Scientiarum*, 40 (1), e32706, 2018.

daguerreótipo, e de Francisco — ancião de quase 200 anos que passava pelos povoados divulgando canções antigas—, a escrita representa o retomar a história do local, a valorização dos conhecimentos tradicionais.

Através das crônicas-reportagem de Eliane Brum, a história do Xingu será levada a outros por meio das narrativas sobre as casas-corpos arrancadas do Vale: Antonia Melo, Otávio Chagas, Maria, Francisco, Davi. A escrita, como expressa Antonia, dará vida às lembranças: “Escrever é dar vida a uma história, a um personagem, a uma pessoa, a um lugar... a um espaço. É provar que existiu. E que essa vida não foi uma vida por acaso. Ela tem um significado. Ela tem um sentido” (BRUM, 2015b, s/p).

Escrever pode ser concebido como um ato de resistência, em que se confrontam as fatalidades vivenciadas pelos considerados insignificantes à história que se pretende apresentar como verdadeira. Nesse sentido, a autora Eliane Brum se posiciona em relação ao descaso com as aldeias indígenas em relação à pandemia do covid-19²⁸:

[...] Contar a história e as histórias tornou-se insurgência — para que os mortos possam viver como memória e seus assassinos não escapem da justiça. Resistimos contando os mortos em mais de um sentido — como estatística confiável, como identidade reconhecida, como história contada. Nos insurgimos fazendo viviários dos que foram mortos, porque diante das ações e das omissões de Bolsonaro e de seu Governo, morrer de covid-19 não é morte morrida, é morte matada. (BRUM, 2020, s/p).

Chama a atenção, nesse excerto, o modo como se irá resistir, contando os mortos, “como estatística confiável, como identidade reconhecida, como história contada”. Há a preocupação jornalística de apurar os fatos, mostrar a verdade comprovada por dados estatísticos, mas, além disso, a identificação dos sujeitos. Pretende-se pôr em destaque a sua existência, testemunhando-se contra o apagamento de vidas humanas que estão sendo desconsideradas, entregues à morte pela falta de investimentos necessários ao tratamento e prevenção da doença.

Ao denunciar as injustiças, o narrador nas crônicas de Eliane Brum espera que o leitor, além de tomar conhecimento em relação aos fatos, também aja quanto a eles. Contar as histórias de outra forma, com recursos literários, compele a esse objetivo: sensibilizar a fim de que transformações ocorram e as violências às minorias não sejam aceitas como normais.

²⁸ Publicado em “A marcha dos mortos”, no jornal *El País*, em 7 de agosto de 2020.

Em relação aos indígenas, ainda parece existir a visão do colonizador, presente na *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, a de que eles são seres ingênuos, de quem pode ser tomado tudo o que possuem e que isso não importa. Deixá-los morrer é fazer com que a história se repita, desconsiderando que são os donos de terras que interessam a muitos.

Escrever sobre esses acontecimentos é corajosamente testemunhar o que se quer ocultar, para que a versão das vítimas não seja esquecida, na tentativa de mostrar que o desmatamento cresce aceleradamente e exterminará com as casas-corpos e com a Casa-coração do planeta, a Amazônia. Testemunhar para que se veja e para que se impeça a continuidade da destruição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que representa morar para o ser humano? É condição de vida, de humanização.

Para os indígenas, antes das invasões dos colonizadores, significava serem os donos da terra, pertencentes a um vasto mundo, ainda não corrompido pela turva imagem do progresso associado à exploração das riquezas naturais realizada pelos europeus.

Para os habitantes dos cortiços, no final do século XIX, principalmente aos negros, consistia em um passo para obterem a liberdade, já que quando viviam “por si” iniciavam a luta para comprar a sua alforria, trabalhando a fim disso.

Para os que obtinham a sua terra, como os habitantes do Vale do Xingu, no Pará, simbolizava terem condições de trabalhar por seu próprio sustento, vivendo em comunidade com outros que partilhavam de objetivos semelhantes.

No estudo desenvolvido neste trabalho, tanto através dos textos teóricos quanto em relação a outros, ficcionais ou não ficcionais, observou-se que ao contrário das considerações acima, relativas à tomada do morar enquanto conquista que humaniza, os projetos desenvolvimentistas dos grupos hegemônicos desconsideraram o habitar enquanto direito. Morrer devido a condições precárias de sobrevivência, associadas à falta de alimentação básica ou a de higiene não importou para muitos administradores do poder, desde que os projetos urbanísticos, como a Regeneração do Rio de Janeiro no início da República, ou as grandes obras defendidas como imprescindíveis à sustentação econômica da nação— caso da Belo Monte—, acontecessem.

Essa estratégia de morte pode ser associada à necropolítica, principalmente no entendimento da soberania como direito de matar, conceito defendido por Achille Mbembe (2016). Criam-se inimigos para justificar que o direito de viver por alguns requer que outros, os quais ofereceriam alguma forma de perigo, morressem:

A percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade. O reconhecimento dessa percepção sustenta em larga medida várias das críticas mais tradicionais da modernidade, quando lidam

com o niilismo e a proclamação da vontade de poder como a essência do ser; com a reificação, entendida como o “devir-objeto” do ser humano; ou ainda com a subordinação de tudo à lógica impessoal e ao reino da racionalidade instrumental. (MBEMBE, 2016, p. 128-129)

Exercer a soberania está ligado a tomar o espaço do outro, por esse motivo “os inimigos”, os diferentes não importam. Questões de raça e de classe social impelem os “autorizados” a tratar o diferente como um “não cidadão”, um desordeiro, assim, atitudes violentas, a coerção autorizada (BAUMAN, 2009) é justificada. Em um espaço tomado, como os lugares que por muito tempo se desenvolveram dentro de suas limitações de Colônia, as diferentes categorias de pessoas são tratadas de formas desiguais, podem ter muitos direitos ou não serem consideradas cidadãs. Há a soberania sendo imposta desse modo (MBEMBE, 2016). Isso também é observado em regimes em que a ação policial executa a expulsão dos “marginais”, caso da derrubada dos cortiços no Brasil.

Tanto na fase “sólida” da modernidade quanto na “líquida”, observa-se a divisão do espaço em face da estratificação social. Os locais privilegiados das cidades se destinam aos que têm condições econômicas de viver neles. O planejamento urbano foi destinado a determinadas classes sociais, não considerou a organização de habitações dignas para os que possuíam uma situação inferior. O surgimento de favelas, como verificado nas referências consultadas acerca da expansão urbana na Primeira República, não envolveu projetos destinados à população mais carente. Importava o centro da capital, o qual representava o modelo de modernização, a “civilização”. Assim também ocorreram nas demais cidades brasileiras em ascensão no período, como a grande São Paulo.

Observar a falta de planejamento na questão habitacional não significa desconsiderar as iniciativas públicas que se consolidaram durante o século XX, principalmente após os anos 1980, com a finalidade de executar programas e projetos de habitação, mas, como corroboram Adriana Roseno Monteiro e Antonio T. de Rezende Veras (2017), os problemas relacionados à falta de moradia ainda não foram solucionados:

Haja vista, que a cidade capitalista é excludente, com cenários totalmente diferentes, com classes antagônicas e a habitação insere-se neste contexto com desigualdades essas manifestas em diferentes formas, principalmente, na forma de habitar o espaço urbano. (MONTEIRO; VERAS, 2017, p. 2)

A problemática habitacional continua sendo um dos principais problemas sociais brasileiros e geradora de mortes. O crescimento da população nas cidades, impulsionado principalmente pelas migrações, fez com que o meio urbano não conseguisse abarcar tantas pessoas, o que acarretou enormes desigualdades sociais.

Os bairros bem estruturados, os condomínios extremamente protegidos, os prédios cercados por grades pertencem a poucos moradores, os das camadas “superiores”. Bauman (2007) e Dunker (2009), com visões muito semelhantes a esse respeito, conceituam sobre o isolamento que esses cidadãos procuram a fim de não se envolverem com os “outros”, os “diferentes”. Os problemas externos, do lado “de fora” não lhes competem, o medo à violência os impede de ir ao encontro dos demais, de baixar os vidros dos carros nos sinaleiros.

Assim a cidade se fragmenta, os que estão na rua, os que vieram atraídos pelos “encantamentos” urbanos e acabaram à margem, não são considerados pertencentes ao local. O medo gerado pela violência justifica essa conduta, mas cria fronteiras, as desigualdades se acentuam no individualismo. Os do “outro lado” continuam desamparados, nem o Estado, com suas ações insuficientes, nem os outros, dotados de melhores condições, conseguem diminuir as disparidades que a “modernidade líquida”, com suas relações capitalistas, revela.

As crônicas-reportagem de Eliane Brum analisadas elencam diferentes questões sobre a temática do morar; evidenciam a exclusão social, traduzem o desamparo de diversos sujeitos que adquiriram cicatrizes em seus corpos, violentados pela miséria e em suas almas, quando dos inúmeros preconceitos sofridos. Nas cidades, esses seres humanos não encontraram o abrigo que buscavam, como observado nas crônicas que retratam o meio urbano; as experiências vividas nas ruas ou em lugares com péssimas condições para habitar, marcam a sua existência e a forma de serem vistos ou até ignorados.

Na região amazônica, o apoio às populações locais para continuarem a desenvolver uma existência em consonância com o meio ambiente, sem precisarem deixar o lugar onde viviam, não existiu diante dos interesses capitalistas. O lucro devido à construção de Belo Monte importava mais que as vidas que dependiam de morar próximas ao rio. Retratar essas vidas atravessadas pela injustiça é o que Eliane Brum realiza em sua missão de jornalista/escritora.

As pessoas-personagens com suas vidas contadas por Brum são inesquecíveis ao leitor que consegue encontrar o “outro” e sair de si. É a Camila dos sinaleiros, o Sapo (homem-anfíbio), o Jorge (o comedor de vidros), o Luciano Felipe da Luz (antes Mercedes), o Leandro Siqueira dos Santos (o “menino do alto”), o Antônio Antunes, de *Enterro de pobre*, a Antonia Melo e o Otávio das Chagas, os expulsos do Xingu. Cada um, na revelação de suas tragédias e sofrimentos, testemunha a realidade dos que querem ser incluídos e respeitados como cidadãos brasileiros.

A crônica, enquanto gênero que possui muitos formatos e se adequa a diferentes experimentações, como crônica-reportagem proporciona que nas narrativas de Eliane Brum sejam adotados recursos da escrita jornalística e literária. Ao cuidado com a apuração dos fatos, marcado a partir de dados comprováveis, incorpora-se o emprego de imagens poéticas, a exploração de múltiplos sentidos para as palavras. Isso foi bastante observado em *O dia em que a casa foi expulsa de casa*. As palavras “casa” e “rio”, por exemplo, contemplam associações à valorização dos lugares em que os personagens viviam e a perda deste devido à inundação do Vale do Xingu. Essa estratégia confere às descrições de ambientes e de personagens, diferentes interpretações relacionadas ao que é retratado.

Na elaboração das análises das crônicas do Capítulo 3, além da observação das imagens poéticas e das figuras de linguagem utilizadas, buscaram-se associações intertextuais. Os refugiados do Xingu foram comparados a outros, de obra literária, aos retirantes nordestinos de *Vidas secas*. Com algumas histórias bíblicas também se procurou estabelecer comparações à trajetória da família Chagas. As chagas, expressão significativa na história *O pescador sem rio e sem letras*, foi associada às dores de Cristo em sua agonia na Crucificação.

O valor documental das fotografias, centralizando os personagens afetados pela Belo Monte, foi bastante explorado nos textos estudados, complementa as informações sobre os acontecimentos expostos pelo narrador. Reforça assim as denúncias, colabora com a intenção de se testemunhar a história, a partir da versão dos atingidos pelo projeto da hidrelétrica.

Por meio dos relatos, a escrita ganha esse valor de testemunho, o qual, como na representação de Antonia Melo, traduz a resistência à forma com que aconteceram as injustiças aos moradores do Xingu. Busca-se pelo não apagamento da versão dos injustiçados, pretende-se manter viva a memória do que lhes

representava viver em meio à natureza, desfrutando de um modo simples, sustentável. Manter viva para tentar com que não se repita o que sucedeu devido à implantação de Belo Monte, projeto que resultou como tantos outros, de grupos hegemônicos, em mais morte do que vida.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Cristina da Silva. Imaginário e representação do mito de Eldorado: a crônica se Sir Walter Raleigh – 1595. **Revista Tempo Amazônico**. V. 1. N. 1. Janeiro-Junho de 2013. p. 25-38. Disponível em: http://www.pr.anpuh.org/resources/download/1386129069_ARQUIVO_ARAUJO,_Cristina._IMAGINARIO_E_REPRESENTACAO_NO_MITO_DE_ELDORADO.pdf. Acesso em 25 jul. 2020.
- ANTÔNIO, João. **Guardador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Ed. 2. ed., 1994.
- ANTÔNIO, João. **Malhação do Judas Carioca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ANTÔNIO, João. **Sete vezes rua**. São Paulo: Scipione, 1996.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do Espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas líquidas**; trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.
- BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2005.
- BARRETO, Lima. **Contos completos**; organização e introdução Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, Lima. **Lima Barreto**; seleção e prefácio Beatriz Resende. São Paulo: Global, 2005.

BARRETO, Lima. **Lima Barreto por Francisco de Assis Barbosa**. Rio de Janeiro, Agir: 2005.

BARRETO, Lima. **Sátiras e outras subversões**: textos inéditos; organização, introdução, pesquisa e notas Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2016.

BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERMANN, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**. v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012, ISSN 1516-6481. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/895/1343>. Acesso em 15 jul 2020.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e ressentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Org. e seleção Sérgio Miceli. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRUM, Eliane. **A menina quebrada e outras colunas de Eliane Brum**. Porto Alegre: Arquipélago, 2014.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUM, Eliane. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Globo, 2008.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas**: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

BRUM, Eliane. O dia em que a casa foi expulsa de casa. **El País**. 14 de set. 2015a (não paginada). Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html. Acesso em 02 maio 2020.

BRUM, Eliane. O pescador sem rio e sem letras. **El País**. 16 de fev. 2015b (não paginada). Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CANDIDO, Antonio *et al.* **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antonio *et al.* **A personagem de ficção**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Gustavo de. *et al.* **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COSSON, Rildo. **Romance-reportagem**: o gênero. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. A Lógica do Condomínio ou: o Síndico e seus Descontentes. **Leitura Flutuante**: Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise. V. 1. 2009. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/7623/5578>. Acesso em 06 set. 2020.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura** — uma introdução. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FAINGUELERNT, Maíra Borges. **Belo Monte**: o estado democrático de direito em questão. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

FERREIRA, Carlos Rogé. **Literatura e jornalismo, práticas políticas**. São Paulo: Edusp, 2003.

FREIRE, Luciana Martins; LIMA, Joselito Santiago de; SILVA, Edson Vicente da. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônia Paraense”. **Sociedade Natureza**. Uberlândia, MG, v. 30, n. 3, p. 18-41, set./dez. 2018. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/download/36036/pdf_1/. Acesso em: 22 ago. 2020.

GAI, Eunice Teresinha Piazza. Narrativas e conhecimento. **Rev. do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 5, n. 2, p. 137-144, jul./dez. 2009. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/1247/760>. Acesso em 8 maio 2020.

GENETTE, Gerard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Veja, 1995.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GRUNER, Clóvis. DENIPOTI, Cláudio. **Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

KUSTER, Eliana. PECHMAN, Robert. **O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. **O preço da leitura: leis e números por trás das letras**. São Paulo: Ática, 2001.

LANGER, Johnni. O mito do Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI). **Revista de História** 136, 1997, p. 25–40. Disponível em <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/18809/20872>. Acesso em 7 ago. 2020.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

LIMA, Marcelo Fernando de. **Os dez mais: avaliação da literatura brasileira no suplemento *Mais!* da Folha de S. Paulo (1992-2004)**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24987>. Acesso em 7 fev. 2020.

LIMA, Marcelo Fernando de. **Jornalismo cultural e crítica: a literatura brasileira no suplemento *Mais***. Curitiba: Editora UFPR; Chapecó: Argos, 2013.

LIMA, Marcelo Fernando de. SOUZA, Maurini de. Com um mínimo de literatura: aproximações entre convenções formais do realismo de 1930 e a imprensa contemporânea. **Terra roxa e outras terras – Revista de estudos literários**. Volume 28 (dez. 2014a). Disponível em

http://www.uel.br/pos/letras/terraroja/g_pdf/vol28/TRvol28e.pdf. Acesso em 2 mar. 2020.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo literário para iniciantes**. São Paulo: Edusp, 2014b.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. 48 ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2000.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. **Arte & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro de 2016. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em 15 set. 2020.

MONTEIRO, Adriana Roseno. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**. Fortaleza, 2017, vol.16, e16015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012017000100214&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 12 jul. 20.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. São Paulo: Pontes, 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PAULA, Marcelo Ferraz de. “Reflexões em torno da ‘peste da insônia’, em *Cem anos de solidão*”. **Acta Scientiarum**, 40 (1), e32706, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/acta>>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

PERES, Ana Cláudia. Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. **Galáxia**, núm. 31, abril, 2016, pp. 92-104. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399644774007>. Acesso em 10 jun. 2019.

PRADO, Antonio Arnoni. Lima Barreto personagem de João Antônio. **Remate de males**. n° 19, Revista do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem. Unicamp, Campinas, 1999. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636105?articlesBySameAuthorPage=2>. Acesso em 10 maio 2020.

QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. Entre arestas e interditos: o Jornalismo Literário como dupla ruptura epistemológica. **Vozes e Diálogo**. Itajaí, v. 16, n. 01, jan./jun. 2017. Disponível em <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9453>. Acesso em 17 maio 2020.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 98 ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2005.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora UNICAMP, 1993.

RIO, João do. GOMES, Renato Cordeiro (Org.). **João do Rio por Renato Cordeiro Gomes**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

RODRIGUEZ, Benito Martinez. Enfim, o início do século. **Travessia**– Revista de Literatura – SC, jan.-jul. 1996; p.79-86. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/18239/17112>. Acesso em 10 maio 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-americana**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SARLO, Beatriz. **Tempo Presente: Notas sobre a mudança de uma cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista: mercadorias e cultura urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SCHWARZ, Roberto (Org.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIMON, Luiz Carlos. **Dois ou três páginas despretensiosas: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas**. Londrina: EDUEL, 2011.

SILVA, Márcio Seligmann. Sobre o anarquivamento – um encadeamento a partir de Walter Benjamin. **Revista Poiésis**, n. 24, p.35-58, dezembro de 2014. Disponível em <http://www.poesis.uff.br/p24/pdf/p24-texto-integral.pdf>. Acesso em 10 ago. 2020.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ANEXO A – SINAL FECHADO PARA CAMILA

SINAL FECHADO PARA CAMILA

Eliane Brum

– Tio lindo, tia linda do meu coração. Eu pergunto a você se não tem um trocadinho ou uma fichinha pra essa pobre garotinha...

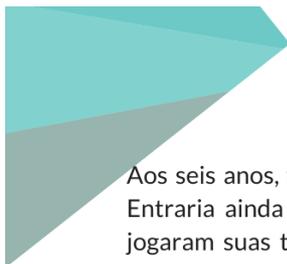
Quase com certeza você ouviu esse hino em algum cruzamento de Porto Alegre. Debaixo de um sinal vermelho, o som entrando pelo vidro fechado, ameaçador como um Alien. O som entrando pela janela que você cerrou para se defender do ataque à sua consciência. Você rezando para que o sinal mude de cor, fique verde, não de esperança, mas verde de fuga. Sinal livre para escapar do rosto da menina grudado na janela. Sujando seu patrimônio. Obrigando-o a tomar conhecimento da miséria dela. Você, que paga seus impostos em dia, colabora com a campanha do agasalho, que até é um cara bacana. Subitamente transformado em réu no tribunal do sinal fechado por um rosto ranhento de criança.

Você, quase com certeza, ouviu esse hino. Pois saiba. A menina que o compôs morreu no domingo. Nunca mais ela assombrará a sua janela. A menina se chamava Camila. Camila Velásquez Xavier. Tinha dez anos. Mas os dez anos dela equivalem a cem dos seus. Camila viveu muito, até. No bairro onde ela nasceu, o Bom Jesus, 17 como ela morreram antes de completar um ano em 1997. Camila nasceu na Fátima, uma vila da Grande Bom Jesus. Vila, modo de dizer. Becos e mais becos de barracos amontoados sobre o cimento. Lá, o controle da população é feito ao natural. Só em janeiro, já tombaram quatro. Assassinos citados em notinhas de canto de página.

Camila nasceu na Fátima, num barraco de uma peça. Quando chovia, havia tanta água fora quanto dentro. Em dez anos a família progrediu. Conseguiu um barraco de duas peças. Camila dormia com os quatro irmãos num sofá esburacado ou no chão de tábuas podres porque não havia lugar para todos. Pai e mãe desempregados, o pai um homem triste, de olhos injetados, que descia o braço sobre a mãe sempre que bebia além da conta.

Aos seis anos Camila foi enviada aos sinais para ganhar a vida da família. Logo descobriu que a concorrência era enorme. Que as janelas dos carros eram a versão moderna das muralhas medievais. Camila começou a embelezar sua tragédia. Inventou versinhos que venciam fossos e arriavam pontes levadiças, arrancando um sorriso perplexo dos motoristas. Eu não posso ficar sem você, meu trocadinho. Essa tia, esse tio queridinho vai me dar um trocadinho. Camila conquistou a sua diferença nos cruzamentos da cidade. Seus hinos se espalharam pelas sinaleiras e, mesmo depois de sua morte, seguem ecoando pela boca de outras Camilas.





Aos seis anos, flagrada na rua, Camila entrou pela primeira vez no prédio sem cor da Febem. Entraria ainda outras duas vezes. Na sexta-feira, 15 de janeiro, ela e outras cinco meninas jogaram suas trouxinhas pela janela do prédio. Um ursinho Puff de segunda mão e algumas camisetas compunham o espólio coletivo. Quando a porta se abriu para brincarem na pracinha – uma ficção de armações de ferro que há muito perdeu os balanços e as gangorras, uma ficção como a infância de todas elas – iniciaram sua jornada rumo à liberdade. Que passou na forma de um ônibus lotado para o centro de Porto Alegre.

No dia seguinte, a direção da casa informou ao plantão do Conselho Tutelar. Que anotou. Estava cumprido o trâmite burocrático. Por todo o final de semana, Camila e suas cúmplices de desamparo vagaram pelas pontes da cidade sem que ninguém as buscasse. Crianças sob a tutela do Estado vagando ao léu sem que ninguém chorasse a sua falta. Fazia calor no domingo, todo mundo lembra. Um calor tão pesado que quase se podia tocá-lo. Às 14h, de calcinha e camiseta, Camila e duas das fugitivas mergulharam no Guaíba na altura do parque Marinha do Brasil. Camila não sabia nadar. Debatendo-se como fez durante toda a vida, Camila, a senhora dos cruzamentos, submergiu.

Às 8h de segunda-feira, a notícia da fuga e da morte de Camila despertou a família. Vai ter que esperar porque ainda não abrimos a menina, informou o funcionário do Departamento Médico Legal à mãe quando ela foi recolher o corpo da filha. Camila foi enterrada na manhã de terça-feira, no caixão branco dos inocentes. A Febem pagou o enterro, pagou até uma capela funerária com ar-condicionado. Que lugar mais lindo, repetiam os familiares, assombrados com o espaço tão grande e tão verde da morte. Acompanhada por um séqüito de parentes de rostos derrotados, Camila foi enterrada no Jardim da Paz. No cortejo, um único terno. Puído e manchado, envergado por um homem em quem o sofrimento abriu sulcos no rosto. Um homem tentando agarrar a dignidade que escapava como o cós da calça maior que ele. No cortejo, nenhuma flor para Camila.

Talvez você lembre de Camila. Talvez não. Sua marca registrada, além da cantoria dos cruzamentos, eram os dedos indicador e médio eternamente na boca. Sua imagem desvalida não voltará a assombrar as janelas sob os sinais. Camila morreu. Mas o versinhos de Camila cruzaram o ar e semearam as esquinas. Não se iluda. Você não vai escapar. Há um exército de Camilas pela cidade. Haverá sempre uma delas tentando arrombar o vidro do carro com a urgência de sua fome. Camila morreu. Você, e eu também, somos cúmplices de sua morte. Nós todos a assassinamos. A questão é saber quantas Camilas precisarão morrer antes de baixarmos o vidro de nossa inconsciência. Você sabe? E agora, tio lindo, tia linda, o que vamos fazer?

*Texto de 23 de janeiro de 1999, compilado no livro "A Vida Que Ninguém Vê", de Eliane Brum.



Da obra *A vida que ninguém vê*.

ANEXO B – O SAPO

O SAPO

Eliane Brum

O mais incrível é que o Sapo estava ali havia 30 anos. E há mais de uma década nos cruzávamos na Rua da Praia. Minha cabeça no alto, a dele no rés do chão. Eu mirando seu rosto. Ele, os meus pés. Só dias atrás tive a coragem de me agachar e nivelar nossos olhares, subvertendo as regras do jogo de que ambos participávamos. Não nos reconhecemos.

Descobri que o nome dele é Alverindo. Ele soube que me chamo Eliane. Contou-me que os amigos o conhecem por “seu Vico”, e o povo da rua por Sapo. Por causa da eterna posição, lambendo com a barriga as pedras da rua.

Contei-lhe que sou jornalista e escreveria sobre ele. E então apertamos as mãos.

- Como o senhor está?
- **Com saúde e bastante preguiça. Preguiça, pra dizer bem a verdade, até por dentro dos olhos.**

- Como é a Rua da Praia aí de baixo?
- **Olha, é só perna. Um mar de pernas. Mas eu não vejo só perna, não. Vejo de tudo um pouco. Vejo coisa que nem devia...**

- O senhor é sem-vergonha...
- **Sou o tipo mais esquisito do mundo. Sou namorador. Meu único defeito é gostar de mulher.**

- Como o senhor perdeu a força das pernas?
- **Tinha três meses quando peguei uma gripe. Lá onde nasci, em Mariana Pimentel, 65 anos atrás. A mãe me deu chá quente. Aí bateu um vento e eu nunca caminhei.**

- Foi para a escola?
- **Meu pai me levou, longe, de carroça. Mas aí, no dia em que eu cheguei, um polaco me deu um beliscão. E eu tasquei o lápis na perna dele. E aí acabou-se a escola. Não voltei mais.**

- E como o senhor veio parar aqui no centro de Porto Alegre?
- **Saí de casa com 15 anos e ganhava a vida como peão. Tava capinando mandioca quando apareceu um motorista de ônibus. Ele perguntou se eu queria mudar de vida. Me trouxe de ônibus na Borges por três dias. Eu nunca mais saí do centro e nunca mais botei a mão numa enxada.**

Sapo, como a maioria dos pedintes do centro, não está lá sozinho. É longa – e invisível – a rede que se estende por trás de cada um deles. Sapo tem uma espécie de segurança e motorista, Rogério Rodrigues, 53 anos, e uma namorada, Márcia Luiza dos Santos Carvalho, 34 anos. Os dois o acompanham durante a jornada, de segunda a sexta, das 9h às 18h. Às vezes também no sábado.



Rogério era taxista, 35 anos de trânsito, e costumava levar Sapo para casa, na Vila São Francisco, em Guaíba. Teve uma ameaça de enfarte e os dois fizeram um acordo. Ele, aparelho celular na cintura, protege Sapo na guerra do Centro, pela comida e mais uns R\$ 15 por dia. Quando Sapo ganha bem, Rogério o leva para casa por R\$ 30. Quando não ganha o suficiente, Sapo tem de ir embora de ônibus. Na maioria dos dias, Rogério recebe, pelo “trabalho”, uns R\$ 45. No fim do mês embolsa perto de mil reais. Márcia, mais conhecida como Baixinha, não. É a companheira de Sapo. Ela cuida dele, faz comida, dá banho, lava a roupa no barraco de duas peças. Em troca, ele sustenta a mulher e suas quatro filhas, no casebre ao lado.

Sapo deposita ainda dinheiro no banco, para os dias em que a laje da Rua da Praia ameaça virar lápide, tão gelada está. Quanto ganha é um segredo que prometi guardar.

- O senhor gosta de estar aqui?
- **Todo mundo me conhece. Não sou ladrão. Não sou bandido.**

- Quem dá mais dinheiro? Os homens ou as mulheres?
- **Deus botou um coração mole na mulher. Elas me dão de cinco, de dez. Os homens, só moedinha. As mulheres não, me enchem o bolso.**

- O que faz nos finais de semana?
- **Bebo uma brahminha e como um pedaço de carne.**

- O senhor tem pena de estar aqui, deitado na rua?
- **Tenho pena dos cegos. Eles dão cada pechada... Deus me tirou as pernas, mas me deu um ganha-pão.**

- É verdade que o senhor está aqui há 30 anos?
- **Tô aqui desde o tempo daquele dinheiro cor de abóbora. Como era o nome mesmo?**

- Não lembro. E qual é a melhor de todas as moedas que os economistas inventaram?
- **Aquela que a gente ganha.**

- O senhor trabalha no inverno e no verão?
- **No inverno não, a laje fica muito fria. Sou igual formiga. Trabalho no verão para ter no inverno.**

- E onde guarda o dinheiro?
- **Na barriga. E no banco.**

Da obra *A vida que ninguém vê*.



ANEXO C – ENTERRO DE POBRE

ENTERRO DE POBRE

Eliane Brum

Não há nada mais triste do que enterro de pobre. Porque o pobre começa a ser enterrado em vida. Quem diz é Antonio, um homem esculpido pelo barro de uma humildade mais antiga do que ele. Um homem que tem vergonha até de falar e, quando fala, teme falar alto demais. E quando levanta os olhos, tem medo de ofender o rosto do patrão apenas pela ousadia de erguê-los. Quem diz é Antonio Antunes. Ele acabara de sepultar o caixão do filho cujo rosto desconhece. O bebê de 960 gramas que morreu ainda no ventre da mãe. Antonio quis espiar a face do filho por um momento, mas a funcionária que foi buscar acriança na geladeira não deixou. Antonio tinha comprado uma roupinha de sete reais no centro de Porto Alegre para que o filho não fosse sepultado nu como um rebento de bicho. Mas não pôde vesti-lo. Restou a Antonio o caixãozinho branco que ninou nos braços até a cova número 2026 do Campo Santo do Cemitério da Santa Casa.

Quando a terra cobriu a cova rasa do filho, o pai soube que seu coração permaneceria insepulto. Porque Antonio Antunes descobriu naquele momento que uma cova rasa em um caixão doado, semeado em um cemitério de lomba, seria o destino dele, dos filhos que sobreviveram e dos netos que ainda estão por vir. Como foi a sina dos seus pais e dos seus avós antes dele. E foi ao alcançar o sopé do Campo Santo, depois de enterrar o filho sem nome, que Antonio pronunciou a sentença com a cabeça baixa e a chama dos olhos extinta pelas lágrimas. E por um rosário de sofrimentos que é muito capaz de ter começado ainda antes da descoberta do Brasil. Antonio Antunes disse:

-Esse é o caminho do pobre.

E disse com tal dor, com tal desesperança, que a frase açoitou o cemitério da pobreza. Porque uma frase só existe quando é a extensão em letras da alma de quem a diz. É a soma das palavras e da tragédia que contém. Se não for assim, é só uma falsidade de vogais e de consoantes, um desperdício de som e de espaço. E foi com tal dor que Antonio a pronunciou que até o sabiá que cantava do outro lado do muro silenciou, como se adivinhasse que a frase de morte era a vida de um homem.

Esse texto poderia acabar aqui, porque tudo já estaria dito. Mas às vezes é preciso contar uma história de mais de um jeito para que seja entendida por inteiro.

Não há nada mais triste do que enterro de pobre porque não há nada pior do que morrer de favor. Não há nada mais brutal do que não ter de seu nem o espaço da morte. Depois de uma vida sem lugar, não ter lugar para morrer. Depois de uma vida sem posse, não possuir nem os sete palmos de chão da morte. A tragédia suprema do pobre é que nem com a morte escapa da vida.

Foi isso que Antonio Antunes, o abatedor de árvores, compreendeu. E foi isso que terminou de arrebatá-lo. Porque era só o começo e porque não tinha fim. Apenas repetição. Porque homens como Antonio nascem e morrem do mesmo jeito. E, nesse sentido, o bebê que não viveu apenas economizou tempo, abdicando do hiato entre todas as formas de morte reservadas a ele na vida.

Para entender o fim, é preciso compreender o início. Antonio deixou o cemitério sem dinheiro para o ônibus da volta. Como não tinha para o da ida. Conduzido pela cunhada que o hospedava na capital, porque Antonio veio de uma cidade da região carvoeira. Ele descascava eucalipto numa sexta-feira quando a mulher sentiu a quentura do sangue escorrendo pelas pernas. Ela velava pela saúde da filha de seis anos, uma meninazinha que jamais caminhou, quando avisou a moça do hospital do que se passava no ventre. Foi despachada para casa, com a explicação de que não era nada.

O sábado mal tinha nascido quando Antonio carregou a mulher de volta à casa da saúde. No final da manhã, quando pouco tinha sido feito, Antonio venceu sua humildade atávica e ameaçou chamar a polícia. Então exportaram os dois a Porto Alegre, onde chegaram tarde demais. Salvaram a mãe, o bebê estava morto. Desde quando, não se sabe. No domingo, o filho de cinco anos, que como a irmã nunca caminhou, desembarcou da ambulância para a UTI de um hospital da capital. Descobria-se que estava com pneumonia quando há dias era tratado para outra coisa. E lá continua até hoje, com o pai duelando no saguão contra a morte.

A segunda-feira mal havia nascido quando Antonio foi cuidar do enterro de um, despistando a morte que já rondava o outro. Passou a segunda-feira entre o hospital e o cartório, mais de uma viagem de ida e mais de uma de volta, porque no hospital esqueceram o carimbo e a assinatura do médico para o atestado de óbito. E tudo isso quilômetros a pé, porque dinheiro para a passagem não tinha. E tudo isso de estômago vazio, porque dinheiro para o almoço não tinha. E tudo isso com a cunhada que há 15 dias perdera seu próprio bebê nascido morto. Com a cunhada que há 15 dias já tinha sepultado seu próprio filho no mesmo Campo Santo. E entre a segunda e a terça-feira, apenas uma refeição de arroz com repolho.

Nada se encerrou para Antonio Antunes quando chegou ao sopé do morro do cemitério e pronunciou a frase de sua vida. Acabara de sepultar o filho que dificilmente morreria se o pai não fosse pobre. Em um caixão doado, numa cova emprestada, no campo de lomba do único cemitério que acolhe pobre em toda a capital do estado. E que só por isso já merece a gratidão eterna de todos os Antonios.

Nada se encerrou para Antonio porque ele sabe que em breve estará de volta. E será tudo como foi. Como sempre foi, na morte como na vida. Deixa para trás o filho sem nome, sepultado numa cova rasa, sem padre e sem for. Porque a cova de pobre tem menos de sete palmos, que é para facilitar o despejo do corpo quando vencer os três anos do prazo. Então é preciso dar lugar a outro pequeno filho de pobre por mais três anos. **E assim sucessivamente há 500 anos.**

Debaixo de cada uma das mais de duas mil cruzeiras semeadas na terra fofa do Campo Santo há uma sina como a de Antonio. Para entender o resto da história que ainda virá é preciso conhecer o que é a morte do pobre. É necessário compreender que a maior diferença entre a morte do pobre e a do rico não é a solidão de um e a multidão do outro, a ausência de flores de um e o fausto do outro, a madeira ordinária do caixão de um e o cedro do outro. Não é nem pela ligeireza de um e a lerdeza do outro.

A diferença maior é que o enterro de pobre é triste menos pela morte e mais pela vida.

[26 de junho de 1999]

Da obra *A vida que ninguém vê*.

ANEXO D – UMA HISTÓRIA DE LUZ

Quando morreu, ele tinha umas poucas roupas usadas demais, uma flauta doce e uma pasta onde guardava sua certidão de nascimento, a carteira de identidade e recortes de jornais. Na parte de dentro da capa desta pasta, ele escrevera: “Luciano Felipe da Luz – jornalista e jornaleiro do Boca de Rua”. Tudo estava ali. Com esta frase ele se inscreveu no mundo e morreu como um homem. Só pôde morrer como um homem porque viveu como um.

A frase que ele escolhera para se identificar, para atravessar o espaço e quebrar com palavras a ausência de si, é a chave para acessar a vida que se foi mas fica no registro. Quem apenas decodificasse a frase sem conseguir lê-la, poderia se enganar com o legado do homem-garoto. Num olhar superficial, ele era um menino que morria cedo, aos 20 e bem poucos anos. Tinha marcas demais no corpo, toda uma existência contada ali em cicatrizes de facadas, de surras, de picadas, um mostruário completo de todas as formas de violência inventadas, um mostruário da humanidade contada pelas suas tripas. Tanto em tão pouco, uma confusão que a vida faz com o tempo e o espaço.

Mas tudo que estava ali contado nas cicatrizes daquele corpo no necrotério só existia porque ele tinha se tornado “Luciano Felipe da Luz – jornalista e jornaleiro do Boca de Rua”. Era no conteúdo da pasta que ele nomeava, nos recortes de jornal que ele escrevia com outros garotos com destinos parecidos, mas jamais iguais, que ele havia se tornado o homem que morreu.

Dito de outra maneira. Ele havia nascido Luciano Felipe da Luz. Mas só se tornou Luciano Felipe da Luz ao começar a escrever-se no jornal. Ao escrever-se, ele tornou-se homem. E só se completou homem porque passou a ser lido como homem. Esta é a sutileza de sua identidade – “Luciano Felipe da Luz – jornalista e jornaleiro do Boca de Rua”. Ao colocar no mesmo patamar o jornalista e o jornaleiro, ele intuiu que escrever e ser lido eram partes do mesmo mistério. Como jornalista ele se escrevia, como jornaleiro ele se fazia ler. Luciano Felipe da Luz eliminara ali, na frase do seu legado, a mercadoria. Ele, que até então havia sido a sobra do capitalismo.

O que faz de um homem um homem? O que nos faz o que somos? A narrativa, a capacidade de nos contarmos. Mas não só. O tornar-se homem só se completa na possibilidade de ser lido, no reconhecimento da história de cada um

pelo outro. É naquele reconhecimento que vemos nos olhos de quem amamos ao acordar que nos humanizamos, que nossa humanidade se reedita a cada manhã. Por isso nenhum homem pode ser uma ilha – na frase perfeita que já se tornou um clichê. Porque só somos no outro. E o outro só é em nós.

Quem era Luciano Felipe da Luz antes de tomar posse do seu corpo pela escrita? Era Mercedes. Ganhou este nome por causa do caminhão Mercedes Benz que o atropelou um dia. Não tinha sido o único atropelamento. Ele fora atropelado 12 vezes. Numa delas, ganhou este batismo tão literalmente das ruas. Sem reconhecimento, seu corpo levou ainda um tiro na cabeça, algumas facadas e mais tarde foi assinalado também pelas marcas da Aids.

Arrastando seu corpo sem palavras pelas ruas de Porto Alegre, Mercedes não era visto. Há várias formas de não ver um outro. Infelizmente exercitamos todas elas e sempre inventamos uma nova. Deixamos de reconhecer um homem – no homem – quando pensamos que sua dor não nos diz respeito. É só ao desconhecer o outro como um igual que a desigualdade de condições de vida se torna aceitável. Comum, banal e principalmente alheia a nós.

Com Mercedes era assim, um menino que cresceu nas ruas sem ser visto. Quando era visto, era sempre pelo olhar da violência. Do nosso, que não o enxergava, de outros que como ele disputavam os restos da rua, da polícia que o espancava. Tudo o que conhecia era ser marcado por esta violência, por um olhar que não o via. Porque entre as piores formas de não ver alguém está aquela que só enxerga seu estereótipo. No caso dele, um garoto de rua, um maloqueiro, um vagabundo, um sujo, um feio, um malvado. Um problema para as autoridades, uma mazela social para os especialistas, um estorvo que atrapalha o tráfego e suja as calçadas para a maioria. Não causa espanto que, sendo assim, Mercedes tenha sido atropelado tantas vezes, inclusive uma delas por um caminhão Mercedes Benz.

O que causa espanto é que Luciano Felipe da Luz tenha sobrevivido a todos os atropelamentos, inclusive o do seu batismo. Mais tarde, quando ele começou a se contar pela palavra (e não apenas pelas cicatrizes no corpo), dizia que era “filho da luz”. Se uma interpretação parcial dos fatos mostrava que ele era filho do abandono – de vários abandonos –, ele se agarrava ao fio do sobrenome e com ele construiu uma outra verdade narrativa que repetia nas ruas: “Eu sou filho da luz”. Este parto de palavras pode ter dado a ele uma maternidade que lhe permitiu viver dentro dos seus possíveis. A narrativa que fez de sua origem deu a ele uma mãe que era luz. E

com o que pareceria pouco para muitos, Luciano Felipe da Luz desfez parte de suas trevas.

Quando duas jornalistas, Clarinha Glock e Rosina Duarte, começaram a inventar um jornal escrito e vendido por garotos de rua em Porto Alegre, encontraram-no estirado na calçada junto às paredes de um colégio de elite onde guardava carros. Sujo, chapado e esquecido de si. Devagar, bem aos poucos, ele foi se agarrando a este fio que permitia a vida – esta maternidade narrativa que dava a luz e não a morte. Sem negar o Mercedez que era parte dele, resgatou-se como Luciano. Parecia pouco, era tudo. O suficiente para cuidar do seu corpo, agora que ele era constituído também por palavras, estas cicatrizes da alma.

Agora que não o viam mais como resto, mas como “jornalista e jornaleiro”. Agora que ele se apresentava diante do cidadão com seu crachá de jornalista e jornaleiro e oferecia o jornal que ele também escrevia. Senhor, senhora, meu nome é Luciano Felipe da Luz e eu tenho uma história. Pela primeira vez, então, dois mundos dialogavam sem medos mútuos. E descobriam que só as palavras atravessam pontes. São gestos no ar.

Infelizmente não para ninguém, mas para a humanidade inteira, a Aids já o devastava há tempo demais e o cuidado com um corpo que agora podia ser marcado também pelo amor só o roubou pouco tempo mais da morte – o que não é pouco, mas também é. Morreu na luz. No Campo Santo, a parte do cemitério reservada aos pobres, foi sepultado pelos amigos e colegas do jornal. Que perguntaram ao coveiro porque ele, como todos ali, era apenas uma cruz com número – sem foto nem nome. A resposta era que ali os corpos eram enterrados com menos de sete palmos e desenterrados depois de algum tempo para dar lugar a outro corpo de pobre.

Decidiram então registrar sua vida por escrito no jornal – e assim Luciano Felipe da Luz morreu como um homem que viveu, morreu inscrito na história. Antes, eles apenas desapareciam, invisíveis na morte como na vida. Agora, homens como ele, jornalistas e jornaleiros, morrem. E isso é um jeito de permanecer como vida.

Luciano Felipe da Luz, jornalista e jornaleiro do Boca de Rua, ficaria feliz ao saber que um dia, depois da sua morte, seus colegas de jornalismo e jornaleirismo fizeram também um filme. Nele, apresentavam Porto Alegre aos moradores de rua de São Paulo. Numa das exposições, no Centro Cultural Santander, na capital gaúcha, um espaço cultural muito valorizado e simbolicamente dentro do cofre de um antigo

banco, foram barrados ao chegar. Ensinado a interceptar roupas velhas e pobres, o segurança intimou: “Quem são vocês?”. Um deles se adiantou: “Nós somos os autores”. E entraram.

Sim, eles são autores. Como autores podem viver. Como dizia Luciano Felipe da Luz: “A minha vida é sempre a sua. Se liga gente boa”.

Da obra *A menina quebrada*.

ANEXO E – A MENINA QUEBRADA

A menina quebrada

Uma carta para Catarina, que descobriu que até as crianças quebram

ELIANE BRUM

Era uma festa. Comemorávamos a vinda de um bebê que ainda morava na barriga da mãe. Eu havia acabado de segurá-la para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim. Ela tentava colocar o dedo gorducho no buraco para que a água se espalhasse, como tinha visto uma criança mais velha fazer. Parecia encantada com a possibilidade de controlar a água. Tem 1 ano e oito meses, cabelos cacheados que lhe dão uma aparência de anjo barroco e uns olhos arregalados. Com olheiras, Catarina é um bebê com olheiras, embora durma bem e muito. De repente, ela enrijeceu o corpo e deu um grito: “A menina.... A menina.... Quebrou”.

Era um grito de horror. O primeiro que eu ouvia dela. Animação, manha, dor física, tudo isso eu já tinha ouvido de sua boca bonita. Aquele era um grito diferente. Não parecia um tom que se pudesse esperar de alguém que ainda precisava se esforçar para falar frases completas. Catarina estava aterrorizada. “A menina... A menina...” Ela continuava repetindo. Olhei para os lados e demorei um pouco a enxergar o que ela tinha visto em meio à tanta gente. Uma garota, de uns 10, 12 anos, talvez, com uma perna engessada. “Quebrou...” Catarina repetia. “A menina... quebrou.”

Ela não olhava para mim, como costuma fazer quando espera que eu esclareça alguma novidade do mundo. Era mais uma denúncia. Pelo resto da festa, ela gritou a mesma frase, no mesmo tom aterrorizado, sempre que a menina quebrada passava por perto. Nos aproximamos da garota, para que Catarina pudesse ver que ela parecia bem, e que os amigos se divertiam escrevendo e desenhando coisas no gesso, mas nada parecia diminuir o seu horror. Os adultos próximos tentaram explicar a ela que era algo passageiro. Mas ela não acreditava. Naquele sábado de janeiro Catarina descobriu que as pessoas quebravam.

Eu a peguei, olhei bem para ela, olho no olho, e tentei usar minha suposta credibilidade de madrinha: “A menina caiu, a perna quebrou, agora a perna está colando, e depois ela vai voltar a ser como antes”. Catarina me olhou com os olhos escancarados, e eu tive a certeza de que ela não acreditava. Ficamos nos

encarando, em silêncio, e ela deve ter visto um pouco de vergonha no assoalho dos meus olhos. Era a primeira vez que eu mentia pra ela. E dali em diante, ela talvez intuísse, as mentiras não cessariam. Naquela noite, depois da festa, fui dormir envergonhada.

O que eu poderia dizer a você, Catarina? A verdade? A verdade você já sabia, você tinha acabado de descobrir. As pessoas quebram. Até as meninas quebram. E, se as meninas quebram, você também pode quebrar. E vai, Catarina. Vai quebrar. Talvez não a perna, mas outras partes de você. Membros invisíveis podem fraturar em tantos pedaços quanto uma perna ou um braço. E doer muito mais. E doem mais quando são outros que quebram você, às vezes pelas suas costas, em outras fazendo um afago, em geral contando mentiras ou inventando verdades. Gente cheia de medo, Catarina, que tem tanto pavor de quebrar, que quebram outros para manter a ilusão de que são indestrutíveis e podem controlar o curso da vida. E dão nomes mais palatáveis para a inveja e para o ódio que os queima. Mas à noite, Catarina, à noite, eles sabem.

E, Catarina, você tem toda a razão de duvidar. Depois de quebrar, nunca mais voltamos a ser como antes. Haverá sempre uma marca que será tão você quanto o tanto de você que ainda não quebrou. Viver, Catarina, é rearranjar nossos cacos e dar sentido aos nossos pedaços, os novos e os velhos, já que não existe a possibilidade de colar o que foi quebrado e continuar como era antes. E isso é mais difícil do que aprender a andar e a falar. Isso é mais difícil do que qualquer uma das grandes aventuras contadas em livros e filmes. Isso é mais difícil do que qualquer outra coisa que você fará.

Existe gente, Catarina, que não consegue dar sentido, ou acha que os farelos de sentido que consegue escavar das pedras são insuficientes para justificar uma vida humana, e quebra. Quebra por inteiro. Estes você precisa respeitar, porque sofrem de delicadeza. E existe gente, Catarina, que só é capaz de dar um sentido bem pequenino, um sentido de papel, que pode ser derrubado mesmo com uma brisa. E essa brisa, Catarina, não pode ser soprada pela sua boca. Ser forte, Catarina, não é quebrar os outros, mas saber-se quebrado. É ser capaz de cuidar de seus barcos de papel – e também dos barcos dos outros – não como uma criança que os imagina poderosos, de aço. Mas sabendo que são de papel e que podem afundar de repente.

Não, acho que eu não poderia ter dito isso a você, Catarina. Não naquela noite, não agora. Ao lhe assegurar, cheia de autoridade de adulto, que tudo estava bem com a menina quebrada, com qualquer e com todas as meninas quebradas, o que eu dei a você foi um vislumbre da minha abissal fragilidade. Esta, Catarina, é uma verdade entre as tantas mentiras que lhe contei, ao tentar fazer com que acreditasse que eu seria capaz de proteger você. Vai chegar um momento, se é que já não houve, em que você vai olhar para todos nós, seus pais, seus “dindos”, seus avós e tios, e vai perceber que nós todos vivemos em cacos. E eu espero que você possa nos amar mais por isso.

Essa conversa, Catarina, está apenas adiada. Talvez, daqui a alguns anos, você precise me perguntar como se faz para viver quebrada. Ou por que vale a pena viver, mesmo se sabendo quebrada. E eu vou lhe contar uma história. Ela aconteceu alguns dias depois daquela festa em que você descobriu que até as meninas quebram. Nós estávamos na fila do caixa do supermercado perto de casa, com uma cesta cheia de compras, e havia um homem atrás de nós. Era um homem vestido com roupas velhas e sujas, parte delas quase farrapos. E ele cheirava mal. Poderia ser alguém que dorme na rua, ou alguém que se perdeu na rua por uns tempos. Ficamos com medo de que o segurança do supermercado tentasse tirá-lo dali, ou que a caixa o tratasse com rispidez, ou que as outras pessoas na fila começassem a demonstrar seu desconforto, como sabemos que acontece e que jamais poderia acontecer. Enquanto pensávamos nisso, ele nos abordou. E pediu, com toda a educação, mas com os olhos dolorosamente baixos: “Por favor, será que eu poderia passar na frente, porque tenho pouca coisa?”.

Quando lhe demos passagem, vimos que o homem não tinha pouca coisa. Ele só tinha uma. Sabe o que era, Catarina?

Um sabonete. Era o que havia entre as mãos de unhas compridas e sujas, junto com algumas moedas e notas amassadas, como em geral são as notas que valem pouco. Aquele homem, que parecia ter perdido quase tudo, aquele homem talvez ainda mais quebrado que a maioria, porque tinha perdido também a possibilidade de esconder suas fraturas, o que ele fez? Quando conseguiu juntar uns trocados, o que ele escolheu comprar? Um sabonete.

Catarina, talvez um dia, daqui a alguns anos, você volte a me olhar nos olhos e a dizer: “A menina... quebrou”. Ou: “Eu... quebrei”. E talvez você me pergunte

como continuar ou por que continuar, mesmo quebrada. E eu vou poder lhe dizer, Catarina, pelo menos uma verdade: “Por causa do sabonete”.

Da obra *A menina quebrada*.

ANEXO F – O DIA EM QUE A CASA FOI EXPULSA DE CASA

O dia em que a casa foi expulsa de casa (14/09/2015)

A maior liderança popular do Xingu foi arrancada do seu lugar pela hidrelétrica de Belo Monte, a obra mais brutal – e ainda impune – da redemocratização do Brasil



Fotos: Lilo Clareto

Antonia Melo foi encurralada. Por seis meses o tempo da sua vida esteve marcado pelo som das máquinas botando abaixo a vizinhança da Sete de Setembro, o nome da rua só mais uma ironia. Ela estava ali, sitiada, testemunhando o mundo que ajudou a construir ser violado e convertido num cenário de Faixa de Gaza. Ela, seus filhos, seus netos. E o barulho da destruição avançando, cercando, soterrando também as conversas, fincando seus braços robóticos nas palavras, matando frases inteiras. Um dia chegou em casa e descobriu os escombros do muro dos fundos, derrubado junto com um pedaço da floresta que tinha como quintal. Num calor que pode beirar os 40 graus, já não havia energia elétrica suficiente para ligar a geladeira. Antonia foi sendo asfixiada aos poucos, menos ar a cada dia. Mas ainda assim o povo banido das ilhas da Volta Grande do Xingu, dos baixões de Altamira, continuava entrando pelo seu portão sempre aberto, desviando das crateras, saltando sobre os destroços com as havaianas que parecem ter nascido já gastas naqueles pés. “Dona Antonia, dona Antonia, como tiram da gente uma casa?”. Essas milhares de famílias cuspidas de seus lares pela hidrelétrica de Belo Monte fizeram

de Antonia Melo o seu endereço. Lá, até o fim, encontravam uma cadeira, um copo de água entre árvores de sombra, e os ouvidos de Antonia, um par de orelhas que ela fez braços e abraço ao escutar os que ninguém mais escutava. Sem rumo, confinados em bairros longe de tudo que conheciam, em residências todas iguais, feitas para não durar, a maioria sem pouso algum, arrancados pela raiz e jogados fora, esses homens, mulheres e crianças esculpido pelo sol amazônico tinham em Antonia Melo a sua casa. A maior liderança popular viva do Xingu tornara-se o único ponto de reconhecimento num mapa rasgado por uma guerra talvez pior, porque não nomeada. Na sexta-feira, 11 de Setembro de 2015, a casa foi expulsa de casa.



O que é uma casa, minha senhora?, repito a pergunta que tanto escuto pelas ruas de Altamira, no Pará, na boca de gente que já não encontra o destino dos pés.

O rugido da demolição morde as palavras de Antonia Melo, mas não consegue silenciá-la:

– Dinheiro nenhum paga uma casa. Primeiro, porque eu não estava vendendo minha casa, não coloquei nela nenhuma placa de venda. Eu nunca pensei em sair daqui, de jeito nenhum. Aqui é o lugar que eu escolhi pra morar, criei os meus filhos. A maioria deles nasceu aqui, cresceu aqui. Hoje tenho os netos que nasceram aqui e já estão crescendo aqui. Então, indenização nenhuma paga a casa de uma pessoa. A casa que eu vou comprar com esse dinheiro nunca será a minha casa. Uma casa é como plantar uma árvore. As raízes vão profundamente embaixo da terra, lá embaixo elas se agarram, para que vento, vendaval, tempestade, e até mesmo uma alagação, não a derrubem. As raízes de uma casa são bem profundas. Os filhos e os netos vão embora, mas a casa fica. E a gente embeleza a casa com a natureza, com as árvores, com o que a gente gosta. E embeleza também com as

árvores que dão alimento. Eu plantei com as minhas mãos todas as belezas que estão aqui e que hoje me dão frutos e me dão forças pra resistir ao barulho dos tratores derrubando tudo. Uma dessas árvores é o açazeiro. Aprendi a amar o açaí, o vinho, o suco mais saboroso que já tomei dentro e fora do Brasil. Mas tem o cupuaçuzeiro, de cupuaçu, e a mangueira, que dava tantas mangas e tão saborosas que eu botava na calçada para os vizinhos e quem passasse pegar. Uma casa é isso, é onde a gente se sente feliz, mesmo sem ter dinheiro. Estar dentro da sua casa é ser grande.

O rosto de Antonia Melo é salgado por um choro lento. Ela tenta interrompê-lo, mas não foi feita para barrar rios.

– Mesmo que seja destruído aqui, como vai ser destruído, ninguém vai poder negar a minha casa. Eles tiraram parte dos meus sonhos. Há uma lacuna dentro de mim, eu nunca mais vou ser a mesma. Mas a casa, mesmo destruída, ela continua aqui. Mesmo que ninguém mais a enxergue, aqui continua sendo a minha casa.

Antonia Melo é atravessada por uma voz no portão. Um homem ignorou a vizinhança aos pedaços para oferecer seus serviços. “Bom dia, senhora. Tá precisando de dedetização?” Antonia precisa, mas não desse tipo. Agradece. E o homem vai embora, saltando pedaços de paredes com suas sandálias, habituado a um Brasil que para ele nunca foi plano.

– Eu estou perdendo a minha casa, estou perdendo o rio, perdendo tudo. Essa perda, assim, é de uma vida que era, que tinha um objetivo, que tinha um sonho, que tinha um projeto. Eu não me sinto bem quando eu vou ao rio, vejo o que está acontecendo, as ilhas derrubadas. Não. A minha casa é tudo isso. Era. O rio livre. As ilhas lindas, verdes. Pra mim, é tudo ligado. É uma tristeza só.



A casa, as ilhas, o rio, hoje são um pretérito. Um era. Antonia Melo volta a chorar, antes de agarrar-se mais uma vez ao fio das palavras. O que é uma casa senão o corpo inviolável de alguém, minha senhora? Me diga, como se faz para partir de si mesma?

– As coisas materiais são as que têm menos valor. Uma cadeira, uma cama, uma estante. O valor é insignificante pra mim. Porque o valor significativo, que nunca vai se acabar, é esse sentimento... (ela silencia e por um tempo só se ouve o barulho das máquinas). O valor significativo é essa certeza de que aqui eu era feliz. Porque eu ajudei a construir isso aqui. É diferente de sair daqui e comprar uma casa pronta, uma casa que você não fez parte da construção. Aqui eu construí, é uma pertença muito grande. As mãos, a cabeça... o pensamento está todo aqui. É a pertença. Por isso que é difícil e é doloroso as pessoas serem arrancadas da sua casa na beira do Xingu. Lá, pertencia. Então, é doloroso, é uma coisa que ninguém nunca esquece. Nunca esquece, pro resto da vida. Estão me arrancando daqui, tentando apagar a memória, a vida. Belo Monte é isso, é arrancar todas as formas de vida, até que mesmo a memória seja apagada para sempre, até que não exista nenhuma raiz. O governo é um mata-memórias.

No ano passado, Antonia Melo, a maior árvore do Xingu, quase perdeu o coração. Ela já havia visto companheiros de luta como Dema, Brasília e Dorothy Stang tombarem a tiros por sua luta pela floresta e pelo rio. Ela já entrou várias vezes na lista de ameaçados de morte por conflitos de terra na Amazônia, vivendo dia após dia sob a sombra da pistolagem. Um de seus melhores amigos, o bispo do Xingu, Dom Erwin Kräutler, vive há uma década com escolta policial para não ser assassinado. Mas talvez nada tenha violado tanto Antonia Melo quanto Belo Monte e o seu rastro de crimes, porque ao longo dos últimos anos ela testemunhou a violação recorrente da lei e a impunidade como um direito adquirido. Essa perversão provoca naquele que a experimenta uma sensação de impotência brutal. A violência parece ter ganhado uma dimensão tamanha dentro e fora de Antonia Melo que já não podia ser simbolizada. Virou uma literalidade que perfurou o coração de uma mulher que a tudo havia resistido. Ela precisou ser levada a São Paulo, onde foi submetida a uma cirurgia e a um prolongado tratamento, para que pudesse salvar a sua vida. Seu coração bate. Ela respira. Mas algo foi arrancado dela para sempre, e esse pedaço faltante é uma presença visível. Antonia carrega uma ausência que agora também é a da casa, onde já não existe mais porta para bater.

Depois de salvar seu coração, Antonia Melo empreendeu uma viagem em busca da memória. Partiu no encalço da casa e dos parentes do pai, Gentil, e da mãe, Elisa. Nordestinos, cearenses, primos, eles haviam se casado e sobreviviam na base da meia, dando metade do que colhiam para o dono da terra, no vizinho Piauí. Era muito suor para tão pouca chance de sonhar. E quando tinham oito dos 13 filhos, entre eles Antonia, uma menina de quatro anos, partiram para a nova terra prometida, a Amazônia. Como tantos brasileiros migrantes, antes e depois deles, a família de Antonia buscava uma fronteira em que houvesse terra para pobre. Antonia enraizou-se no Xingu, mas quando a floresta e o rio passaram a ser destruídos pra virar lago de Belo Monte, ela precisou escavar raízes mais antigas. Trouxe da casa da sua infância, no Piauí, uma pedra e sementes de buriti. E da casa onde a mãe nasceu, no Ceará, carregou sementes de manga. Essa viagem-travessia foi a terra onde plantou seu agora frágil coração.



– Até o final do ano começo a escrever a minha história. Dar vida à história, né? Não vão ser palavras que se falou e o vento levou e ninguém mais vai lembrar. Escrever é dar vida a uma história, a um personagem, a uma pessoa, a um lugar... a um espaço. É provar que existiu. E que essa vida não foi uma vida por acaso. Ela tem um significado. Ela tem um sentido.



Um homem entra pelo portão. O peso da carga que carrega faz suas costas vergarem. “Quer uma rede boa e barata na promoção?” Não, meu senhor, já não haverá paredes nem árvores para uma rede. “É uma rede abençoada, senhora.” Já não há bênçãos na terra violada. Ele também parte desviando dos escombros, enredado num mundo em que as pontas já não se amarram.

O desencontro entre Brasis tornou-se trágico no processo de expulsão das famílias por Belo Monte. A empresa concessionária, a Norte Energia, e o governo federal preferem dar a essa ação o nome técnico de “remoção”, vocábulo neutro de onde o conteúdo violento é esvaziado. Para os prepostos da Norte Energia, casa era apenas o “seu” conceito de casa. Um deles chegou a afirmar, demonstrando uma ignorância –ou uma conveniência– quase do tamanho da usina: “Uma moradia é uma moradia. Todo mundo sabe o que é”. E, assim, muitos tiveram suas casas consideradas não casas, e portanto não indenizadas, porque não atendiam ao padrão de “moradia” do “empreendedor”, o termo com o qual o Brasil contemporâneo passou a blindar a palavra “colonizador”. Nas grandes obras do governo na Amazônia, recusar a lavagem das palavras é um ato de resistência. Antonia Melo sabe disso como poucos. Belo Monte arrancou a maior árvore do Xingu, mas ainda assim não conseguiu tombá-la.



– Cada vez que eu olho o que eles estão fazendo, destruindo as casas, destruindo o rio, destruindo as vidas, mais eu me fortaleço nessa resistência, mais eu crio coragem e forças pra dizer “não” e continuar resistindo. Para mim, Belo Monte não é fato consumado. Eu luto contra esse modelo de destruição e morte de gerar energia, luto contra esse modelo chamado desenvolvimento. Belo Monte é um

crime contra a humanidade. Eu não posso voltar atrás. Não posso. Não devo, jamais, nenhuma vírgula. Nem que um dia chegue a ser só eu. Mas continuarei na resistência.

Só uma outra vez eu havia testemunhado Antonia Melo chorar. Ela narrava o dia, no início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em que se encontrou com Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia. Parte dos movimentos sociais da região tinha acabado de descobrir que fora atraída pelo Partido dos Trabalhadores. A tenebrosa usina do Xingu, que nem a ditadura civil-militar havia conseguido tirar do papel, por conta da enormidade da resistência dos povos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores, tinha sido colocada de novo em pauta. Antonia estava no grupo de lideranças que viajou até Brasília para se encontrar com Dilma Rousseff. Quando ela começou a expor suas preocupações, Dilma interrompeu-a com um murro na mesa. E um berro: “Belo Monte vai sair”. A ministra, que depois seria presidente, levantou-se, deu as costas a todos e foi embora, deixando-os ali, atônitos. Era o primeiro sinal de que Belo Monte atropelaria todas as leis e marcaria a maior traição do PT à sua base social na Amazônia.

Mais de uma década depois, Belo Monte é um monstro alienígena esmagando o Xingu com suas patas de concreto, aniquilando milhares de vidas humanas, animais e vegetais. Belo Monte foi erguida no mítico Xingu violando a Constituição, apesar das mais de duas dezenas de ações movidas pelo Ministério Público Federal e ignoradas por parte do Judiciário. A arquitetura política e econômica da mega-hidrelétrica, uma obra que saltou de 19 bilhões de reais para um valor estimado em 33 bilhões de reais, hoje também investigada pela operação Lava Jato, da Polícia Federal, tem tentáculos que não se sabe o quão longe podem chegar.

Hoje, a Norte Energia espera apenas que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) dê a Licença de Operação da usina, mesmo sem que a empresa tenha cumprido as medidas obrigatórias de redução e de compensação do impacto, aquilo que na linguagem dos técnicos se chama de “condicionantes”. Se o IBAMA o fizer, violando a lei pela derradeira vez, em plena democracia, pode responder por isso na Justiça. Ou na História, nome por nome. Ainda assim, a Licença de Operação é dada como certa e até mesmo a data já circula de boca em boca nos bastidores. Esta é a questão a ser respondida: um governo cada vez mais fragilizado, a presidente ameaçada de impeachment, a

maioria dos donos das construtoras na cadeia por corrupção e as violações da obra visíveis até mesmo para quem antes as negava – e ainda assim a Licença de Operação é dada como fato consumado. Qual é a lógica acima de todos os dados da realidade que faz Belo Monte seguir se movendo?



Depois deste (des)encontro com Dilma Rousseff, Antonia Melo fez ainda parte de um grupo que se reuniu com Lula, já no final do segundo mandato, em 2009. O então presidente prometeu que Belo Monte “não seria enfiada goela abaixo” do povo. Antonia Melo percebeu que era apenas Lula dedicando-se a uma de suas especialidades: fazer de conta que ouvia. O interlocutor se despede satisfeito, sentindo-se escutado e contemplado, e o governo ganha tempo enquanto a resistência se desmobiliza, ao acreditar que há uma negociação em curso. Antonia foi a única do grupo a recusar-se a tirar uma fotografia com o então presidente.

Quando anos mais tarde narrou esses dois confrontos com o PT no Planalto, Antonia Melo chorou pela traição. Ela tinha sido uma das fundadoras do partido em Altamira e acreditara que a chegada ao poder de Lula marcaria o fim do tratamento da Amazônia como colônia do centro-sul do país. A visão da região como corpo para violação e exploração tem sido a mesma tanto na ditadura quanto nos vários governos da redemocratização. Ao longo dos anos seguintes, Antonia viu deputados petistas e parte do movimento social serem cooptados pelo governo federal, esquecidos de todos os homens e mulheres que tombaram a tiros para manter a floresta em pé. Antonia Melo foi se tornando uma árvore cada vez mais solitária diante do desmatamento do caráter de quem costumava estar ao seu lado. Por essa ousadia, a de não se deixar cooptar, pagou um preço cada vez mais alto.



Hoje, sentada entre ruínas, as visíveis e as invisíveis, Antonia Melo resiste.

– Me expulsar daqui é mais uma tentativa deles de tentar me calar. Não vão conseguir. Eles vão me arrancar daqui, e destruir tudo aqui, mas jamais conseguirão me calar. Mesmo eles sorrindo e tendo a certeza de que me derrotaram, eu tenho pena deles. Porque são eles os derrotados. Porque eles nunca terão na vida deles a paz na consciência que eu tenho. A paz de quem não foi covarde, de quem não recuou. Eu continuo com a minha bandeira em punho. E sobre eles, sobre o governo, sobre essas empresas, pesa a responsabilidade de um crime monstruoso. Eu nunca vou perdoar. A natureza não vai perdoar. Este é um crime sem perdão. Lula e Dilma são criminosos, são traidores, são covardes. E eu não tenho nenhum receio de afirmar isso na frente deles. Quero encontrá-los ainda um dia para dizer isso.

Ela faz uma pausa após cada palavra lentamente pronunciada:

– Criminosos. Traidores. Covardes.

Pelo portão entra seu Otávio das Chagas, pescador arrancado da Ilha de Maria, uma das mais de 400 do Xingu. Vem acompanhado por seu filho Zé. Sem barco, sem rio, sem peixe, sem árvore, sem roça, sem geografia, seu Otávio teve as chagas do nome multiplicadas por Belo Monte. Está confinado numa das “moradias” padronizadas, e isso só depois de muita luta, porque dele haviam tirado tudo em troca de uma esmola de 12 mil reais por uma vida inteira, que logo foi consumida em aluguéis na periferia de Altamira. O pescador não se reconhece no mundo nem reconhece o mundo ao redor. Era rico e agora é pobre, miserável. E lá dentro da “moradia” do bairro com nome pomposo, “Reassentamento Urbano Coletivo (RUC)”, ouve inúmeras vezes ao dia o carro de som passar propagandeando as benesses de Belo Monte. Enquanto escuta que a hidrelétrica “é energia limpa e sustentável”, lá dentro sua família passa fome. Não como força de expressão, mas fome, aquela que

dói. Em sua geladeira só há água, e eles esperam que um dos filhos volte no fim do dia em que alugou o corpo por 60 reais na construção civil, para alimentar nove pessoas. O filho mais novo completou 7 anos neste dia. Não há nem presente nem comida. Mas a energia, esta é “limpa e sustentável”, não é isso que o centro-sul acredita?

Todo dia seu Otávio entra pelo portão aberto de Antonia Melo, a única casa e o único endereço que reconhece. Seu Otávio pergunta se é longe o meu lar, eu que ainda o tenho. Ele conta então que nunca viu um mapa do Brasil. Desenho um mapa bem mal traçado no meu caderno, para mostrar o Norte e o Sul e o Centro, onde seu destino é decidido em território para ele desconhecido. Ele se assombra. Otávio das Chagas é um dos tantos sem mapa e sem país que buscavam a casa de Antonia Melo para se encontrar. E agora, arruinado, se perde em ruínas.

No dia da partida, Antonia Melo levou a pedra da casa da infância e as sementes do seu passado. Foi a última moradora a deixar o lugar. Do seu quintal-floresta, levou uma muda de açaí, “o mais importante que carrego daqui”. Com esses alicerces, aos 66 anos ela plantará um futuro no chão de ausências legado por Belo Monte.

Antonia Melo é uma mulher-casa. E por isso jamais se perderá.

Publicado no *El País* em 14 de setembro de 2015.

ANEXO G – O PESCADOR SEM RIO E SEM LETRAS

O pescador sem rio e sem letras

À beira de Belo Monte, uma história pequena numa obra gigante. Que tamanho tem uma vida humana?

Otávio das Chagas tornou-se um não ser. A hidrelétrica de Belo Monte o reduziu a um pescador sem rio, um pescador que não pesca, um pescador sem remos e sem canoa. A ilha do amazônico Xingu, no Pará, onde cresceu, amou Maria e teve nove filhos não existe mais. Entre ele e o peixe não há mais nada.

Ele manda trazer uma boroca (bolsa) onde guarda os papéis. Está numa casa na cidade de Altamira pagando aluguel, a família ao redor dele, estranhando-se na paisagem. Otávio espera que os papéis possam salvá-lo, comprovar que viveu, atestar que pescava, dar conta dos surubins, dos matrinxãs, dos tucunarés e dos curimatãs que o rio lhe deu para encher a barriga de seus meninos. Comprovar até que tinha uma casa de palha onde a mulher atava as redes embaixo de pés de jaca. Otávio não sabe o que os papéis contam dele. Mas espera que digam algo de bom, algo que devolva a ele um sentido, desfaça a contradição e, por fim, retornem-no a si mesmo.



Otávio e Maria, dois exilados do Xingu.

LILO CLARETO

- Não tenho leitura – ele avisa, oferecendo a mim os hieróglifos que dizem dele para que eu os desvende.

Há algo de violento naquilo que se escreve sobre os que não se leem em papéis, naqueles que até o nome é escrito por outros. Recuso por enquanto aquela porta. Peço ao pescador que já não pesca que se documente em seus próprios termos.

Otávio então busca marcas que não são letras. Seu pai está sepultado numa ilha que também já foi engolida pela usina, o corpo do pai jaz sob o paredão de concreto. Otávio descobre que a geografia inteira de sua vida sumiu, que seus mortos já não têm lugar. E que toda a enormidade do que perdeu foi calculada em R\$ 12 mil. Aos 61 anos, ele agora só tem memória. E as chagas do nome já não consegue curar. Francisco, 29 anos, o filho que sustenta a família em Altamira com a força bruta dos braços, interrompe. Aponta o próprio corpo para provar que existe. Ele guarda ali as marcas da ilha, uma cicatriz maior do que as outras. Na cidade está desterrado, à deriva. Mas o corpo lhe pertence, e Francisco vai se mapeando pelas cicatrizes.

- Eu tinha dois anos de idade quando peguei esse golpe lá. Minha mãe conta, porque eu não lembro. Peguei o machado e saí com ele na carreira.

As palavras de Francisco buscam um porto, uma forma de se ancorar quando ele já não reconhece o mundo. Aquele que migra, ainda que saiba que talvez não exista retorno para a terra que deixou, conta com a concretude do passado. Há um lugar, há a carne e os ossos dos que ficaram. Aqueles que perdem uma ilha, como Francisco, perdem com ela tudo o que contava deles. Desfazem-se. Resta uma memória que só se expressa pela oralidade – e a oralidade tem menos valor no Brasil dos letrados, no universo dos cartórios, em que a justiça legitima o documento escrito. É do lugar dos que não têm mais mundo que fala Francisco. E ele fala em torrente, porque é mais rio do que terra. E não é papel.

- Quando chegaram lá na ilha, o chefe da equipe mandou a gente pegar um tracajá (quelônio muito apreciado como comida), porque a gente conhecia o rio. Ficaram só com o papai, que não sabe ler, não sabe nada. A gente foi pegar o tracajá. Mas a gente não pegou nenhum, não vou mentir. Quando ele foi sair, nós chamemo: “Vem cá. Cadê a carta de crédito pra nós, que somo filho do local?” Com a carta de crédito nós comprava um lote pra morar. E eles: “Quando o dinheiro cair na conta, a carta de crédito de vocês vem junto”. Então tá bom. Nós não conhece

essas coisa, nós não somo dessas coisa, nós somo morador. Você bem sabe que morador da colônia não é entendido em certas coisa. Ainda mais em negócio de leitura. Aí o papai ficou lá na ilha e nós viemo no escritório da Norte Energia. A mulher puxou uma folha branca pra nós. E disse: “Assina aqui ou então o dinheiro não cai na conta do pai de vocês”. Eu digo: “Pode ser o nome do papai ou o meu? Porque se for o nome do papai, eu não sei”. Que a gente tem isso. O nome do papai eu não sei, eu sei só o meu nome mesmo. É a única coisa que eu sei, da minha cabeça mesmo. Comecei a assinar, ainda erreí duas vez, ela mudou as folha. Falou: “Vai devagar”. Assinei. Digo: “Tá bom?”. Aí fui embora. Mas aquele papel era só pra 12 mil pro papai, não tinha mais nada. Eles podiam puxar um papel de leitura, podiam puxar um papel escrevido na minha frente. Mas leitura eu não sei ler. Faz que nem um burro. Um burro vai, tem uma placa na frente, ele chega e passa por baixo. Porque morador da colônia, morador da ilha, morador da zona rural não sabe.



Francisco luta por justiça num mundo de papéis que não consegue ler.

LILO CLARETO

Francisco tem olho de rio agora. É difícil pra ele, porque acha que homem não tem lágrima fora. Francisco garante que não se desespera, e diz isso em prosa poética.

- Porque homem não desespera. Só desespera quando morre. O desespero é a derradeira morte pro homem.

E segue na sua agonia com as letras.

- Pra quem sabe leitura, é rico na leitura, tem saída pra ele. Mas uma pessoa que não sabe ler não sabe nem conversar. Não sabe. Não sabe nem pra onde

correr. Porque nós não sabe nem onde é a autoridade, onde caçar as autoridade, nem nada. O pobre é conformado.

Francisco não parece conformado.

- O papai não pode trabalhar mais, que nem ocês tão vendo, então eu trabalho, o meu irmão trabalha. Eu trabalho de 10 real a diária. Você vê o preço da diária daqui. Eu trabalho de ajudante ali no concreto do bloco que tem aqui. A senhora entende o que é o concreto do bloco?

Eu não entendo.

É fazer bloco. Fazer bloco lotado com cimento. É o serviço mais pesado que tem dentro da cidade, enchendo de areia, um dia todinho jogando numa betoneira. Porque gente pobre não tem outro serviço. Passei fome enquanto não achava esse trabalho. Cheguei a passar um dia e uma noite sem nada, sem um prato. Sabe como é maldade? Pra mim é maldade. Nós tudo com fome. Sem nada. Porque lá todo dia nós dormia de barriga cheia. Todo dia nós almoçava, jantava, merendava. Nós tinha a nossa brincadeira, a nossa alegria. Fumo expulso de lá e no dia em que eu não arrumo nada pra comprar janta aqui, passamo fome. Agora eu trabalho junto com os outro, fazendo bico, sabe como é bico? Não tenho meu serviço fixo. Eu trabalho pra um, desmanchando casa, trabalho pra outro, assim. Até que enfim agora a diária tá 50. Eu e meu irmão, o Zé, a gente trabalha assim.

Francisco pergunta.



LILO CLARETO

A família, que tinha uma vida sustentável na ilha, foi jogada numa vida de miséria na periferia da cidade.

- Nós vamo ser expulso que nem uns bicho bruto no meio do mundo? Nós não somo que nem cachorro, somo filho de gente. E nós nascemo e se criemo, tudo filho do lugar. O que fizeram com nós foi assim... Eu não posso nem lhe dizer, porque eu não entendo desse negócio. Eu não entendo. Isso aí foi assim: eu pego um saco de bagulho e boto fora. Foi o que fizeram com nós. Eu não tenho nem o que dizer. Sou um homem sem voz.

A família está reunida na parte da frente da casa alugada num dos bairros mais violentos da periferia de Altamira. No “baixão”, como se diz ali, onde eles temem sair. Eles, para quem uma casa era o dentro e também o fora, era um lugar inteiro, agora têm medo do fora. Contam que pagam 500 reais de aluguel, mas que não têm conseguido inteirar o valor. Otávio, o pescador que não pesca, deu a canoa e o motor para o dono da casa. A maior parte dos 12 mil que receberam da empresa foi gasta com uma doença no coração de uma das meninas, que levaram para ser salva em Teresina, “com Deus e os doutor”. Não há cadeira para todos. Então, o lugar sentado é para o pai, que “sofre da próstata”, e para o filho, que sustenta a família. A mãe, Maria, fica em pé. A tarde já avança, mas eles ainda não almoçaram. No fogão, um pouco de feijão chia na panela de pressão. Só feijão, comprado fiado. Maria chora. Um choro bem quieto, de quem tem pudor de se mostrar, encostada na porta, querendo sumir.

- Minhas criança não passava fome lá. Eu toda vida gostei de planta, de criação. Aqui não tenho terrinha pra trabalhar. A gente anda com fome, porque não tem onde plantar. E os filho pede comida pra mãe, não pro pai. A pequena diz: “Mamãe, quero comer. Mamãe, quero comer”. Eu não tenho de onde tirar. Quando a gente come bem, assim, a gente dorme de noite. Mas, se a gente não come nada, não dorme.



LILO CLARETO

Maria explica que quando não tem comida nem as crianças conseguem dormir.

Quem olha para as casas dos ribeirinhos, com os conceitos do seu próprio umbigo, pode não compreender o que é uma casa para quem vive no mato, à beira de um rio, ou numa ilha, onde a comida está por toda parte, e só o que se precisa é um teto de palha pra dia de chuva e uns palanques pra atar a rede. Para alguns, isso é pobreza. Só pobreza. Mas corre o risco de a pobreza estar mais no jeito de olhar para o outro, o que pode revelar um outro tipo de analfabetismo. Para Maria, a casa dela era a casa dela. A dimensão de uma casa só a pessoa que vive nela saber dizer.

- Eu varria o quintal todinho. Atava a rede pros menino embaixo de uns pé de jaca. Ou ia pescar. A gente saiu e derrubaram a casa todinha. Eu chorei.

E continua a chorar quando conta.

Entre todos, só Davi conhece bem as letras. É um menino quieto, de olhos grandes. Ele gosta de estudar, tem capricho no caderno que mostra, folha por folha.

- Eu não choro quando não tem comida na volta da escola. Eu fico só triste.

Davi tem 12 anos. As letras que só ele decifra são pesadas demais para um corpo tão franzino.



Davi, o que sabe ler.
LILO CLARETO

São tempos de eufemismos. E eles estão por todos os lados. Em Altamira, a palavra do momento é “remoção”. Belo Monte, uma das maiores e mais controversas obras do Brasil atual, “removeu” e ainda “removerá” milhares de pessoas de suas terras e de suas casas sem que o governo federal tenha garantido à população o seu direito à assistência jurídica. Como Otávio das Chagas, muitos não sabem sequer ler. Cada cidadão brasileiro conhece o quanto o caminho da justiça é espinhoso. Mesmo quem empilha títulos acadêmicos, com frequência se descobre analfabeto para a linguagem jurídica. Pode então imaginar o que significa esse processo para pescadores e agricultores, assim como para moradores urbanos, que estavam ou ainda estão no caminho de uma obra com custo previsto de R\$ 28,9 bilhões e no caminho de todos os poderosos interesses que uma soma desse porte movimenta. Homens e mulheres desamparados diante das demandas da Norte Energia (Nesa), sozinhos com a ampla equipe de advogados a serviço da concessionária, que se expressam com as palavras do seu mundo e por documentos que muitos não são capazes de ler. Não é preciso ser doutor para perceber a violência e a violação de direitos.

Essa situação é o retrato da relação dos governos Lula-Dilma Rousseff com a Norte Energia e o conjunto de empreiteiras que constrói Belo Monte, uma história que ainda está por ser contada em toda a sua inteireza. Até um ano atrás ainda havia uma defensora pública do estado do Pará atuando em Altamira. Mas ela deixou a cidade e não foi substituída. Não há nem nunca houve uma sede da Defensoria Pública da União em Altamira, apesar de todos os problemas e necessidades previstas pela construção de uma obra com um impacto tão monumental sobre o meio ambiente e sobre vidas humanas.

Em novembro, a Procuradoria da República promoveu uma audiência pública para ouvir a população atingida. A Defensoria Pública da União enviou um representante, Francisco de Assis Nascimento Nóbrega. Os relatos foram tão aterradores que Nóbrega comprometeu-se a levar uma força-tarefa para a cidade. Em 19 de janeiro, seis defensores públicos federais e quatro servidores começaram a atuar em Altamira, em condições precárias, num prédio emprestado, sem acesso à internet e com um telefone que não faz chamadas para celulares. A cada duas semanas, a equipe é substituída, e os recém chegados precisam compreender uma situação muito complexa num curto espaço de tempo, para então serem substituídos mais uma vez, já que ao sair das cidades de origem deixaram por lá também um vazio. Só nas primeiras duas semanas, foram procurados por 400 famílias. A defensoria itinerante dura apenas até o final de abril. E então novamente a população ficará desamparada.

A seguir, o relato do defensor público federal Francisco Nóbrega, o primeiro a desembarcar na cidade, chefe do Grupo de Trabalho Indígena da Defensoria Pública da União e um dos coordenadores da força-tarefa de Altamira.

1) O espanto

“O governo federal é o verdadeiro responsável pelas injustiças observadas em Belo Monte”

“Posso afirmar que nunca tinha visto nada parecido, mesmo já sendo defensor público há quase 9 anos. Difícil de assimilar e de reproduzir o que acontece por lá, mas ousarei tentar. O governo federal é o verdadeiro responsável pelas injustiças observadas em Belo Monte. Não há clareza quanto aos papéis de cada sujeito: o governo é ao mesmo tempo contratante e principal interessado na obra; é importante acionista da empresa ganhadora da licitação, mas também comanda o órgão licenciador, Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), assim como detém o poder de punir/fiscalizar a empresa quanto ao cumprimento das normas e condicionantes por ele próprio fixadas. Tanto o Ibama quanto a Funai (Fundação Nacional do Índio) não atuam com independência técnica. Seus pareceres não têm refletido nas decisões políticas tomadas e, neste cenário, o Poder Judiciário também foi engolido pelo jogo político. Lamentavelmente, percebe-se, em especial na questão do reassentamento das famílias forçadamente removidas de suas casas, a total e completa ausência do Estado, com exceção do

Ministério Público Federal. A liberdade dada ao empreendedor para interpretar o PBA (Plano Básico Ambiental) e para decidir quais famílias receberão casa, indenização, carta de crédito ou aluguel social, por exemplo, revela a transferência para a empresa da responsabilidade pela garantia do direito à moradia. O governo está distante do processo, seu único interesse é o cumprimento rápido dessa condicionante, é evitar o atraso no ligamento das turbinas, postura reforçada com as crises hídrica e de energia.”

2) A ausência

“A inexistência de uma sede permanente da DPU (Defensoria Pública da União) no município é reflexo do histórico desinteresse do governo em interiorizar e pulverizar a instituição. Lamentavelmente, não existe sede fixa da DPU em mais de 70% das cidades em que há seção judiciária da Justiça Federal. No país inteiro, existem pouco mais de 500 defensores públicos federais, enquanto o contingente de advogados do governo – aqui contabilizados os procuradores federais, os procuradores da Fazenda e os advogados da União – chega perto dos nove mil. A mesma absurda desproporção ocorre com relação ao número de juízes e de procuradores da República. Somos poucos defensores federais, com diminuto orçamento e sem estrutura de trabalho. Estamos precariamente instalados em Altamira, ocupando o prédio da Defensoria Pública do Estado, e lá não contamos com acesso à internet e o telefone não origina chamadas para celular. A procura por atendimento tem sido imensa e tem gerado filas assustadoras. Estamos fazendo o possível, com vontade e determinação, mas nossos braços são curtos. Atualmente, sequer há juiz na cidade. O juiz federal de lá foi removido para Belém e só vai para Altamira uma semana por mês, quando faz um ‘mutirão de audiências’.”

3) A obra

“Belo Monte é um pesadelo, infelizmente bem real para todos aqueles que perderão seu modo de vida”

“É desafiador colocar em palavras as impressões e os sentimentos experimentados nessa imersão em Altamira. O trecho bloqueado do rio tem 7 quilômetros de extensão: 7 quilômetros de brita, pedregulhos, barro e desumanidade. Faltam apenas mais algumas centenas de metros para o Xingu ser completamente impedido de seguir seu curso. Ao passar na van por cima do

barramento do rio, a funcionária do Consórcio Construtor de Belo Monte disse: ‘Não é lindo e grandioso o que está sendo feito aqui? Olha o tamanho dessa casa de turbina!’. Eu só conseguia enxergar o contraste cruel entre o rio de um lado, vivo, caudaloso, imponente, e o rio que sobrou no lado oposto: morto, parado, com aspecto de pântano. Aquela imagem jamais sairá da minha memória. Aquela dor vai me assombrar ainda por muito tempo. Tento, mas não sei explicar direito o que senti ali, entre os ‘dois rios’: talvez um sentimento de culpa, de vergonha, um pesar profundo pela brutalidade da interferência na natureza. Belo Monte é um pesadelo, infelizmente bem real para os atingidos que perderão suas casas, para os pescadores, índios e ribeirinhos que perderão seus peixes e para tantas e tantas pessoas que perderão seu modo de vida.”

4) A decepção

“Minha grande tristeza e decepção (e aqui falo como ex-militante do PT) é com o (inexistente) papel do governo. Após esses dias todos em Altamira, aprendi a não demonizar a Norte Energia. É a União, contratante da obra, que permite os excessos, que se omite em assumir suas responsabilidades enquanto poder público, enquanto principal causador dessa violência atroz que é a construção dessa usina. Num mundo ideal, em que um partido de esquerda mantivesse erguida alguma bandeira minimamente popular, o processo de reassentamento urbano seria acompanhado de perto pelo governo, com os casos de recusa, das pessoas que não aceitaram a proposta ofertada pela empresa, sendo submetidos ao poder público para resolução. Essa falta de sensibilidade para o que está acontecendo com a população removida compulsoriamente em Altamira beira o inacreditável.”

Otávio das Chagas, o pescador arrancado do rio, é um dos casos atendidos pela Defensoria Pública da União. Francisco Nóbrega negocia junto à Norte Energia uma casa nos chamados “Reassentamentos Urbanos Coletivos”, os bairros construídos pela empresa para acomodar parte das famílias expulsas de suas terras e lotes. Ainda não houve acordo. Para o defensor, o caso do pescador revela o abismo entre os mundos.

O caso de Otávio das Chagas revela o abismo entre os mundos: a incompreensão dos técnicos da empresa sobre qual é o modo de vida de um morador das ilhas do Xingu

– O senhor Otávio e seus nove filhos viveram a vida toda na Ilha da Maria, uma das 400 ilhas do Xingu, assim como os seus ascendentes. Ele explicou que, por conta do barramento do rio, a água subiu mais, destruindo a casa dele. Ele a reconstruiu, mas, no ano seguinte, a enchente também destruiu a casa dele. Ele então passou a construir uma casa mais simples, de palha e madeira. Nunca as alegações do senhor Otávio foram sequer reduzidas a termo pela empresa. Dentre outras coisas, alegaram que “no local sequer havia fogão”, o que comprovaria que ele ali não residia. Se tivesse um fogão, provavelmente exigiriam uma geladeira ou uma máquina de lavar para considerar a construção uma moradia. O fato de ele e sua família se ausentarem da ilha regularmente sempre que o rio subia, mas não no nível que passou a subir após o início do barramento, foi o suficiente para descaracterizar a residência. E, para piorar, ele ainda foi cadastrado por engano como proprietário de um terreno rural às margens de uma estrada, onde era caseiro parte do ano. Esse caso sintetiza a total falta de compreensão quanto às particularidades do modo de vida dos habitantes das ilhas do Xingu. Quando os técnicos da empresa estiveram lá para elaborar o laudo/perícia, o senhor Otávio ainda montava a estrutura simplificada que utilizava para dormir, já que desistira de reconstruir a casa, seguidamente levada pelo rio. Para eles, residir é morar no local todos os 365 dias do ano. Para eles, casa significa um local com paredes de concreto ou alvenaria, jamais de palha, e “pelo menos um fogão”. Para eles, um pescador com mais de 60 anos e semianalfabeto pode se reinserir no mercado de trabalho ou sobreviver com uma indenização de doze mil reais ou um aluguel social de 800 reais mensais por apenas um ano. Quando eu falo “eles” aqui, estou falando menos do empreendedor e mais do governo, verdadeiro responsável pelas injustiças observadas em Belo Monte.

A Norte Energia não respondeu ao pedido de informações sobre o caso de Otávio das Chagas e as “remoções” de Belo Monte, enviado à sua assessoria de imprensa por esta coluna. Em 11 de fevereiro, a empresa pediu ao Ibama licença para operar a usina, apesar de não ter concluído a totalidade das condicionantes. Passou a semana passada com cerca de 100 índios, de sete diferentes etnias, bloqueando a estrada que dá acesso a um dos canteiros da obra em protesto por compromissos não cumpridos. É mais um capítulo de uma das maiores obras da democracia, que lembra cada vez mais a ditadura.

O discurso do combate à miséria pode ter mais ou menos palavras, conforme os interesses e a ocasião.

Nessa saga de gigantismos, a de Otávio, o pescador que se perdeu dos peixes, pode ser vista como apenas uma pequena história. O sacrifício do outro é sempre possível, porque é do outro. Que ele tinha uma vida sustentável na ilha agora afogada do Xingu e foi entregue à fome na periferia cada vez mais convulsa de Altamira, para muitos é só um detalhe. O discurso do combate à miséria pode ter mais ou menos palavras, conforme os interesses e a ocasião. A leitura complexa da floresta e do rio de pessoas como Otávio é descartável para quem sequer reconhece a sua casa como uma casa. Para quem possui todas as letras, ele é só mais um analfabeto, já que não percebem que, na floresta, quem pode ler é Otávio e os analfabetos mudam de lugar.

Enquanto Belo Monte se recorta na paisagem como um monumento – ao quê, a História ainda vai dizer –, o pescador exilado do rio é só um homem que vai virando deserto à margem de si mesmo.

A pergunta é: para o Brasil de hoje, qual é o tamanho de uma vida humana?



LILO CLARETO

Publicado no *El País*, em 16 de fevereiro de 2015.